

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
LAMEGO, A REALIZADA NO DIA 25 DE SETEMBRO DE 2023**

Aos vinte e cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três, realizou-se no Salão sede da Junta Freguesia Avões, Município de Lamego, uma sessão ordinária da Assembleia Municipal, cuja ordem de trabalhos foi previamente distribuída aos membros da Assembleia, através da convocatória datada de 23.09.2022-----

ABERTURA -----

O Presidente da Assembleia, Ricardo Jorge Morgado da Costa, presidiu à sessão que teve início às 10.00 horas, tendo Isabel Marisa Duarte Rodrigues Nunes e Carlos Manuel Almeida Loureiro como primeira e segundo secretários, respetivamente. -----

PRESENCAS -----

Ricardo Jorge Morgado da Costa, Presidente da Assembleia, Aurélio Paulo da Costa Henriques Barradas, Isabel Marisa Duarte Rodrigues Nunes, Ana Branca da Silva Soeiro de Carvalho, José Manuel Lourenço Correia, Nuno Romeu Cardoso Sequeira, Alita Maria de Jesus Carvalho, Marta Luísa da Costa Rodrigues dos Santos, Josefa da Conceição Tomeno Fernandes Pinto em substituição de Bruno Daniel Pereira de Oliveira, Pedro Miguel Vila Real Torres, Carlos Manuel Almeida Loureiro, Olga Maria Botelho Cardoso Ramos, Maria Liliana Santos Monteiro Ribeiro, António Manuel Ferreira Penela, Viriato Pina de Lemos, Domingos Manuel Nascimento em substituição de Constantino José da Costa Vaz, Dora Maria Rodrigues Fonseca Vicente, Milene Daniela da Fonseca Geada, Sofia Isabel Graça da Rocha Rodrigues em substituição de Vítor Nuno Gomes dos Santos, Alexandre Costa e Sousa Hoffmann Castela, Rosa Maria Pires Monteiro Moutinho, e senhores Presidentes de Juntas de Freguesias de Avões - Hugo Miguel Cardoso Rebelo, Britiande - Germano Correia Ribeiro, Cambres - Adelino Gomes Magalhães, Ferreirim - Wilson Miguel Lima Teixeira, Ferreiros de Avões - António Patrício Ribeiro Esteves, Figueira - Teresa Maria Fernandes Cardoso Fonseca, Lalim - Bruno Miguel de Morais Carneiro, Lamego (Almacave e Sé) - Nuno Miguel Lázaro Gonçalves), Lazarim - Paulo Henriques Almeida Loureiro, Penajóia - Cláudia Cristina Almeida Gomes Azevedo, Penude - Manuel Varanda Pinto Rodrigues, Samodães - Maria Alzira Ribeiro de Sousa Guedes Coelho, Sande - Maria do Sameiro Morais Rodrigue Gregórios, União das Freguesias de Bigorne, Magueija e Pretarouca - Sérgio Pedro da Rua Capela - União das Freguesias de Cepões, Meijinhos e Melções - António Manuel dos Santos Rodrigues, União das Freguesias de Parada do Bispo e Valdigem - Bernardo Manuel Taveira Xavier, Várzea de Abrunhais Secretário da Junta de Freguesia de Várzea de Abrunhais, Carlos Manuel Ferreira Rodrigues em substituição da sua Presidente Maria Otilia da Silva Teixeira e Vila Nova de Souto D'Él Rei, Arcílio Jorge de Sousa Lamelas.-----

AUSÊNCIAS -----

O senhor **Presidente da Assembleia** justificou as ausências dos membros Bruno Daniel Pereira de Oliveira, Constantino José da Costa Vaz, Vítor Nuno Gomes dos

Santos e da Presidente da Junta de Freguesia de Várzea de Abrunhais Maria Otilia da Silva Teixeira-----

O senhor **Presidente da Assembleia** interveio para cumprimentar todos presentes da sala, especialmente a população de Avões na pessoa do Presidente da Junta de Freguesia, informando que queria dar a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Avões, pois hoje é nosso anfitrião desta Assembleia, para deixar uma mensagem de boas vindas.-----

Interveio o **Presidente da Junta de Freguesia de Avões** para cumprimentar todos os presentes na sala e que acompanham esta sessão através das redes sociais, um cumprimento especial a todos os habitantes da freguesia de Avões, sejam bem-vindos à freguesia de Avões.-----

Dirigindo-se ao Presidente da Assembleia disse-lhe que muito honra a esta freguesia receber uma sessão descentralizada nesta freguesia, o seu muito obrigado.-----

Dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara disse-lhe que se está a meio do mandato, quer agradecer-lhe a ele e a toda a sua equipa, toda a colaboração e disponibilidade que se teve tem, para com a freguesia de Avões até hoje.-----

Disse que se está a passar por tempos difíceis, sabe-se que se tem muito para fazer, mas há que definir prioridades, não se pode perder tempo, é urgente cativar as pessoas e investir nas freguesias. -----

Afirmou que começa haver cada vez mais procura de habitações nas aldeias, por isso cabe a todos fazer o seu trabalho, conta com a colaboração do Município para se poder dar qualidade de vida a todos que habitam nesta freguesia.-----

Por fim desejou a todos um bom dia de trabalho, que todos se possam sentir em casa, muito obrigado a todos.-----

1.ASSUNTO: 1.º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

Dirigindo-se ao público presente, o Presidente **da Assembleia** perguntou se alguém pretendia usar da palavra, nos termos e para os desideratos legais, tendo-se inscrito o senhor João Avelino.-----

Tomou a palavra o **João Avelino**, começando por cumprimentar todos os presentes da sala, aqueles que seguem esta sessão pelas redes sociais, especialmente a todos os habitantes de Avões.-----

Disse que a sua intervenção reveste-se de dois assuntos, o primeiro pegando nas palavras do Presidente da Junta de Freguesia de Avões, fez um pedido ao Presidente da Câmara, falou num Centro de Dia, para agregar os nossos idosos e não só, num espaço lúdico de convívio, sabe que é um assunto, que o Presidente da Junta de Freguesia de Avões o tem levado ao conhecimento em diversas situações, tem dado conta nas sucessivas assembleias de freguesias, sabe-se que é um assunto na ordem do dia. Mas como habitante de Avões e sabendo um pouco da realidade desta aldeia, reforça junto do Presidente da Câmara este pedido, para que dentro de todas as suas possibilidades, tenha em conta essa realidade, há que agregar e combater aquilo que

é ou não se pode considerar aquilo que é uma inevitabilidade, é um pedido que lhe faz. -----

A outra situação é mais para lhe dar um conhecimento e também fazer um pedido.-----

Na edição do dia 13 de agosto deste ano, não sabe se o Presidente da Câmara teve conhecimento, num suplemento do Jornal Público, veio um artigo que fala de Lamego, não pelas melhores razões. Numa entrevista de um jornalista do Jornal Público a um professor universitário, Carlos Ferrão, sobre um estudo que ele fez há vinte anos atrás, sobre as dicotomias, as assimetrias norte/sul, interior e litoral. -----

Mas reportando esse mesmo estudo com outras premissas para os tempos atuais, perguntou-lhe o jornalista que desenho tinha hoje o nosso Portugal Continental e há alterações profundas, diz o professor Carlos Ferrão que o Norte não tem a mesma dinâmica, que tinha há alguns anos atrás, e mesmo no interior há também alterações. Diz ele que há umas ilhas no nosso interior, que mercê, da acção dos seus munícipes, da sua população também, conseguiram reverter esse atraso, essa regressão. -----

Mas relativamente a Lamego o Professor Carlos Ferrão coloca-nos numa situação de regressão, compara Lamego com Portalegre e Beja, e explica no referido artigo as razões, pelas quais, segundo ele, a conclusão do estudo que fez, leva a colocar Lamego neste patamar, ele intitula de “ruralidade regressiva”.-----

Dirigindo-se ao Presidente da Câmara, disse que isto é apenas para lhe pedir, tomando nota e conta deste artigo, acha que merece uma resposta. Isto tem que ter uma resposta, pois nem sequer, segundo ele em vias de desenvolvimento, em franco desenvolvimento. Ele coloca-se Lamego numa situação crítica. Quer dizer Lamego está em regressão, isto não pode ser. Sabe, pois na sua maneira de ver, do seu modo de ver não é uma tarefa só daqueles que nós elegemos, é uma tarefa de todos fazer progredir uma localidade, uma região. Ele como lamecense, como munícipe, sente também a sua quota-parte, não dirá culpa, de alguma forma estar incluído, neste desenho, nesta definição que o Professor Carlos Ferrão dá e acha que merece da parte do Presidente da Câmara, pedindo desculpa ao Presidente da Câmara, a franqueza, uma resposta à altura. -----

Repete, refere-se a um artigo do Jornal Público, do dia 13 de agosto de 2023, um estudo que foi feito pelo geografo, referiu que ele foi Secretário de Estado no tempo do Primeiro-ministro José Sócrates, precisamente hoje a pasta que tem a pasta a Ministra Ana Godinho, que recentemente nos visitou. Disse que ficou triste ao ler aquele artigo. Não acha na sua maneira de ver, que seja tanto assim, sinceramente, pode haver discordâncias políticas quanto às opções, quanto as estratégias que se tomaram, mas isto atinge todos os lamecenses, principalmente aqueles que vivem na cidade, não interessa se nasceram cá, é aqueles que são de cá, que estão cá, e, provavelmente, querem ficar aqui, Este rótulo, esta etiqueta, este estudo nos coloca-nos, deve-nos fazer refletir a todos. Nós não podemos viver num espaço em regressão. Mais uma

vez Pede ao Presidente da Câmara que atenda ao referido artigo, e lhe responda como deve ser, em nome de todos os lamecenses.-----

Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** para responder João Avelino, começando por cumprimentar todos os presentes na sala, às pessoas que seguem esta sessão através das redes sociais, e um cumprimento muito especial ao Presidente da Junta de Freguesia de Avões, pelo acolhimento que nos fez, pelo trabalho que tem desenvolvido em prol da sua freguesia, pelo dinamismo, pelo inconformismo de gerir esta freguesia, que é uma freguesia muito especial, é uma freguesia de gente dinâmica, gente trabalhadora, que não está na parte mais visível do Douro ou do Concelho de Lamego do Douro, nomeadamente na frente ribeirinha, está aqui no alto da serra, onde aprecia esse Douro Vinhateiro.-----

Está aqui no ponto de ligação muito importante, entre o Concelho de Lamego e o Concelho de Resende. É uma freguesia que tem levado a cabo tudo aquilo que é necessário, em termos de manutenção do território, mas sobretudo, em termos de resposta às preocupações dos cidadãos. -----

Relativamente à questão aqui trazida pelo João Avelino, disse-lhe que o conhece muito bem, é o autor de uma celebre frase do país como lento, tem-se uma parte do país que, de facto, se move ao ritmo diferente do litoral, o que não quer dizer, que nessa parte do país, não se façam projetos, iniciativas, interessantes e importantes, não se produza riqueza, não se crie emprego, não se dê qualidade de vida à população que ainda aqui se tem.-----

É verdade, mas esta é uma verdade que não é de Lamego, não é só dos territórios do interior de Portugal, é uma realidade europeia, nós estamos a perder população, e quando se perde população, a tendência de concentração é nas grandes cidades, por isso crescem, por isso florescem por todo o mundo as mega metrópoles, com dez, vinte, trinta milhões de pessoas. -----

Disse ser um bocado estranho pensar o que leva as pessoas a deixar locais que têm qualidade de vida, que têm ar puro, um ambiente saudável para viver no belíssimo infinito de uma cidade enorme, muitas vezes em zonas sub urbanas, onde essas infra-estruturas e qualidade de vida não existe.-----

Mas a verdade somos como as abelhas, assim procuramos a colmeia, não vivemos sozinhos a saltar de flor em flor num sítio que não há mais do que uma, duas abelhas.

Afirmou que não se sente afectado por essa análise, que é uma análise realista e que até coloca Lamego, numa posição bastante favorável. A comparação que é feita, com as capitais de distrito da zona mais fronteira do país e que já perderam população nos censos de 2011, outras perderam população nos censos de 2021, e no próximo censo 2031, capitais de distrito que estão no alinhamento do centro do país, onde Lamego também está, irão perder população. -----

Ou seja, a população jovem continua, infelizmente, a abandonar o território, os idosos apesar de terem uma maior esperança de vida morrem um dia, e a população reduz.

As cidades que cresceram no interior do país, nomeadamente as capitais de distrito cresceram, porque conseguiram fixar emprego público, conseguiram fixar juventude através das universidades e institutos politécnicos de grande dimensão. Conseguiram criar pequenas cinturas industriais, nalguns casos não tão pequenas assim, com algumas grandes empresas, que ancoravam centenas de empregos. E absorveram a população geral das periferias. As pessoas mudaram-se das aldeias, das freguesias pequenas para as sedes do concelho, das sedes do concelho para a capital de distrito, e outros, obviamente, emigraram quer para o litoral quer para o estrangeiro.-----

Os municípios do interior não têm solução para este problema. Este problema vai-se agravar à medida que, já não houver gente para ir das aldeias para os concelhos mais pequenos, dos concelhos mais pequenos para as capitais de distrito ou para as cidades médias do interior, como agora se chamam. É obvio que esta situação tem que ter medidas, tem que ter medidas ao nível da promoção da natalidade, ao nível da retenção dos quadros jovens que são formados no nosso território para que fiquem, os que se reformam fora para que regressem às suas terras. -----

Tem que ser estimulado ao nível da criação de emprego qualificado que retenha a população. Tem que ser conseguido ao nível da promoção de condições de apoio social à população mais sénior, nomeadamente para aqueles que fizeram vida profissional noutros locais, e que queiram regressar à sua terra natal na sua reforma, ainda em condições de trabalharem, de se ocuparem dos seus bens, de estarem com os seus familiares. -----

Afirmou que este é um aspecto transversal, que se está, obviamente, a trabalhar, tendo também a preocupação que uma cidade como Lamego, sendo uma cidade de comércio e serviços, tem que continuar a ter comércio e serviços, tem que ter dinâmicas comerciais adaptadas e ajustadas aos tempos de hoje.-----

E por isso apresentou, recentemente, candidatura aos bairros comerciais digitais, tem que continuar a ter serviços públicos, e por isso, empenhou-se tanto em manter em Lamego serviços públicos de referência, da área da saúde, da área da segurança, nomeadamente com a PSP, com o CTOE. -----

Está-se a insistir na área da saúde, com o projeto de construção do novo centro de saúde, para se garantir que se continua a ter cursos qualificados numa área tão exigente e com recursos tão escassos como é a área da saúde. -----

E portanto este puzzle tão complicado, difícil de gerir, irá ainda ser composto com um outro elemento, que também é fundamental e que é o da imigração. O Município de Lamego tem que receber imigrantes, que vêm de fora, de vários países, aquilo a que se assiste hoje, é ainda uma imigração, como aconteceu nos anos sessenta, com a imigração portuguesa, para o estrangeiro, nomeadamente, para França e outros países europeus, apenas de homens, chefes de família que vêm sozinhos. O ideal seria receber-se famílias, que pudessem trazer as suas crianças, que pudessem estar nas nossas escolas, aprender português, integrar-se na nossa cultura, e essa é uma

solução inevitável para se poder estancar o declínio geográfico e o declínio demográfico em que nos encontramos. -----

Por fim, dirigindo-se ao João Avelino disse que todos gostamos que falem de nós, pelas melhores razões. Mas também não se pode esconder, quando há razões menos boas para se falar de nós, se fale, e que também sirva para nós ter-se um diagnóstico correto e rigoroso, daqueles que são os nossos problemas, ter-se o estímulo, o ânimo e a vontade de os enfrentar.-----

E em relação a este problema tão complexo, como é a demografia e como é o futuro económico da nossa região, do nosso concelho. Tem dado sinais nos diversos discursos e intervenções, mesmo medidas que apresenta ao Executivo Municipal, de que se está atento a este problema, que o vive intensamente todos os dias, mas também temos instrumentos para o combater. -----

Afirmou que no distrito de Viseu e cinge-se ao distrito de Viseu , pois apenas dois concelhos não reduziram população nos últimos censos, Viseu e Sernancelhe, sendo Sernancelhe por uma margem mínima.-----

No nosso Concelho, olhando para dentro tem-se uma perda generalizada, e apenas três freguesias conseguem ter alguma dinâmica de estabilidade de manutenção da população. Mesmo o crescimento da cidade, por absorção da periferia também já estancou e isso obriga-nos a olhar para os novos fluxos migratórios internos e externos. -----

Os estudantes do ensino superior, com o aumento da população estudantil, com a construção da residência universitária, com o alargamento das bolsas de estudo, para que eles tenham, de facto uma ligação ao Concelho e isso lhes permitam, após a conclusão dos estudos trabalhar em Lamego. Os projetos, com grandes empresas de consultadoria, com empregadores que empregam os estudantes, ainda enquanto estão a estudar, para os tentar reter depois de concluírem a licenciatura.-----

A incubadora de empresas, os espaços diversos que se tem criado, para criar emprego, porque só emprego seguro e qualificado, estimula os jovens a manterem-se aqui. Doutra forma eles têm o espírito aventureiro, não têm fronteiras, têm instrumentos que lhe permitem ir para qualquer sítio do mundo, serem profissionais competentes e viverem ali, perfeitamente, integrados. E se isso é uma oportunidade para eles é uma perda para Lamego, tem que se continuar a trabalhar nesta questão, que é fundamental para o futuro e está-se a fazê-lo.-----

2. ASSUNTO:PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

Interveio o **Presidente da Assembleia** para dar uma informação.-----

Uma nota prévia que quer dar e lançar daqui o período antes do dia, pois deu entrada na Mesa da Assembleia uma moção, subscrita pelo membro da CDU Alexandre Hoffmann, a quem convida para a apesentá-la.-----

Assim interveio o membro **Alexandre Hoffmann**, começando por cumprimentar todos os presentes na sala, um cumprimento especial ao Presidente da Junta de Freguesia

de Avões, por receber esta sessão descentralizada, cumprimentar ainda os eleitos da CDU em Avões.-----

Disse que a Avões é uma terra particularmente importante, querida para os comunistas, um território de resistência, de luta e transformação, com a actividade associativa cultural e democrática, pelo que saúda calorosamente o seu povo aqui presente. -----

De seguida passou à apresentação da Moção, que a leu e se transcreve na integra:

“MOÇÃO-----

“50 Anos de golpe militar no Chile – Solidariedade de sempre com os trabalhadores e o povo Chileno.-----

A 11 de setembro de 1973 um golpe militar patrocinado pelos Estados Unidos da América depôs o governo da Unidade Popular, bombardeou o palácio presidencial e assassinou o Presidente Salvador Allende, interrompendo brutalmente a construção de um Estado de progresso e justiça social, de soberania.-----

Iniciou-se assim uma sangrenta ditadura fascista dirigida por Augusto Pinochet que perseguiu e matou mais de 3000 pessoas e iniciou o denominado “Plano Condor”, um plano de articulação das polícias políticas das principais ditaduras militares na região que, apoiada pela CIA, executaram dezenas de atentados e assassinatos. Uma ditadura que foi a reacção do grande capital e das classes até então dominantes e privilegiadas à conquista de direitos laborais, sociais e democráticos e ao projeto emancipatório que a acção de maças e do governo da Unidade Popular desenvolviam.-----

A acção do imperialismo norte-americano, no passado como no presente, procurava impedir o desenvolvimento soberano de um país e impor a doutrina de submissão da América Latina aos seus interesses. Uma doutrina que não cessou e se desenvolve, com a ameaça a países soberanos, a promoção de golpes e da desestabilização, a imposição de bloqueios e sanções. Uma doutrina que agora e sempre enfrenta a resistência e um processo de acumulação de forças do qual resultaram importantes posições em vários países, impondo-se a via progressista e revolucionária e protagonismo dos trabalhadores e das massas populares, com importantes conquistas de direitos laborais e sociais, democratas e soberania.-----

Assim, propõe-se que a Assembleia Municipal de Lamego, num determinante momento histórico do ressurgimento das forças populistas e fascistas, possa reafirmar a solidariedade com os trabalhadores e os povos da América Latina, em particular com o povo e os trabalhadores Chilenos, na defesa da soberania, do progresso e da paz em toda a região, neste ano que caminhamos também para o 50º aniversário da Revolução dos Cravos.-----

Interveio o membro **José Manuel Correia**, começando por cumprimentar todos os presentes na sala, cumprimenta também, de uma forma muito enfática e muito especial o Presidente da Junta de Freguesia de Avões, pela disponibilidade que teve, por receber esta Assembleia nesta terra fantástica, que é Avões, uma terra de vistas e

miradouros, vistas largas sobre o Douro, uma terra que constitui uma das entradas de Lamego. Certamente e aí concorda com parte daquilo que disse o membro Alexandre Hoffmann, de gente dinâmica, de gente de associação, de gente de trabalho associativo, onde está o Museu Pedagógico da cidade de Lamego ou do Município de Lamego. -----

É portanto, claramente, uma aldeia de gente trabalhadora e que sabe receber bem, por isso o seu obrigado por ter recebido esta Assembleia, é um gosto estar-se aqui. Cumprimenta também todas as pessoas que seguem esta sessão através das redes sociais.-----

Afirmou que em relação a Moção apresentada pelo membro Alexandre Hoffmann, disse em duas notas muito breves. Porque, de vem em quando, não sabe se é o PCP, se é a CDU, apresenta aqui com estas moções, tiradas não sabe muito bem de onde, mas de certeza do directório nacional do partido. -----

Afirmou que estão todos de acordo e estão todos contra qualquer assassinato, qualquer revolução sangrenta, qualquer esbulho dos direitos humanos, nada e ninguém nesta sada deve estar contra isso. Estão todos solidários com as pessoas que sofrem, com as pessoas que são mal tratadas, que são, de alguma forma, desrespeitadas nos seus direitos mais importantes para elas, nomeadamente, os direitos humanos. -----

De seguida perguntou porque ter-se hoje este documento e esta moção em relação ao golpe militar no Chile, 50 anos depois, quando por exemplo, o PCP e a CDU nunca foram capazes de trazer aqui um documento e uma moção que censure a guerra da Ucrânia, a invasão da Ucrânia pela Rússia, que é aqui hoje, ao nosso lado.-----

Disse que não faz sentido esta moção escrita desta forma, com estas palavras, com esta semântica, claramente radical, claramente excessiva. Disse que se está solidário com o povo do Chile, como se está solidário com o povo ucraniano, com o povo chines, com o povo vietnamita, estão solidários com esses povos que sofrem e que sofreram.-----

Mas estamos aqui hoje, em Portugal, em Avões nesta terra bonita, em frente ao Rio Douro, aprovar-se uma moção de censura, com esta linguagem exagerada, de análise, perfeitamente, eivada de ódio, não faz sentido. -----

Pelo grupo municipal “Somos Lamego” e na sua opinião, pelo menos, votarão contra.

Tomou a palavra o membro **Paulo Barradas**, começando por cumprimentar todos os presentes na sala, um cumprimento especial ao Presidente da Junta de Freguesia de Avões que recebe esta Assembleia, gente de boas terras, miradouros, pois é um prazer estar em Avões.-----

Relativamente ao assunto que se está a discutir, esta moção, disse que subscreveria por inteiro as palavras proferidas pelo membro José Manuel Correia. É certo que nós nunca poderemos ficar indiferentes ao sofrimento de um povo. Só que muitas vezes esse sofrimento é muito mal embrulhado nas questões da política, e muitas vezes dá

impressão que essas questões políticas sobrepõem-se ao próprio sacrifício, ao próprio sofrimento desse povo.-----

Está-se aqui a fazer um julgamento histórico de há 50 anos, onde realmente o soviétismo e o americanismo se digladiavam, conquistavam zonas estratégicas na geio política da época. E é verdade, quando é assim, são sempre os povos que sofrem e sofrem muito e o povo chileno sofreu muito.-----

É claro que esta moção conta apenas uma parte da história, não conta a história toda, e também, de facto, que ela na sua forma, não é nada feliz. Disse que o Partido Socialista sentir-se-ia muito à vontade, votá-la a favor, se por acaso o seu cerne fosse o sofrimento do povo chileno, e não essa velha querela entre o bloco soviético e o bloco americano.-----

Sendo certo que, o Partido Comunista, mais ou menos ou quase sempre, sufragou as propostas de solidariedade com o povo ucraniano, também não é menos verdade que nunca trouxe aqui nenhuma pela sua iniciativa. Dai que, considerando tudo que ali está inscrito, sendo certo que a forma é infeliz e também se certo não é subscreve nos termos, a forma, o conteúdo ideológico ou a carga possessivamente ideológica do documento, em nome do povo chileno, que realmente é um povo martirizado, que foi martirizado por Allende, que era um socialista marxista, que nacionalizou. E, aliás diga-se em abono da verdade, cuja verdade da sua morte não está, perfeitamente, apurada. As últimas perícias de 2011 dão-no como morto, por projectil, em circunstância de suicídio, mas a sua morte não está completamente apurada, diz ele, mas sim, em nome do povo chileno que sofreu às mãos dos marxistas e também sofreu muito às mãos de Pinochet, o Partido Socialista vai abster-se nesta moção.-----

Usou da palavra o membro **Viriato Lemos** para dizer que é uma vergonha esta moção, não tem pés nem cabeça, são sempre os mesmos, não se lembram daquilo que os comunistas fizeram em Portugal.-----

Interveio o **Presidente da Assembleia** para informar que estão 38 membros presentes na sala, colocou de imediato a Moção à votação.-----

Deliberação: A proposta foi rejeitada, com dezoito votos contra, um voto a favor e dezoito abstenções.-----

Interveio o membro José **Manuel Correia** para dar os parabéns ao Município pelas festas de Lamego.-----

As festas em Honra de Nossa Sra. dos Remédios são sempre um ponto alto da vida deste município e este ano também o foram.-----

Percebeu-se na reacção dos Lamecenses que as festas correram muito bem. Que mereceram a melhor adesão ao vasto, variado e eclético programa que envolveu quase toda a nossa sociedade, as associações e os comerciantes, entre outros.-----

Basta lembrar os milhares de pessoas que estiveram nos concertos realizados na avenida, nas diversões e nos diversos locais de venda de alimentação, bebidas e os mais diversos objetos. Na marcha luminosa, na majestosa procissão de triunfo, bem

como no encerramento, onde decorreu o fogo preso, após 16 dias de festas ininterruptas e muito muito participadas.-----

Por isso, parabéns aos lamecenses que souberam receber milhares de portugueses e estrangeiros no seu Município, que participaram e folgaram ativamente na romaria de Portugal (se escrever-se no Google “romaria de Portugal”...) mas também é justa uma palavra de reconhecimento pelo trabalho feito pelo Município. Foi um excelente trabalho que deu excelentes resultados muito apreciados pelos lamecenses.-----

Agora é tempo de balanço e certamente que a breve prazo saberemos o investimento que foi necessário fazer.-----

Sim, investimento porque as Festas em Honra de Nossa Sra. dos Remédios são um “cartaz” da cidade que traz retorno financeiro, felicidade das pessoas, boa disposição e alegria.-----

E Imagina até que o PS, daqui a pouco, não deixará de vir aqui interessado em (e bem, todos estão) saber as contas, o que já é um clássico, independentemente dos ganhos obtidos.-----

Parabéns e obrigado a todos que contribuíram para o sucesso das Festas de Nossa Senhora dos remédios. Vivam as festas em honra de nossa senhora dos remédios.-----

Referindo-se às Jornada Mundial da Juventude (JMJ) disse e parafraseando Mariza e Jorge Fernando, sabem todos que:-----

“Há dias que marcam a alma e a vida das gentes.”-----

“Há dias que marcam a história e a vida dos lamecenses”-----

E de 26 a 31 de julho, Lamego e quase 150 famílias lamecenses receberam 300 jovens peregrinos, dos 1100 que vieram oriundos das quatro partidas do mundo até à diocese de Lamego, a caminho de Lisboa, então centro do mundo durante a JMJ, que mobilizou e prendeu a atenção do povo português e que respondeu afirmativamente ao entusiasmo dos jovens, ao apelo do Papa Francisco que a todos, todos, nos quis acolher. Foram dias que a comunidade Lamecense viveu com muita intensidade, como todos sabem.-----

Extravasando as portas da Igreja, contagiando com a sua alegria e voluntarismo, durante quase uma semana, os jovens, quiseram conhecer e participar na vida da comunidade em contacto mais próximo com as pessoas, com a natureza, com as montanhas, com a linda região do Douro, os monumentos da nossa região, a nossa gastronomia. o que se traduziu num conjunto vasto de iniciativas a que os lamecenses aderiram e muito apreciaram.-----

Relembra, por exemplo:-----

O acolhimento no pavilhão multiusos, de grupos que estavam em marcha para outras dioceses mas que não quiseram deixar de passar pela nossa bonita e encantadora cidade de Lamego;-----

O acolhimento da Santa Casa da Misericórdia;-----

A visita ao Lar de Idosos de Arneiros e casa de acolhimento, o estabelecimento prisional de Lamego, a uma Instituição de pessoas portadoras de deficiência - a Associação Portas para a vida e outras instituições socio culturais e religiosas,-----

A visita a Caves produtoras de espumante e quintas do Douro;-----

A visita aos principais monumentos da cidade e do Concelho;-----

O encontro/churrascada em Penude que juntou uma multidão de todos os lugares do nosso Concelho e do de Tarouca;-----

A Via Sacra no escadório do Santuário de N. Senhora dos Remédios;-----

A Procissão das velas pelas ruas da cidade.-----

As pré-jornadas tiveram ainda outro ponto alto: o encontro de todos estes jovens peregrinos estrangeiros, mais os jovens peregrinos desta diocese, as famílias que os acolheram e muitos e muitos outros lamecenses que, no dia 31, se reuniram na Carreira Central do Santuário de Nossa Senhora dos Remédios para a Missa de Envio, com uma multidão que encheu este espaço, num momento intenso e único de fé e emoção generalizada.-----

E no dia 31 lá partiram estes jovens, vindos da França, China, EUA, Cabo Verde, Malásia, Singapura, Lituânia, Alemanha, Polónia, felizes com a sua estadia em Lamego rumo a Lisboa, à alegria da multidão do parque da Graça e ao silêncio de um milhões de pessoas.-----

Enfim, dias que deixaram uma marca indelével na história deste município e da generalidade dos lamecenses.-----

Dias que deixaram nos jovens que connosco (com) viveram, participaram e conheceram a nossa gente, a nossa história, os nossos locais bonitos, a vontade de regressar e muitos vão regressar.-----

Dias que nos orgulham de saber que sabemos receber bem e que, em conjunto, com um objetivo comum, todos, todos, todos podemos participar e contribuir para o fazer bem o que este município precisa de fazer. Um bom exemplo. Sei que este foi o espírito e disponibilidade de TODAS as Intuições de Lamego que colocaram ao serviço da JMJ os seus recursos com muita facilidade e vontade de colaborar.-----

E assim foi possível. Só assim é possível cumprir Lamego. Parabéns, Obrigado... Lamego.-----

Tomou a palavra o membro **Ana Branca Carvalho**, para cumprimentar todos os presentes na sala, especialmente a população que segue esta sessão através das redes sociais.-----

Afirmou que é curioso que vem também falar de jovens, não jovens peregrinos, mas, de certa forma peregrinos, que nos vêm visitar durante 3,4, 6, 8 anos e permanecem na cidade de Lamego.-----

Contudo e antes de mais, quer falar da juventude aqui desta freguesia, o Presidente da Junta de Freguesia de Avões disse que, também é com jovens que esta freguesia vive. Aliás, é para ela uma satisfação e um gaudío, saber que a sua nora e o seu filho

são nómadas jovens digitais e não só, ligados a outras áreas, que estão a viver nesta freguesia. Dai, cada vez vir mais a Avões para visitar e para estar aqui na permanência. Por isso, deu os parabéns ao Presidente da Junta, por esta captação de jovens, para a sua freguesia.-----

Mas não é disto que vem falar, vem falar de uma realidade que cada vez nos satisfaz mais, para além da sustentabilidade que cria, em termos económicos representa uma vantagem para o Concelho de Lamego e para esta região, fala como não poderia deixar de ser, de jovens e menos jovens que vêm para esta cidade. Neste momento mais 250 jovens Numa altura em que há o decréscimo no acesso ao ensino superior, Lamego registou o maior aumento de sempre na captação para formação, que se considera de excelência pelos nossos pares internacionais, que connosco querem trabalhar. Fala de seis licenciaturas, quatro mestrados, ctesp para apoio profissional, e também parcerias com estruturas empresariais, como a Delloite e Clarinet.-----

Afirmou que, neste momento, não conseguimos albergar todos aqueles que se candidataram quer a mestrados quer mesmo a algumas licenciaturas que se consideram de 1.º Ciclo.-----

Sem dúvida, mesmo ficando muitos de fora a Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego teve o momento épico relativamente àquilo que foi a captação de jovens para a cidade de Lamego. Não só para permanecerem aqui, como já disse, mas também para intervirem em actividades que são desenvolvidas por esta Instituição, por esta Estrutura, por esta Unidade Orgânica, que já não é aquilo que chama um Polo, como muitas vezes isso se diz, é uma Unidade Orgânica do Instituto Politécnico de Viseu. -----

Falou sobre protocolos internacionais também a ESTGL os tem, às vezes é um trabalho que passa despercebido, mas que é feito todos os dias. Não só na América do Sul, como em toda a Europa e na própria Ásia. Tem tido visitas dos quatro cantos do mundo, como se costuma dizer, numa epopeia de comunicação e de disseminação daquilo que é a nossa realidade.-----

Efectivamente, a ideia de trabalhar o local com sustentabilidade, passa por trazer pessoas, quando índice de natalidade nas nossas freguesias e no nosso Concelho está a decrescer. Tem-se conseguido fazer isso, saiba-se mante-los. Porque depois há todo um problema, pese embora, com as residências que se estão a construir, de conseguir albergar estas centenas de pessoas. Porque também, porque a maior parte são daqui da região. São mesmo, de pessoas que vêm das Ilhas, de pessoas que vêm do Sul, do Centro e de todo o Norte. -----

Na parte dos congressos, dizer que mais uma vez, a ESTGL está num congresso mundial e é mundial não pelas pessoas que nos visitam, mas também, ligado àquilo que a Cidade Europeia do Douro, também por aquilo que tem de representatividade em termos de marketing e de logística nos outros locais.-----

Informou que vai começarem Santa Marta, pese embora a autorização aqui de Lamego, vai a Lisboa, vai para o Sul do Brasil, e também para a Argentina, o que quer dizer que através da Escola Superior de Tecnologia Gestão, acaba por passar toda a mensagem daquilo que é a realidade de trabalhar uma coisa que é muito importante: a vinha, o vinho, mas sobretudo, alavancar a vida daquilo que é a necessidade das gentes aqui da zona e da região da Cim Douro.-----

Mais uma vez conseguiu-se passa a melhor das informações e mais uma vez fez-se acreditar, vale a pena fazer formação de excelência em Lamego.-----

Interveio o membro **Viriato Lemos** para dizer que em Lamego foi a referência duriense e os seus representantes políticos gozavam de credibilidade. Impõe-se a recuperação da notoriedade da cidade e dos seus cidadãos. A recuperação não se compadece com os desmandos da realidade atual. Referenciou alguns casos recentes: Houve há dias uma grande surpresa de uns amigos “javalis” na urbanização da Vista Alegre deambularem de um lado para o outro como nada se fosse. Por estes dias vão andar no centro da cidade. É esta a política do ministério da agricultura. -----

No pretérito dia 19, pelas 19 horas, em consequência da chuva intensa, acumulou-se na “Ponte Nova” terra que uma retroescavadora lançou para o Rio Balsemão, pondo em causa a qualidade da água. Perguntando. Quem autorizou esta negligência. Onde esteve a proteção civil. As sargetas entupidas terão alguma responsabilidade na situação?-----

Quem controla os transportes urbanos da cidade, face ao ocorrido no pretérito dia 16 pela manhã. Um autocarro “verdinho”, sem travões, embateu num edifício, magoando alguns passageiros. A quem devemos responsabilizar? Como sempre, olhamos para o lado e a culpa morre solteira.-----

Para quando a recuperação do Parque de Nossa Senhora dos Remédios? Enche-se a boca com discursos eloquentes, mas obra ninguém as vê. Se o Santuário é uma das referências da cidade, nós, membros municipais temos uma palavra nesta matéria. O nosso silêncio e a nossa cegueira contribuem para o desmazelo que caracteriza atualmente esta cidade.-----

Decorrem melhorias no arruamento desde a urbanização Encosta do Sol até ao Bairro de Nazes. Contudo, se os benefícios não incluir o passeio a segurança dos transeuntes é questionável. Se houver atropelamento, quem será o responsável? Nesta assembleia, alertou para a probabilidade de isso acontecer e a culpa não pode morrer solteira. A autarquia é a responsável.-----

Para quando a mudança comportamental dos feirantes, comprometendo-os com a limpeza do espaço ocupado. É degradante a ambiente depois feira: cavilhas cravadas no chão, caixas de sapatos, papeis, plásticos, restos de comida espalhados no espaço onde decorre a feira. A limpeza é paga por todos e os lucros são para alguns. Que moralidade é esta-----

Os lamecenses desejam saber qual foi o retorno do investimento que o município fez com a realização do concerto “Douro Porto”, realizado no cais do Douro, nos pretéritos dias 15 e 16. Se o esforço de memória não deteriorar os fusíveis, quais foram os retornos dos concertos anteriores?-----

Os lamecenses querem saber se a edilidade lamecense tem políticas inclusivas para os imigrantes asiáticos, que vieram trabalhar para o nosso concelho.-----

Será natural os utentes do pavilhão multiusos continuarem a pôr os pés nas cadeiras. Aprendeu, desde pequeno, que as cadeiras têm uma finalidade: bem-estar para o corpo. Se o multiuso é municipal, a vigilância é da responsabilidade camarária. Continuamos a olhar para o lado, porque defender o património coletivo dá trabalho e não dá votos.-----

É estranho o endividamento das juntas de freguesia e ninguém questiona a situação. Ninguém questiona as jantaradas e as obras que beneficiam alguns particulares? Pergunta se as vitórias eleitorais justificam tais ilicitudes?-----

Questiona os membros da maioria se não sentem vergonha ao aprovarem propostas apresentadas por um partido que apoia o imperialismo russo e a invasão da Ucrânia?

O que pensa esta assembleia sobre a intimidação daqueles que se manifestaram contra a degradação das condições climáticas.-----

O que pensa esta assembleia sobre a degradação de vida em Portugal: degradação das políticas de habitação, de educação, de saúde, de justiça, isto é, falta de casas, falta de professores, falta de médicos, falta de técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, falta de funcionários judiciais, falta de polícias e guardas prisionais, falta de creches. Somos o país da União Europeia com a maior carga fiscal sobre o trabalho, sobre as empresas e sobre os combustíveis. Somos o país que investe na formação dos jovens para depois da licenciatura emigrarem, enriquecendo os países que os recebem.-----

Os incêndios continuam a atormentar as populações e ninguém é responsabilizado pela ausência de uma política florestal. Continua-se alegremente a delapidar o nosso património.-----

Parece que a inércia do poder central contamina o poder local. Fazem a festa, lançam foguetes e recolhem as canas e são os mesmos a pagar a fatura. O esbanjamento de alguns é a pobreza dos mesmos. Anunciam obras faraónicas para enganar o cidadão. Ludibriar é uma forma de estar e esta cultura é uma realidade no poder local e no poder central.-----

Para que serve o Conselho de Estado se o responsável pelo governo privilegia o silêncio e abandona o mesmo, porque vai assistir a um jogo de futebol. Temos um governo birrento e preocupado com sondagens e votos. Estas atitudes estão a generalizar-se no poder local. Urge regenerar a classe política, separando o trigo do joio.-----

Espera que no próximo orçamento camarário contemple a proposta da junção das taxas do saneamento e dos resíduos sólidos numa taxa fixa e igual para todos. O critério da proporcionalidade é desonesto, porque o saneamento e os resíduos sólidos não dependem do consumo de água.-----

Nem tudo é mau. Há alguns exemplos de grandeza que nos elevam e referencia alguns:-----

O cardinalato de D. Américo é uma boa notícia. O seu estilo moderno, desempoeirado pensamento estruturado e abrangente é uma lufada de ar fresco na Igreja de Pedro.

João Ribeiro e Messias Batista arrebatarem a medalha de ouro em K2500 metros, nos mundiais de canoagem.-----

Fernando Pimenta obteve três medalhas: ouro, prata e bronze.-----

A seleção de futsal sub 21 foi campeã mundial.-----

Usou da palavra o membro **Alexandre Hoffmann** para dizer que antes de passar ao PAOD, que foi escrito, naturalmente pelo Secretário-geral do Partido Comunista Português, enviando-lhe a mensagem pela manhã, no Partido Comunista faz-se assim, recebe-se todos os dias de manhã. -----

Disse ao membro José Manuel Correia que, infelizmente, mentiu, pois a CDU não só aprovou, como subscreveu inclusivamente o voto de solidariedade para com o povo ucraniano. Na altura até foi apelidado de Comunista sensato, hoje é outra vez o comunista radical, porque os comunistas não distinguem o valor da vida e nem dizem que guerras boas e más. -----

Em relação ao Partido Socialista, enfim, não vale a pena acrescentar muito, dizer só que são socialistas até dizer chega. -----

De seguida cumprimentou na pessoa do senhor presidente da mesa da assembleia municipal de Lamego, os distintos membros da mesa, o senhor presidente da câmara e os senhores vereadores e os senhores membros da assembleia municipal e presidentes de junta. Cumprimentar ainda os trabalhadores da câmara municipal em apoio à realização desta assembleia e cumprimentar o presidente de junta de avões, cumprimentar os eleitos da CDU e do PCP em avões. Avões é uma terra particularmente importante e querida para os comunistas, um território histórico de resistência, luta e transformação, com importante actividade associativa, cultural e democrática, pelo que saudamos calorosamente o seu povo aqui presente. -----

Senhor Presidente da Câmara, o problema da habitação é uma questão transversal ao território nacional, um problema criado pelas opções políticas à direita, que recusou recorrentemente a fomentação da habitação pública, e que hoje atira para as ruas milhares de portugueses, e que em simultâneo promove o abandono dos centros históricos das cidades. Lamego constitui um exemplo flagrante do que se afirma, pela alta da cidade, zona histórica do castelo, rua de Almacave, rua das cortes e rua nova, arrastando-se até à própria avenida cinco de outubro. O problema desdobra-se em dois cenários: habitações vazias que não se colocam no mercado de arrendamento e

habitações sem condições estruturais, muitas ainda sem condições mínimas sanitária dos tempos que vivemos, ainda assim muitas destas precariamente habitadas. Enquanto se assiste a este degradamento permanente que em muito descaracteriza o centro da cidade, continua a permitir-se a construção desenfreada de prédios urbanos nas periferias, curiosamente sem haver um aumento da população. Senhor presidente, é manifestada no programa de executivo de 2021 da coligação PSD/CDS a intenção de recuperação destas zonas habitacionais, a pergunta que colocamos é para quando? E perguntamos ainda, não é hora, face ao cenário escabroso da habitação um local, um projecto público, ambicioso e determinado para a habitação?-----

Dirigindo ao Presidente da Câmara, coloca ainda problemas paralelos aos da habitação e ao papel que o Município deve ter na fiscalização e denúncia destes casos. Lamego não é uma região de lezírias ou searas, no entanto, as suas vinhas e o trabalho sazonal tem atraído um conjunto de imigrantes, em situação delicada. Relatos apontam para abusos contratuais dos proprietários das grandes quintas, e do abuso de condição de habitação, onde em vez de rendas se cobram a estas pessoas, mensalidades por colchões ou cantos em casas, muitas delas, que não apresentam condições estruturais. Está a CML atente a este fenómeno?-----

Noutra questão, Lamego recebeu recentemente a visita da eurodeputada do PCP, Sandra Pereira, que aliás, visitou Avões, relembando a necessidade do centro de dia nesta freguesia e do apoio ao associativismo, nomeadamente à Associação Desportiva de Avões, a quem também naturalmente, saudamos e nos congratulamos pelo seu extraordinário trabalho e papel comunitário, mas dizia, numa questão correlacionada com a Feira Semanal, que a seguinte frase se foi ouvindo: “chegamos à hora de almoço e não facturámos o suficiente para comer”, senhor presidente, a CDU ouvirá naturalmente primeiro a sua perspectiva sobre o assunto, mas estamos em crer que grande parte da massa humana feirante não consegue de momento suportar os custos das taxas, que variam entre uma média de 20 a 40€ por feira, é tempo de considerar uma redução substancial destes valores.-----

Para terminar, e dirigindo ao Presidente da Câmara, disse que um conjunto de trabalhadores afectos às empresas de transportes de passageiros, tem-se vindo a pronunciar sobre a falta de condições sanitárias da central de camionagem. Estes trabalhadores, como é bem sabido, tem intervalos curtos nas paragens, e em Lamego não dispõem de instalações sanitárias próprias, e por isso estão levantados vários problemas, a falta de higienização regular das casas de banho abertas ao público, dependerem do movimento que encontram entre paragens e, sobretudo, de dependendo do horário poderem encontrar-se fechadas. A esta questão deve ser dada uma resposta rápida.-----

Termino, porque nem tudo pode ser efetivamente críticas, saudar o executivo camarário por dois motivos: a atribuição dos livros de fichas e os cadernos de

atividades a todos os alunos do concelho que frequentam o 1º ciclo do ensino básico, que em muito se coaduna com a perspectiva comunista que o ensino é um direito das crianças, que deve ser universal e gratuito, e acompanha a proposta do PCP a nível nacional para essas questões, e o, finalmente, concluir do longo processo de atribuição do risco de penosidade e insalubridade, proposta do PCP, aprovada como recomendação por unanimidade por esta assembleia, e uma vitória de todos os trabalhadores da autarquia. -----

Usou da palavra a **Presidente da Junta de Freguesia de Sande**, começando por cumprimentar todos os presentes na sala, especialmente o Presidente da Junta de Freguesia de Avões, que recebe esta Assembleia.-----

De seguida deixou uma palavra simples de agradecimento ao Presidente da Câmara pela pavimentação que foi feita nas ruas que constituem o Bairro do Barreiro, que era uma obra de necessidade para todos os que lá moram e também para todos que passam lá.-----

Agradecer também a iluminação que foi feita na Travessa da Mata, que é uma rua que dá acesso às garagens dos moradores, que não tinha qualquer iluminação, bem como a iluminação da Rua do Senhor do Encontro. Sabe que há muito para fazer, muito que já está identificado, muitas outras situações imprevistas irão surgir, mas continua a contar com o Presidente da Câmara assim os Vereadores para a ajudaram na resolução das mesmas. -----

Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** para responder às questões que foram levantadas pelos membros municipais, quer contudo, fazer antes uma referência que também está na informação que traz à Assembleia, sobre as Jornadas Mundiais da Juventude, reiterando aqui a análise que foi feita pelo membro José Manuel Correia, relativamente ao evento, de facto, extraordinário, que decorreu em Portugal, no final de julho e princípio de agosto. E ao envolvimento transversal dos municípios a nível nacional, e Lamego bem como os Municípios da Diocese foram, de facto exemplares nesse trabalho.-----

Relativamente ao ensino superior pensa que o membro Ana Branca Carvalho não estava presente, quando fez a referencia no período da participação do publico, falou, precisamente, do ensino superior, ela corrigiu-o, corrigi-o mal, porque tinha a indicação que seriam trezentos alunos na ESTGL, ficou com pena de só serem duzentos e cinquenta, espera que ainda se possa, não sabe se há terceira fase, completar esse número, que era um número, de facto, muito ambicioso e muito bom. -----

Referiu também o desempenho da Escola e as diversas parcerias em que se está envolvido, e o trabalho que se está a fazer em conjunto.-----

Aproveita para dizer que já está pronto o projeto para a criação do Polo 2 da ESTGL, no segundo Piso do Mercado Municipal, que pensa candidatar, brevemente a fundos comunitários, logo que haja abertura de avisos e que irá dotar a Escola, de facto, de

outras condições, incluindo aspetos mais tecnológicos em relação a laboratórios e as salas que necessitem de recursos tecnológicos mais específicos. -----

No que concerne à questão aqui colocada e são várias pelo membro Alexandre Hoffmann.-----

Já em relação à habitação, disse que a habitação tem efetivamente, muitos problemas, mas que não decorrem apenas das medidas de política, que foram definidas nos últimos anos. Estes problemas têm décadas. Ele tem um amigo urbanista que diz que se destrói uma cidade de duas formas: rápida ou lenta. Rápida bombardeia-se, lenta congela-se as rendas. Tem-se que recordar muitas das medidas que levaram à degradação do imobiliário existente nas nossas cidades, tem a ver com o facto, dos proprietários não terem condições para manterem adequadamente os seus imóveis, quer os arrendados, quer os que usam como habitação própria, quer outros que optam por não por no mercado por falta de confiança no mercado de arrendamento. -----

E na cidade de Lamego, uma cidade antiga, uma cidade conservadora, esse aspeto é muito relevante. Grande parte dos imóveis estão devolutos, abandonados, em más condições, são heranças indivisas de pessoas ou não têm condições de investir nos imóveis, ou simplesmente, não se entendem para o fazer. Intervir em imobiliário privado, património privado, exige alguns cuidados, que pelas polémicas que se tem assistido, sobre medidas lançadas, recentemente, pelo Governo, crê que estão longe de ser consensuais.-----

Quer, de facto, que o imobilizado, o imobiliário, as fracções patrimoniais destinadas à habitação, mas também a comércio, do Centro desta cidade. Mas esta é uma responsabilidade primeira dos proprietários, têm que ser, naturalmente, estimulados, com medidas e incentivos de natureza pública. E também com acção pública, sempre o fez, nomeadamente aquela que cria as condições de bases, condições gerais para que esses investimentos se possam fazer, isto é, beneficiando o espaço público, criando as infra-estruturas adequadas para que novos negócios possam vir a criar nestas áreas da cidade e que elas se tornem atractivas para as pessoas voltarem ao centro da cidade. Tem-se estado a fazer-lo, vai-se continuar a fazer-lo. Já anunciou que apresentará projetos, nomeadamente para a área da Praça do Comércio, para reabilitar a parte alta da cidade, para trazer mais gente, não apenas para viver ali, mas também, para que, com essa vivencia desse espaço haja a requalificação do edificado e a criação de novos negócios. E mais uma vez está-se a dar o exemplo com a escolha desse espaço para a construção da nova residência de estudantes do ensino superior, que já está em obra.-----

Afirmou que somos de facto um país de casas vazias, mas muitas delas não têm condições de habitabilidade, isso leva as pessoas a procurar casas novas, que são construídas noutros espaços da cidade. Não se pode impedir a construção dessas casas novas. Não se pode dizer às pessoas que têm que sujeitar a viver em casas que

estão no centro da cidade, não têm condições, não têm por exemplo uma garagem, não têm elevador. O que levaria as pessoas a comprar a casa num concelho vizinho ou pura e simplesmente irem-se embora. -----

Afirmou que as duas medidas de política, reabilitação, construção nova têm que se manter, assim como o pequeno investimento na criação de condições para que casas que têm poucas condições sanitárias, possam ser melhoradas e dar melhor qualidade de vida a quem as habita. A esse propósito faz-se já uma apresentação do programa “1.º direito” apresentação pública no salão nobre, com os Presidentes de Junta, com um conjunto de lamecenses que quiseram participar, no sentido de se encontrar trinta famílias que seja detentoras de habitação própria, permanente, tenham rendimentos reduzidos, estão tipificados na Lei, e que possam receber um incentivo direto, à requalificação da sua casa. Ou seja um apoio a fundo perdido, Esse processo não avançou e aparentemente não está a ser fácil encontrar essas pessoas, o que significa que essa medida anunciada pelo Governo, mais uma medida anunciada pelo Governo, provavelmente, não será levada bem a cabo.-----

Relativamente ao parque público habitacional, mantém-se. Se a habitação social que se construiu em 2007 na Quinta de Santo António e mais um conjunto de habitações dispersas que se herdaram do IRU e que os proprietários arrendatários não quiseram adquirir. Esse é o parque público, tinha-se mais quatro apartamentos públicos junto aos bombeiros, dois dos quais foram vendidos pelo anterior executivo sem qualquer sentido. -----

Está-se a ponderar nas habitações existentes, junto à Ponte de Pau, que integram o projeto do Parque Urbano, que está muito atrasado, não se vai conseguir construir. O Centro Lúdico que está para ali projectado a tempo de o financiar neste quadro, em fazer a alteração daquele espaço. Centro lúdico, até porque já tem o Centro Cívico na parte sul do parque urbano e transformar em habitação.-----

Existem mais quatro ou cinco projetos para habitação dispersa na cidade, nomeadamente no Bairro de Nazes onde a Câmara tem uma cave, em São Gens, e em Santo António nas casas do Ministério da Agricultura. Mas é evidente que o Governo anunciou facilitação de transferência para os municípios, de património devoluto do Estado, mas não simplificação nenhuma continua a ser um drama esse processo. E há o projeto para a construção de 106 habitações sociais novas, habitações que deverão ser distribuídas entre Nazes, terreno já adquirido à Santa Casa da Misericórdia, Britiande e Cambres, se não houver restrições do ponto de vista dos processos de licenciamento, dado que existem bolsas de reserva agrícola, nesses espaços, apesar de ser um deles um campo de futebol, antigo campo de futebol e um outro espaço que foi adquirido pela Câmara em Cambres, nas Lamas, precisamente para construir habitação social há cerca de vinte anos atrás. Ou seja, apesar do uso não ter qualquer interesse agrícola, continua haver uma restrição à construção sobre isso, e aí quando o membro da CDU fala em construção desenfreada, tem que o

refutar de forma muito frontal. Está-se a construir como é visível em Lamego e a nível nacional muitíssimo abaixo do que são as necessidades de habitação da população.-----

Portanto não há construção desenfreada, não construção desenfreada de forma nenhuma, há um deficit de construção que decorre de muitos aspectos: perdeu-se capacidade construtiva por parte dos empreiteiros e sub empreiteiros que faliram, com a crise do spread a partir de 2008 e depois com a Tróica e não há hoje mão-de-obra com capacidade construtiva. Além disso, também é difícil comprar uma casa, porque os preços estão inflacionados, as taxas de juro subiram e portanto não há construção desenfreada, há construção abaixo do nível de que se necessita. -----

Sobre a questão da imigração disse ser uma questão pertinente, que se está a acompanhar. É evidente que mais uma vez, tem que corrigir o membro Alexandre Hoffmann, porque referiu logo os proprietários das grandes quintas como exploradores dos imigrantes. Grande parte deles, se não a esmagadora maioria dos imigrantes, não são contratados diretamente pelas quintas, é por empresas de prestação de serviços ou por empresas de cedência de mão-de-obra, que têm a obrigação de ter todas as condições contratuais regularizadas, que devem ser fiscalizadas por todas as entidades, nomeadamente o ACT- Autoridade para as condições do trabalho.-----

Do conhecimento que se tem, das empresas do Concelho de Lamego, que se dedicam a essa atividade e também de alguns proprietários de quintas, empresários que fizeram contratações diretas, há uma preocupação muito grande para que não se repita situações como aquelas que já se viram noutros sítios do país.-----

Deve até dizer que partes destes imigrantes, estão a ser alojados em habitações, que estão a ser adquiridas ou alugadas por estas empresas, estão a ser reabilitadas, são objeto e controlo de ocupação para não haver sobrelotação. É obvio que, não competência da Câmara fazer este trabalho. É obrigação da Câmara garantir que, as atividades que decorrem no Concelho, todas elas e a qualidade de vida das pessoas que habitam entre nós, é assegurada e estão a fazê-lo. -----

No que concerne à feira semanal, efetivamente, a feira como todas as atividades económicas hoje, passa por alguma crise. Se o problema das taxas de vinte euros por feira, quarenta euros por feira, depende também, do espaço ocupado pelo feirante, se o feirante não vende também não precisa de ter dez ou doze metros de frente de banca, pode ter só seis metros, há várias maneiras de corrigir. A feira pode ser e deve ser reorganizada, devendo para isso contar com a boa vontade, com a colaboração, com o profissionalismo dos feirantes, o que todos sabem que muitas vezes não acontecem. Portanto o Município tem essa preocupação e essa responsabilidade dos feirantes, conseguirem ajustar o seu negócio, aquilo que é a procura que têm em cada momento, sabendo-se que há feiras durante o ano, são muitíssimo boas e muito proveitosas, e depois, há uma boa parte do ano em que a feira é muito fraca, não

procura por parte dos clientes, e os feirantes nem sempre adaptam as suas estruturas a essa circunstância. -----

Relativamente à Central de Camionagem, a Central de Camionagem foi objeto de reabilitação em 2016, tem todas as condições. Efetivamente, mudou-se de operador, o novo operador das redes municipais de transportes quer urbanos quer no resto do Município, não tem estrutura em Lamego como tinha o anterior. Portanto é natural que haja, pontualmente, alguma falta de apoio e de infra estruturas para os motoristas e outro pessoal que está ao seu serviço. É uma situação que se tem que avaliar, ver de quem é a responsabilidade, se do empregador, se do Município ao nível da Central de Camionagem. -----

Disse ainda que regista com agrado as duas notas de congratulação que o membro Alexandre Hoffmann aqui deixou de elogio ao Município. Em relação às fichas escolares e ao material escolar o Município faz essa oferta, como o faria dos manuais se o Governo não tivesse tomado esta responsabilidade a ser cargo, retirando-a ao Município, num processo de centralização que não beneficia ninguém, a não ser talvez, a editora que vender os livros em Lisboa e que os quer mandar para as escolas. Gostaria ainda de simplificar mais o processo, para dar mais liberdade de escolha aos pais, comprarem os livros de fichas e o material escolar, quando entendessem, porque nós só definimos este valor sobre a abertura do ano letivo e onde entendessem poder der um voucher, um vale que lhes permitissem adquiri-lo em qualquer sitio do Concelho, para não nos obrigar também é um processo de contratação pública exigente, e como se diz “por os ovos todos no mesmo cesto”, ou seja escolher este material, podendo abrir a que todas as livrarias desta cidade, que já não são muitas, pudessem participar neste negócio.-----

Relativamente ao suplemento de risco e insalubridade, ele nunca este em causa, era apenas uma questão formal de definir os critérios que o permitissem atribuir e essa definição está feita, portanto está cumprido um direito dos trabalhadores do Município de Lamego, que nunca o negou.-----

Interveio membro **Paulo Barradas** para dizer que não poderia deixar de tecer alguns comentários sobre as palavras Alexandre Hoffmann, de facto, o membro Alexandre Hoffmann quis fazer um pouco de graça ao dizer que os socialistas, socialistas até dizer chega, fica entristecido ter que lhe dizer que, de facto, a sua declaração mostra com que estava mais preocupada, com a questão política do que com o povo chileno. Os socialistas são hoje muito diferentes daquilo que eram há cinquenta anos atrás. Pena que os comunistas novos, afinal de contas, sejam velhos de mais. E porque os comunistas novos são velhos de mais, não conseguem acompanhar os novos tempos, ficam atrás das brumas da história.-----

Portanto com todo o respeito fica com pena, porque não percebeu o alcance das suas palavras. O partido Socialista absteve-se, não foi para dar o braço ao partido Comunista ou para dar o braço aos americanos ou soviéticos. Foi para que soubesse

que é solidário com o povo chileno. Isso é que é a nossa causa. Agora se o povo chileno sofre às mãos de Pinochet ou de Allende, o que conta a esse sofrimento, são as opções políticas.-----

Dirigindo-se ao Presidente da Câmara disse-lhe que lhe dizem o assunto que hoje trás à discussão já está vencido, que não vale a pena, o mal está feito.-----

Ainda assim, por certo reconheceu nas suas palavras, as preocupações de outros tempos. Vem aqui tentar perceber um pouco melhor, porque acha que é qualquer coisa que interroga os lamecenses, perceber como é aquele edifício que está a ser construído junto ao Café Maia, como é que ele surgiu ali. Não está aqui à procura saber quem é que o vendeu, não lhe interessa que o comprou, porque quem o vendeu entendeu, por certo, que seria um bom negócio, quem o comprou, por certo entenderia ter sido um bom negócio. Aquilo que ele se refere é apenas à solução arquitectónica que nós ali estamos a ver a construir, na sala de visitas da cidade de Lamego. Era só isso que queria entender, depois, obviamente, poderá fazer qualquer comentário.-----

Tomou a palavra o **Presidente da Junta de Freguesia de Ferreirim** para a agradecer ao Presidente da Câmara e aos seus Vereadores todo o apoio dado a Ferreirim, destacando naturalmente a pavimentação realizada na freguesia. Há mais a fazer, claro que sim, e por isso Ferreirim continuará a contar com o seu apoio. É verdade é que já se fez mais nestes dois anos do que em outros quatro.-----

Usou da palavra o membro **Romeu Sequeira**, começando por cumprimentar todos os presentes na sala, dando um cumprimento especial ao Presidente da Junta de Freguesia de Avões, e cumprimentando também todos os cidadãos desta freguesia, bastante proactiva, que conhece bem. -----

Disse que gostaria de abordar dois tópicos, e vai começar pela Festas em Honra de Nossa Senhora dos Remédios. E, ao contrário daquilo que o membro José Manuel Correia falou, que as festas correram muito bem. Se no seu discurso considerar que os artistas actuaram bem, aí concorda, de facto foi uma boa animação. -----

Agora, no geral, na sua opinião e de muitos lamecenses que também lhe transmitiram a sua opinião, de facto, as festas não correram nada bem. Os lamecenses sabem acolher bem os seus romeiros, o problema é que o Município não garantiu as condições para o fazer. -----

E diz isto, porque as festas foram caracterizadas pela falta de planeamento e desorganização, passando a elencar os vários aspetos que suportam esta sua avaliação: -----

Falta de segurança: diversos assaltos aos stands da Avenida. Ou seja, o Município tem a responsabilidade de assegurar e garantir toda a segurança nestes locais. Isto tem que ficar registado como um alerta para o futuro, para que estes problemas não se voltem a repetir. -----

Na área da feira, mais concretamente, na Rua D. Dinis, não existiu um alinhamento acertado dos espaços dos feirantes. Aliás, todos nós que acompanhámos a

inauguração da feira, tivemos a oportunidade de passar naquele local, e verificamos isso. É impressionante o número de bloqueios que ali constavam naquela estrada, e refere-se a estacas, ferros, bancadas, e cordas no meio da estrada, sem qualquer ordenamento, é impressionante como isto pode acontecer. -----

Aliás, não sabe se têm conhecimento, mas houve várias situações em que as ambulâncias tiveram dificuldade em passar, tiveram que parar, e aguardar pela retirada destes elementos. Isto porque houve momentos em que não existia alternativa para as ambulâncias passarem, teria de ser mesmo por aquela rua, sendo incrível como é que isto pode acontecer, sucessivamente. Numa primeira vez até poderia acontecer, mas na segunda não podia acontecer. -----

Disse que teve oportunidade, inclusivamente, assim como o Partido Socialista, de fazer, depois, uma visita pela feira, falou com alguns feirantes, e qual é o seu espanto de perceber, que afinal há feirantes que pagam a licença, outros não pagam, aliás alguns deles nem solicitaram à Câmara qualquer pedido de licenciamento. Mas, afinal, o que é que se passa, questiona. E depois existem pessoas responsáveis, os feirantes que são assíduos no seu pagamento, que ainda viram a taxa do licenciamento aumentar este ano. Assim não vamos lá!-----

Outro problema, refere-se aos pontos de luz e pontos de água, uns têm outros não, não há critério, não há organização. Aliás, noutras festas inferiores às do nosso concelho, já existe uma preparação neste sentido. O que vimos nas nossas festas é um método rudimentar, isto não é uma organização para a Romaria de Portugal. Têm que se criar condições para acolher os nossos feirantes, de forma digna. Disse que ficou incrédulo que, cada feirante tem individualmente de arranjar o ponto de luz, arranjar o ponto de água, em alguns casos. Lamentável, frisou.-----

Outra situação, no meio da Avenida, vendedores ambulantes, sem terem espaço próprio. Se queremos receber milhares de turistas na nossa cidade, na nossa avenida, não podemos permitir que isto aconteça. Isto não acontece com outras festas pelo nosso país, frisa. -----

Outra situação dramática, ruas com lixo, com forte odor a urina, e sem higiene e limpeza. A Câmara também não acautelou dispositivos ou locais suficientes para que as pessoas que frequentam esses espaços, onde decorriam as festas, pudessem higienicamente fazer as suas necessidades fisiológicas. Além disso e segundo consta, os WC's públicos fechavam cedo, por volta da meia-noite, ou por exemplo, por volta da uma hora na zona da vírgula, junto à feira, e às oito da tarde junto ao café Maia, numa altura de romaria, que não é uma altura qualquer do ano, é uma altura especial. E além disso, em alguns locais, como é o caso da vírgula, os WC's nem se quer estavam devidamente sinalizados. Pois uma coisa somos nós, que conhecemos e que sabemos que estão lá as casas de banho, outra coisa são os turistas saberem, muitos deles pela primeira vez em visita à nossa cidade. Aliás, tem que haver uma sinalização condigna para que as pessoas possam conhecer esses locais, nomeadamente com

esse próprio WC, onde a falta de limpeza foi notória. Com reclamações por parte dos comerciantes. -----

Não consegue compreender, sinceramente, como é que se pode dizer que as festas correram bem. É impressionante. Nesse sentido, quer questionar aquele que é o responsável máximo das Festas de Lamego, que neste caso é o Presidente da Câmara, se não tem consciência deste problema que afectou moradores, expositores, comerciantes, bem como todas as pessoas de Lamego e, além do mais, os próprios turistas. Confessa, sinceramente, que é uma situação que o envergonhou enquanto lamecense. -----

Além disso, as ruas, durante todo o período das festas ficaram com um forte odor a urina, e nunca foram limpas, muito menos desinfectadas. Deu um exemplo concreto, a rua que vai das piscinas até ao fundo do escadório, ou seja, toda a envolvente do edifício, designado como comboio, ali na feira, em que os moradores se queixam todos os anos, aliás, queixam-se ainda, mas que este executivo ainda não tomou nenhuma medida para controlar a higiene e a limpeza durante o período das festas nesta zona. -----

Para finalizar este ponto, que é o mote que nos devia orgulhar a todos, é que, de facto a nossa festa em honra de Nossa Senhora dos Remédios é a Romaria de Portugal. E ele não consegue entender como é que em algumas estratégias de comunicação, inclusivamente, em notas de imprensa emitidas pela Câmara, se fale na maior festa do Concelho de Lamego e do Douro. Criam-se hastags na Internet, nas Redes Sociais, com “Romaria de Portugal”, e, depois, aquilo que o press release transmite, ou seja, o que chega a todos os meios de comunicação e jornais é algo como a melhor festa ou a maior festa do Concelho de Lamego. -----

Disse que sinceramente gostaria que as suas palavras, e aqui não é o ponto de vista político, mas sim da realidade, deveriam servir de suporte para aquilo que é a estratégia para o futuro. Lamego tem que apostar cada vez mais não só na organização das festas, mas também naquilo que é a sua promoção. Não é promover aqui no Concelho ou no Douro, é promover ao mais alto nível no exterior, espera que isso possa acontecer num futuro próximo. -----

Segundo ponto, tem a ver com a estratégia local com a habitação de Lamego. Já aqui se falou sobre os problemas de habitação, o Presidente já teceu aqui alguns comentários, enfatizou aqui algumas coisas. Aliás, na última Assembleia Municipal teve oportunidade de interrogar o Presidente da Câmara, se Lamego se tinha ou não uma estratégia local de habitação. A resposta do Presidente foi que a estratégia já estava feita e que apenas se estava a revê-la. -----

Disse que tinha na mão um flyer que diz em letras garrafais “Estratégia Local de Habitação de Lamego”. Assim, perguntou se era aquilo a estratégia local de habitação de Lamego, sinceramente, isto que aqui está, que foi apresentado, inclusivamente no programa do “1.º direito” que falou há pouco, que é apenas um dos programas que

nós temos a nível nacional, para poder apoiar as pessoas relativamente a este problema tão dramático, que é a habitação, mas isto não é estratégia local de habitação de Lamego.-----

Além disso, nunca se diz, ainda por cima, aquilo que é a apresentação deste programa criado pelo Governo, que vai ser muito difícil obter financiamento deste mesmo programa. Está-se a apresentar uma coisa, diz-se: isto é bom, mas sabe, isto não vai dar para ninguém. Aliás o próprio Presidente da Câmara disse-nos aqui a todos nós, que tiveram a oportunidade de o ouvir, isto afinal não valia a pena, era mais uma medida. Assim, disse ao Presidente da Câmara que, para quem ainda nem sequer estabeleceu uma estratégia de habitação local de Lamego dá que pensar. -----

De seguida perguntou ao Presidente da Câmara, uma vez mais, vai repetir a pergunta da última Assembleia, o que é que está a ser feito, o que é que já foi feito relativamente a esta estratégia? Pois como já aqui se falou, aliás, foi o próprio Presidente da Junta de Freguesia de Avões que mencionou esse facto, e muito bem. Este tema da habitação é extremamente importante para Lamego, porque não temos capacidade de resposta, como disse o membro desta assembleia Ana Branca Carvalho. -----

Aliás, o Presidente da Câmara falou há pouco de imigrações, é importante receber imigrantes, é importante apostar no ensino superior, mas depois, resposta, não existe. E isto, de facto, não é estratégia. Aliás, o próprio Governo sensibilizou as Câmaras Municipais para a necessidade da criação de uma estratégia, já que as Câmaras não tinham, enfim, essa estratégia, de o fazerem de forma individual, foram alertadas para isso. Assim, temos que criar condições, para que, de facto possamos ter mais alunos, mais migrações, mais pessoas, mais jovens. Mas, para isso, dirigindo-se ao Presidente da Câmara, precisa-se de uma estratégia.-----

Usou da palavra o membro **Domingos Nascimento**, começando por cumprimentar todos na qualidade de cidadãos, como sempre diz, é a qualidade maior que aqui nos traz, cumprimenta todos os presentes na sala, cumprimenta de forma especial o Presidente da Junta de Freguesia de Avões, e todas as pessoas desta grande freguesia. É um prazer enorme para ele estar aqui.-----

Disse que fica contente, pelo facto, de uma parte significativa das intervenções que aqui hoje se tiveram, focaram aspectos relevantes, para o desenvolvimento de Lamego e, por consequência, de toda a região.-----

Lamego, como costuma dizer, é uma das marcas valiosas de Portugal, e isso devemos fazer reflectir e agir, tendo em conta essa mais-valia.-----

Lamego só por si vende, só por si é uma referência, tendo em conta, naturalmente, todo o património cultural ao longo dos séculos, mas também, porque se tem sabido posicionar, estrategicamente ao longo de alguns tempos.-----

Aproveita para enfatizar a necessidade de se aproveitar cada vez mais esta marca Lamego e a sua preponderância, nomeadamente em relação a alguns produtos, que

nos são muito caros, particularmente da área agrícola, como por exemplo a maçã, como por exemplo a cereja, como, naturalmente o vinho, e todos os produtos da agricultura.-----

Não temos sabido posicionar-nos relativamente aos produtos agrícolas, porque se tem andado com algumas micro marcas, e algumas micro atividades, sem ter em conta esta dimensão, tão espectacular, que é a marca Lamego, relativamente o posicionamento estratégico de Lamego, aquilo que pode dizer, é uma cidade que atrai, é uma cidade bastante cobiçada, é uma cidade acolhedora. E a pressão que se está a sentir neste momento, na procura de pessoas que pretendem viver em Lamego cidade e Lamego Concelho é muito positiva. Tem a certeza que o Município saberá dar resposta a esta procura, e isso, de alguma, nos deve sentir orgulhosos, mas também atentos e mobilizados para que sejam atores nesta nova esperança para a cidade e Concelho de Lamego. -----

Por exemplo, toda a gente sabe, uma parte dos membros da Assembleia já sabe qual é a sua opinião relativamente ao conceito das Festas dos Remédios, costuma dizer que Lamego é, efetivamente, o melhor dos Remédios, e mais uma vez este ano as Festas dos Remédios deram uma marca forte, uma indicação forte da capacidade que temos de atrair pessoas e de mobilizar pessoas. As Festas dos Remédios não só animação, as Festas dos Remédios não são só feira, não são só o encontro das pessoas desta região, são, efetivamente, uma grande referencia estratégica para a cidade e para o Concelho de Lamego, que nos ajuda a afirmar-nos, que nos ajuda a posicionar-nos como uma terra de emoções, uma terra de paz, uma terra de alegria, uma terra de religiosidade, e, claramente uma cidade de referencia. -----

Por isso ele defende, que as Festas dos Remédios, deve ser um conceito que teria lugar a partir de um de julho até ao final do mês de setembro. Pois permitiria potenciar e de que maneira as dinâmicas locais, incluindo até, eventualmente, algumas das atividades feitas nas nossas freguesias, e levando as nossas freguesias à cidade nessa altura.-----

Por exemplo, este ano o cortejo etnográfico, permitiu-nos dar uma nova visibilidade às atividades que são desenvolvidas na nossa região. Mas que bom seria ver que todas as pessoas das freguesias presentes na cidade. Por isso ele sente um orgulho, naturalmente, imenso, vive, particularmente, e de uma forma intensa as Festas dos Remédios e aquilo que ele desejaria que continuassem com esta vivacidade e cada vez mais estruturadas.-----

Referiu um outro assunto, pensa que não poderia deixar de referir a ele, como sabem, ele costuma chamar a sua agenda a humanização, só se pode valorizar as pessoas se criar-se condições e tem que, neste momento salientar um aspecto positivo que está a acontecer na dinâmica da saúde, não podia deixar de falar da saúde, com a criação a partir de um de janeiro das Unidades Locais de Saúde (ULS). Também todos sabem, já aqui referiu, a sua opinião é que se devia ter ou seria mais proveitoso que a

Unidade Local de Saúde, tivesse uma dimensão um pouco mais pequena. Ou seja que se pudesse pensar na ULS do Douro Sul, tendo o Hospital de Lamego como centralidade. Isto não foi possível e o facto de não ter sido possível, não invalida a visão positiva que tem da criação da ULS de Trás-os-Montes e Alto Douro. Este nome é estranho, é assim que foi denominado.-----

A ULS de Trás-os-Montes e Alto Douro fará a gestão da saúde, no âmbito dos cuidados de saúde primária e dos cuidados diferenciados hospitalares de vinte e um municípios, quinze pertencentes à Comunidade Municipal do Douro e seis pertencentes à Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega. Será, como tem vindo a dizer, uma ULS que fará a gestão da Saúde, desde a fronteira, por exemplo Montalegre, até à beira, por exemplo Sernancelhe. E entre estes dois municípios, distam 170km, aproximadamente. Isto quer dizer que nos teremos aqui um imenso desafio, um desafio imenso, para que se consiga combater as iniquidades que existem, para combater as dificuldades de acesso que existem, para combater as enormes inquietudes que também existem. E este desafio de juntar os cuidados de saúde primários com os cuidados hospitalares diferenciados, é um desafio positivo, na medida em que as pessoas são só umas, independentemente de precisarem de cuidados primários ou de cuidados mais diferenciados. -----

Por exemplo, acredita que no futuro, não se falará em cuidados hospitalares nem em cuidados primários, falará-se em cuidados. Porque as pessoas precisam é de cuidados, independentemente da tipologia do que precisam. -----

É verdade é que, sendo uma esperança, esta ULS, também temos que partir de um pressuposto, aos imensos problemas que existem têm que, efetivamente, ser resolvidos.-----

E particularmente em relação ao Hospital de Lamego, os problemas são complexos. Independentemente do trabalho de excelência que também se lá faz, há alguns problemas que nos devem alertar e mobilizar para que a mudança aconteça. Nomeadamente, nós temos andado, de alguma forma, focados na falta de um Heliporto, o problema do helicóptero, é, claramente um problema ridículo, já devia ter sido resolvido há muito tempo, e não o foi, naturalmente, pelas sucessivas administrações, pura e simplesmente negligenciaram esse objetivo.-----

Mas relativamente ao transporte intra e inter hospitalar, é, neste momento, uma situação dramática, que nos deve mobilizar para que seja rapidamente resolvido, nomeadamente dos serviços de urgência, mas também das outras respostas, nomeadamente na cirurgia de ambulatório. Isto quer dizer que, não há soluções adequadas nem atempadas, para o transporte inter hospitalar, e nomeadamente, o inter hospitalar, sejam todo aquilo que as pessoas precisam, de uma resposta diferenciada, nomeadamente no Porto e noutros sítios da região. Não são os bombeiros que são culpados desta resposta. O hospital a administração, os responsáveis pelos serviços devem criar uma estratégia, que permita não assistir-se

às situações que assistimos. Não são poucas vezes, pelas informações que lhe vão chegando, pelo desassossego que as famílias vivem, que as pessoas estão muito tempo à espera e não são poucas vezes a ter-se pessoas a serem transportadas pelos Bombeiros de Resende, porque estão à espera dos bombeiros de Resende ou pelos Bombeiros de São João da Pesqueira, ou de outro sítio qualquer. Isto não aceitável tem que haver uma resposta em permanência, que permita dar segurança às pessoas, e que não crie problemas, porque não vai entrar em pormenores, naturalmente, mas algumas situações têm acontecido, são menos adequadas para a vida das pessoas.---

Temos connosco um dos elementos consultivos do Centro Hospitalar, acha que era importante percebermos, o que tem sido feito para que estes assuntos sejam resolvidos, e aquilo que ele pretende não acusar, naturalmente ninguém. Mas mobilizar todos para esta que é a grande política que nos deve juntar a todos e que nos deve mobilizar. Porque a saúde, é, claramente, o bem maior e que todos devemos preservar. -----

Tomou a palavra o membro **Pedro Torres**, começando por cumprimentar todos os presentes na sala, também cumprimentar a todos os cidadãos que seguem esta sessão através das redes sociais. Mas logicamente e na pessoa do Presidente da Junta de Freguesia de Avões, cumprimentar esta bela população, que nos acolhe. E sempre um gosto estar aqui, ver esta boa gente, que sabe acolher tão bem.-----

De seguida respondeu ao membro Alexandre Hoffmann, é sempre bom dizer que os Socialistas, são mesmo assim os socialistas, ele sabe bem, passou por aquela casa, portanto sabe quais são os princípios e por aquilo que a gente se pauta. E está certo, não poderá dizer outra coisa, independentemente de derivas extremistas ou mais extremistas, apenas no seu ponto de vista, é, como são outros, outros um bocadinho menos, é claramente um dos bastiões da nossa democracia. E bom, de facto, as vezes trazermos aqui este tipo de temas, para nos lembrar que o partido Socialista vai fazer cinquenta anos, numa democracia que, felizmente, nos dias de hoje, por muito nem sempre a gente possa concordar, mas que está estabilizada, e que está, perfeitamente enraizada, que trouxe, de facto, novos valores à sociedade, muitos, inclusivé, os seus pais não viveram, pelo menos na sua juventude. -----

Afirmou que esteve a ouvir com muita atenção o membro Domingos Nascimento, mas permita-lhe dizer só uma coisa, concorda com grande parte daquilo que discutiu. Mas há uma coisa que nos temos, claramente, começar a dizer e que temos que começar a fazer. Lamego é, de facto, uma marca muito importante, não concorda com ele, ela não se vende por si só, porque é difícil vender as coisas só porque elas existem. Não ser que seja um acto qualquer de osmose que possa permitir, que isso, de facto, vá em frente. Nós temos a que fazer muito, e temos que fazer muito em conjunto, tem que se criar as condições para que Lamego, de facto, se consiga destacar, não nível só regional, não a nível, praticamente, de localização, aquilo que é a nossa área, a

nossa zona de conforto. Mas acima de tudo ter-nos um aspeto nacional. E as vezes parece que temos um pouco de vergonha, em nos assumirmos um pouco mais, não sabe se às vezes é vergonha ou incapacidade de evoluir um bocadinho mais além, para, de facto conseguirmos ter esse alcance nacional, que ele acha que todos os lamecenses merecem. -----

Dirigindo-se ao Presidente da Assembleia, logicamente tem a ver com um conjunto de pedidos que foram feitos pela sua pessoa na última sessão da Assembleia. E desde já deixa aqui uma ressalva, por parte daquilo que é a relação das feiras, pois já teve o cuidado de falar com o vereador José Correia da Silva e portanto, não vai contemplar esta sua informação para já neste mesmo pedido. Na altura fez um conjunto de pedidos e requerimentos que estão escritos e expressos em ata, e passaram-se três meses. Disse que se aprovou aqui também um regimento que pauta as normas democráticas, que ele seja cumprido. Aquilo que pediu acha que não foi nada de extraordinário, porque esse tipo de informação e esse tipo de documentação é deve e vai continuar a ser pública. E, portanto não há o porquê de não lhe fazer chegar esse conjunto de pedidos. Não sabe se foi pelo período festivo que atravessamos e talvez pelas férias merecidas, que muitos, certamente tiveram, neste período, se foi por manifesto esquecimento propositado, que não quer logicamente acreditar, porque pauta do pressuposto que já mais terá passado pela cabeça de quem quer seja. -----

Interveio o **Presidente da Assembleia** para dizer que, a este último ponto da informação a Mesa, à semelhança de pedidos anteriores, o procedimento que faz é, precisamente, o mesmo, e foi o mesmo para esse pedido em concreto. Quando o pedido é feito à Mesa, o mesmo é feito formalmente chegar ao órgão executivo, e assim que recebe a informação dissemina-a. Neste caso em concreto vai-se insistir aqui oralmente e por escrito posterior a esta Assembleia., este pedido de informação que será divulgado mal a Mesa o tenha. A Mesa não retém qualquer tipo de informação, assim que se recebe o pedido transmitimos e vamos insistir, verificar se acompanhamento terá falhado, mas vamos assegurar-lo.-----

Tomou a palavra o membro **Alexandre Hoffmann** para dizer que, foi chamado outra vez à conversa pelo membro Pedro Torres, pois respondendo já ao membro Pedro Torres, é verdade que cada um tem que lidar com o seu passado, fez parte da Juventude Socialista, mas saiu e saiu, exatamente, no que saiu afirmou publicamente na Assembleia que não havia um único marxista dentro do PS e é verdade é que não se enganou.-----

Em resposta ao membro Paulo Barradas disse-lhe que gostava de lembrar que o António Costa, não sabe se o António Costa lhe diz alguma coisa, pensa que ainda é Secretário-geral do PS, pois ele esteve no Chile dois dias, exatamente lembrando o legado transformador socialista, democrático sobre Salvador Allende, portanto fez-lhe confusão que se meta no mesmo saco Allende e Pinochet. -----

Afirmou que os jovens comunistas são também velhos comunistas, são os comunistas que foram presos, os que foram torturados, que foram mortos e são ideologicamente verticais, sérios e honestos e não deixaram, sobretudo, de ser comunistas, nem novos nem velhos, sobretudo enquanto o mundo e os seus problemas velhos, a guerra, a fome, a miséria, a doença, a exploração e o capitalismo não acabarem. Portanto eles afirmam isto com muita honra. -----

Disse que socialismo sem marxismo, é recreio político, é revisionismo, e é traição à classe trabalhadora. Enfim cada um com as suas decisões.-----

Interveio o **Presidente da Câmara** para dizer que estas disputas entre a ala mais esquerda do PS e dos comunistas, enfim habituamo-nos a isto. Desabituoamo-nos depois durante a geringonça e agora parece que está de volta.-----

Disse que na ronda anterior não respondeu à referência aqui feita pela Presidente de Junta de Sande, em relação às pavimentações, que depois foi retomada pelo Presidente da Junta de Ferreirim e quer agora fazê-lo. -----

Efectivamente dando seguimento a um conjunto de beneficiação da rede viária urbana e rural que está em muito más condições. Fez-se um levantamento geral das estradas a repavimentar, já foram classificadas por ordem de prioridade, enfim consensualizada com os Presidentes de Junta. E quando diz mais um menos consensualizada, é natural que os Presidentes de Junta quisessem dar mais prioridade às suas estradas degradadas e repavimentar mais estradas que aquelas que temos condições de fazer. Mas só para recordar que foi feita a repavimentação da estrada de Rio Bom em Cambres, na Avenida de Mós e da Ponte em Ferreirim; da estrada de Ribelas, Rua da Ribeira, Lameirão e Travessa dos Vales em Lalim. -----

Na freguesia de Lamego foi feita repavimentação da estrada de Souto Covo, desde a estrada 226 até à Igreja. A estrada da Aldeia de São João, que era um anseio muito antigo da freguesia. É um atalho muito grande à estrada da Serra, evita ir à Curva do Coelho, voltar para trás. Recomenda que se faça a descer com cuidado, para subir é um bocadinho ingreme. Na Rua do Bom Pastor na cidade. Em Várzea de Abrunhais desde Santo Aleixo até à estrada nacional 226-2. E em Arneirós a Rua Visconde de Arneirós, desde a Escola de Hotelaria que terminou a intervenção da Visconde de Arneirós até ao fim da estrada junto ao quartel de Penude, apenas em pequenos troços.-----

As estradas que se tem para repavimentar orçam em cerca de três milhões e quinhentos mil euros, o que significa que não se tem possibilidade, nos dois anos remanescentes, de mandato, de fazer mais de 40% a 50% deste montante. Vai-se abrir um concurso até ao final do ano para as repavimentações do próximo ano, e um segundo concurso, para as repavimentações de 2025, último ano de mandato.-----

Seguindo a ordem de prioridades, afirmou que se fica, naturalmente, com uma rede viária muito mais qualificada, mas ainda assim, muito abaixo daquilo do que todos nós desejaríamos.-----

Relativamente à questão aqui colocada pelo membro Paulo Barradas e ao edifício que está a ser reconstruído e ampliado, junto ao Café Maia e à qualidade da solução arquitectónica, não compete ao Município avaliar a qualidade da solução arquitectónica, mas apenas o enquadramento geral da obra no espaço em causa., o que faz articuladamente com outras entidades, nomeadamente com a Direção Geral da Cultura do Norte, a quem compete dar parecer sobre as questões arquitectónicas, de integração das áreas que estão sujeitas a alguma classificação ou se são áreas de proteção, em imóveis classificados. O que acontece naquele caso, por várias vias, nomeadamente pela proximidade à Sé Catedral e ao Teatro, e também por estar integrada Lamego Cidade do Alto Douro Vinhateiro, Património da Humanidade, enquanto zona de proteção a essa área classificada. Portanto aquele projeto, concreto, teve o parecer de favorável de todas as entidades. Não parecendo aos técnicos do Município que se justificasse um parecer desfavorável. E foi aprovado, disse que está certo que ficará melhor, mesmo sendo discutível mesmo em termos arquitectónicos, do que outras obras foram aprovadas no passado recente, que estão hoje construída e que todos vemos fortemente introduzíveis e descaracterizadoras, da cidade de Lamego. -----

Relativamente às questões sobre as Festas dos Remédios trazidas pelo membro Romeu Sequeira, disse que não concorda com aquilo que disse, sabendo-se que alguns aspectos são pontualmente verdade, é óbvio que onde há aglomeração de dezenas de milhares de pessoas, há lixo, há pontualmente problemas de segurança, houve efetivamente um assalto nos standes de artesanato que estavam na Avenida. Mas há uma preocupação por parte de todos os serviços do Município, e também das empresas contratadas, de fazer e assegurar a limpeza diária, se assim não fosse tornava-se impossível viver na cidade com tanta a gente a sujar e não haver ninguém a limpar. -----

E o que disse o em relação aos WC's públicos, nomeadamente aos do Bloco da Virgula, não é verdade, são limpos de forma muito rigorosa e profissional. O que diz em relação à limpeza geral das ruas, também não é verdade, as ruas são lavadas e desinfectadas todos os dias, os contentores do lixo são lavados e desinfectados todos os dias. Doutra forma no dia seguinte seria impossível estar á beira deles.-----

Relativamente ao alinhamento das barracas, tema também referido pelo membro Romeu Sequeira, vai desculpá-lo que lhe diga, isso até um bocadinho ridículo, quer que as tendas sejam alinhadas a lazer, não há a necessidade nenhuma disso.-----

Falou com os feirantes ele também falou, as taxas não subiram, para as taxas subirem deviam ter sido aprovadas as novas taxas nesta Assembleia, e como sabe não foram. A taxa depende da área ocupada. Se os feirantes pensavam que iam continuar a não

pagar, como aconteceu no passado, e agora pagam, provavelmente, exageraram no espaço ocupado e a taxa ficou maior.-----

Disse que não se vai ver as Festas dos Remédios, que de facto foram um momento alto da vida da cidade e do Concelho em todos os aspetos: no programa de animação, no negócio que potenciaram, na referência identitária que são os principais eventos, nomeadamente o programa religioso, com a novena e depois a procissão do triunfo, temos todos que estar, de facto satisfeitos, devemos estar agradecidos por as Festas terem decorrido tão bem. -----

No que concerne aos pontos de água e eletricidade, é obvio que o Município pode disponibilizar aos feirantes água e eletricidade de forma gratuita, mas ela será paga pelos lamecenses, nomeadamente pelos outros comerciantes, que também têm porta aberta e que também vendem, durante os períodos de festas, e que também, diga-se assim, concorrência acrescida nesse período, embora, obviamente, também haja uma procura acrescida nesse período e por isso está ali aquele negócio instalado. É uma questão de opção política, mas a ele parece-lhe que o princípio do utilizador/pagador, quem gasta paga, é, claramente, o mais adequado.-----

No que concerne à estratégia local de habitação, e ao seu exhibir do folheto pelo membro Pedro Torres, que anunciava a sessão que se fez com os Presidentes de Junta e com muitos lamecenses que quiseram informar-se sobre as ajudas diretas que estão previstas no programa “1.º direito”, o Presidente da Câmara disse que o membro Pedro Torres confundiu um documento, que é a estratégia local de habitação, que é um documento obrigatório e que o Município tem que ter, com a estratégia para habitação. Ou seja, aquilo que a Câmara faz, aquilo que já fez e aquilo que vai fazer, em termos de habitação.-----

Quer dizer, antes de mais, ao membro Pedro Torres, que disse aqui que o financiamento era muito difícil. Ainda assim, tem uma má notícia a dar-lhe, a que a Câmara Municipal de Lamego já tem o contrato de financiamento assinado com o IRU, no valor de doze milhões de euros. E portanto, o financiamento está assegurado, não é tão difícil de obter assim, o membro Pedro Torres deve estar ainda a viver no mandato que já terminou, e portanto, esqueça lá esse assunto. -----

Relativamente ao ensino superior, o membro Pedro Torres disse que o Município não tem resposta em relação ao ensino superior. Não, o Município tem resposta, está a fazer uma residência universitária, que era um anseio desde há muito e que já está em obra. Está em obra em tempo record. A Ministra da Ciência e do Ensino Superior veio visitá-la precisamente por isso, porque há muito poucas em obra, desde que foi apresentado o programa até ao momento. Vão ser construídas muitas a nível nacional, a nossa será, seguramente, das primeiras e é um projeto que todos nos devemos orgulhar.-----

Mas as políticas de habitação não se fazem apenas com a construção ou a promoção de habitação de natureza pública. Fazem-se também, com a criação de condições, essencialmente com a criação de condições, para que os proprietários privados, os promotores, os empresários, possam construir habitação, remodelar e disponibilizar no mercado habitação a preços adequados para venda ou para arrendamento. E por isso está-se a rever às áreas de realização urbana – as Aru's, que o anterior executivo deixou caducar e que não renovou. Já estão feitos os relatórios, estão definidas as Aru's, falta apenas dar seguimento ao processo formal de aprovação em Câmara e Assembleia Municipal.-----

Estenderam as Aru's que, como se recordam, eram apenas na sede do Concelho, na cidade de Lamego às freguesias rurais. E porque? Por várias razões e motivos: primeiro pelo abandono das freguesias, é, de facto, gritante, e o edificado ficando abandonado vai-se degradar e provoca aqui uma espiral regressiva, que só prejudica esse processo. Segundo, porque parte dos imigrantes estão a chegar, estão a ser alojados nas nossas freguesias, porque há disponibilidade de casas e as rendas são mais baratas relativamente à cidade. -----

Portanto, tem-se aqui ao mesmo tempo, oportunidade e um problema que se tem que gerir. As principais freguesias, nomeadamente, Cambres e Britiande terão áreas de reabilitação urbana, que terão depois umas operação de reabilitação urbana formal, coordenada, ou seja, serão Município a fazer o investimento estruturante ao nível do espaço público e depois a criar os incentivos de natureza fiscal, de redução de taxas e licenças, para que os proprietários privados possam fazer a reabilitação das suas casas. -----

Na cidade será e já era assim, exatamente, igual, sendo que o modelo vai ser diferente, porque a cidade será uma única área de reabilitação urbana. Ou seja toda a cidade será área de reabilitação urbana. Espaços novos e os espaços não edificados, obviamente, não são de reabilitação urbana, só será reabilitação urbana onde há edificado para reabilitar. -----

Depois definiu-se mais um conjunto de freguesias que têm núcleos urbanos ou sede ou periféricos, periféricos, está-se a lembrar por exemplo da freguesia de Penude, que é uma freguesia dispersa constituída por vários povos, em que se identificou dois aglomerados urbanos, onde também se aplicarão também as Aru's. Quando fala em benefícios fiscais está a falar da redução do Iva de 23% para 6%, está a falar da isenção de IMT na primeira transacção, está a falar de isenção de IMI, está a falar de taxas municipais. Não são grandes incentivos, mas para somarem 20% de redução do custo de construção, é possível e isso é uma ajuda muito boa.-----

Está-se também a rever o PDM. O PDM tem uma implicação enorme na construção que se faz ao longo do período de vigência, que é de dez anos, mas depois acaba sempre por 15 ou 20 anos, de um plano desta natureza. -----

O Governo também diz que vai simplificar a revisão dos instrumentos do território, mas não se vê nada. Está-se a fazer em simultâneo, a alteração do nosso PDM e a revisão do PDM. A alteração do PDM, porque, supostamente, era só recolher todos os instrumentos de ordenamento que incidem sobre o Concelho de Lamego e verter para o PDM as normas que ali estão previstas, planos de ordenamento de albufeira, todas as reservas, redes, etc., planos de defesa da floresta contra incêndios. Pegarem todos estes instrumentos e verte-los para o PDM. -----

Parecia simples, mas não é. É complicado, é demorado, anda-se nisto há mais de um ano, e ainda não se conseguiu ter a alteração aprovada.-----

Disse que em dito ao Presidente da Região de Coordenação do Norte, esta comissão continua a pensar no mesmo modelo, modelo que já aqui foi referido pelo membro Alexandre Hoffmann, a construção desenfreada. Os PDM's que temos em vigor foram feitos para restringir construção, para restringir o alargamento dos aglomerados urbanos para solo rústico, numa época, que de facto havia essa tendência, onde se construiu desenfreadamente. Hoje está-se numa fase contrária, recessiva, em que é preciso habitação e não há. Portanto já se viu onde é que planos directores municipais restritivos aonde nos trouxeram, um país sem casas e onde elas existem no centro da cidade estão degradadas e abandonadas, portanto há que mudar o modelo e ele não vê que o modelo possa mudar. -----

Não há apenas um estratégia de habitação que é um documento, por mal que exista e está aprovado, há uma estratégia para habitação, que é múltipla, que vai desde o planeamento ao projeto, à sensibilização dos privados e das Juntas de Freguesia, há acção no terreno que já começou com a aquisição do terreno de Nazes, com a realização de projetos para Nazes, Britiande e Cambres.-----

Referindo ai membro Domingos Nascimento que falou aqui na Unidade Local de Saúde, não é um tema consensual, o Governo anunciou o alargamento a todo o país, o modelo de ULS, que já estava implementado em parte do Território. A avaliação dessas ULS não é favorável, genericamente, a nossa ULS será ainda assim uma ULS mais problemática do que aquelas que já existem, e porque abrange 21 concelhos, e uma área geográfica muito grande, não terá nada que ver.-----

O membro Domingos Nascimento falou dos problemas existentes e atuais, o Heliporto, que um problema apenas de licenciamento, funcionamento célere da Administração e não se consegue. -----

Falou do transporte intra-hospitalar, que é, efetivamente, um problema grave, que está a causar problemas graves, não apenas aos doentes mas também a quem presta serviço, nomeadamente aos nossos bombeiros. Interroga-se como é que uma estrutura vai crescer de forma gigante, e que vai gerir transportes numa área ainda mais vasta, vai conseguir melhorar uma coisa que já hoje funciona mal. Tem muita dificuldade em ver isto. Desafiou atempadamente na Comunidade Intermunicipal, o Ministro da Saúde, para explicar o modelo de ULS e a estratégia política que está por

de trás desta medida, o Ministro não o fez antes de sair, o processo das ULS'S vai fazê-lo agora, quanto mais não fosse e uma vez que o Governo e o partido Socialista tem maioria parlamentar, pode impor a sua vontade até ao final deste mandato. Pelo menos o nome podia-se ter mudado, para o ULS do Douro e do Tâmega, deixando de facto Trás-os-Montes para os transmontanos, para as terras de Trás-os-Montes. -----

Relativamente às questões colocadas pelo membro Pedro Torres, se os documentos são públicos, já são do seu conhecimento, chegar-lhe-ão formalmente em papel.-----

Relativamente à questão das feiras, uma vez que tem a informação, teria sido desnecessário o membro Romeu Sequeira dizer algo que não é verdade, relativamente aos pagamentos dos terrados. -----

Usou da palavra o membro **Carlos Loureiro**, para dizer que as Festas de Nossa Senhora dos Remédios correram mesmo bem, porque o único defeito que o PS conseguiu ver nas festas, foi as sinaléticas dos WC's, por, isso foram, realmente, umas excelentes Festas dos Remédios. Claro que vai puxar a brasa à sua sardinha e como ouviu uma alocação, que era a voz do Presidente da Câmara, que grande aposta que foi o carro de Lazarim, já que se está a trabalhar para que seja património mundial da humanidade, foi realmente uma excelente ideia, colocar um carro que alegrou as nossas avenidas e as nossas gentes, que foi unanime, por aquilo que se ouviu falar, que realmente foram fantásticos os nossos caretos, poi são sempre um grupo bastante divertido, que interagem com as pessoas.-----

Sabe-se qual é a preocupação do membro Pedro Torres em relação aos documentos, sabe-se o porque, está preocupado com o Wine Festival e outros, mas foi os únicos que ele pediu, na ultima vez. Mas é de não deixar de não apoiar, seja até aos limites que a Lei o permitirá, seja um festival de tão importância quer para o Douro, quer para lamego, embora no Porto de Cambres. Rentabilizou-se um espaço que não está rentabilizado durante o ano, está realmente desaproveitado, e acha que deve haver, sempre, um esforço enorme do executivo, neste momento é o Presidente da Câmara que preside, para que se continue a dar estas excedentes condições, para que este festival não mude para o outro lado de lá, como disse o cantor Miguel Ângelo, boa noite Régua. Por isso queremos que continue na parte de cá, e acha que esses esforços devem ser mantidos tendo ou não tendo os custos elevados.-----

Interveio o membro **Romeu Sequeira** para dizer ao Presidente da Câmara que não foi ele que disse que não havia financiamento, o Presidente da Câmara é que desencorajou, na apresentação do "1.º direito", as pessoas que estavam lá presentes, bem como todos nós aqui presentes. Ou seja, não poderia haver melhor forma de demonstrar isso. Voltando a mostrar o flyer, o famoso flyer da sessão, pois diz nas suas letras garrafais, "Estratégia Local de Habitação de Lamego", não foi ele que produziu isto. -----

E em relação a isto, o Presidente da Câmara disse há pouco que essa estratégia já estava feita, mas onde é que ele está, pergunta. Não sabe se a Câmara tem algum

cofre, deve estar lá dentro, ironiza. Acha que é importante ter-se atenção a isto, e perceber que a estratégia local para habitação para Lamego é bastante importante. ---- Importa aqui dizer que a maior parte dos municípios em todo o território nacional já têm definidos as suas estratégias locais de habitação. Ou seja, e conseguem substanciar aqui um retrato concelhio daquilo que são as suas realidades. Que era aquilo que nós devíamos fazer. E que depois é traduzida então num documento, que deve ser publicitado nos mais variados canais de comunicação da Câmara, por exemplo, nas redes sociais.-----

Ou seja, quando se fala numa estratégia local de habitação, não neste flyer, como o "1.º direito", a medida do Governo, fala-se num documento e esse documento tem que ser apresentado. Este documento para que os cidadãos, os investidores, empresários, possam ter, realmente aqui uma base de entendimento, de investimento e de trabalho, na área da habitação, e, nomeadamente, é necessário ter aqui uma análise SWOT, ou seja, consegue-se perceber aquilo que são os pontos fortes, os pontos fracos, aquilo que são as oportunidades, as ameaças. -----

Falou-se muito nas freguesias, mas, espera que, realmente, essa análise seja feita. E só assim é que nós conseguimos projectar melhor aquilo que possam ser os investimentos no nosso Concelho. -----

Aliás, chama a atenção, e isto é muito importante, para o que possa ser financiado pelo Plano de Recuperação e Resiliência, bem como alguns fundos comunitários da União Europeia. Quer também dizer que a dinâmica habitacional em Lamego, é, fortemente, determinada pelo processo, diga-se, de degradação física a que o parque habitacional tem sido sujeito. Mal há aqui algo muito importante, que são os muitos agregados familiares que atualmente vivem em fogos com más condições de habitabilidade, e em particular, no que diz respeito à habitação social. -----

Assiste-se também ao surgimento de novas situações de precarização, decorrentes das dificuldades financeiras que são sentidas por muitas famílias, que não conseguem aceder a uma solução habitacional de carácter permanente ou para investir na manutenção ou até no próprio melhoramento das suas casas.-----

Afirmou que se tem verificado, realmente, aqui um crescimento de dificuldades no acesso há habitação, as taxas, se fossem confortáveis, sobretudo no segmento do arrendamento jovem, mais uma vez a preocupação com os nossos jovens deve estar sempre presente, existem, naquilo que é o seu ponto de vista, poucos fogos no mercado. Sendo que a oferta atual é insuficiente, nisso não temos dúvidas para fazer face à procura tendencial que tem sido verificada, nomeadamente para o mercado de arrendamento. Neste contexto, o Município tem que dar uma resposta social, com o objetivo de proporcionar o acesso a uma habitação digna às famílias mais carenciadas do nosso concelho. Esta é a proteção social que nós não deixamos nem podemos de descurar. -----

A situação atual reforça a necessidade de robustecer, diga-se, os meios e recursos do Município, e de promover assim uma resposta mais efetiva às situações de carência que se verificam. -----

Urge aqui desenvolver uma reflexão estratégica, e, aqui, todos nós temos essa responsabilidade, de colocar a habitação ao serviço da superação de desafios territoriais. Designadamente no que diz respeito à necessidade de atrair e fixar residentes, através da requalificação da área urbana, naquilo que é o seu conjunto. ----

Importa então colocar em prática uma política pública local, esta sim, uma estratégia que reconheça a promoção da habitação, como um factor chave para a coesão social e económica do Concelho de Lamego. Procurando dar aqui algumas respostas a alguns desafios, e deu três desafios essenciais: primeiro - responder às carências habitacionais graves da população mais desfavorecida, segundo - colmatar falhas do mercado que conduzem à inacessibilidade habitacional e, terceiro - atrair investimento privado para a reabilitação do edificado e requalificar também o ambiente urbano. -----

É por isso, dirigindo-se ao Presidente da Câmara, que deve anotar que isto é, realmente muito importante, que o Município de Lamego elabore e promova a sua estratégia local de habitação, o tal documento estratégico que nós tanto precisamos. Através, claro, de um diagnóstico respetivo, definindo aqui uma estratégia de intervenção e que concretize um plano de ação para a resolução dos problemas e desafios que se colocam no parque habitacional de Lamego. -----

Por último, esse documento, refere-se a uma real estratégia local de habitação, é um instrumento programático, de âmbito estratégico, orientado em projectar uma visão para o futuro do nosso Concelho, procurando facultar um racional de atuação para o Município e para todos os seus atores. -----

Usou da palavra o **Presidente da Câmara** para agradecer as referências que foram feitas aqui às Festas, pelo membro Carlos Loureiro, uma referência à sua terra, que é muito justificada aos caretos de Lazarim e à sua dinâmica cultural, que todos querem ver reconhecida e valorizada.-----

Relativamente à intervenção do membro Romeu Sequeira confessa que agora ficou perplexo, pensou que ele estava aqui a fazer um jogo político, um jogo de palavras em torno da estratégia local de habitação.-----

Mas agora percebeu que o membro Romeu Sequeira não sabe que o Município tem uma estratégia local de habitação aprovada. Não conhece a estratégia local de habitação aprovada pelo Município, não conhece a vontade que o Presidente da Câmara já manifestou, de se alterar essa estratégia local de habitação.-----

Mas então começa por aí, a estratégia local de habitação está feita, foi ainda adjudicada pelo anterior executivo, foi o anterior executivo que escolheu a empresa que a fez, a estratégia está aprovada, foi adjudicada à mesma empresa, a monitorização da mesma com vista à sua alteração, é uma imposição também legal. O folheto que mostrou é uma pequenina componente da estratégia local de habitação,

no que se refere ao apoio a beneficiários diretos. Ou seja, a privados que serão financiados pelo PRR e que de acordo com a estratégia está limitada a trinta habitações próprias e permanentes. -----

E em relação ao remanescente da estratégia, alterou-se a estratégia para incluir ações de reabilitação, ao invés de ser só construção nova, a construção nova é mais simples de fazer, é mais barata, mas a reabilitação tem outro impacto no tecido urbano que é de salientar.-----

E portanto, já se adquiriu o terreno. Ou primeiro já se assinou o contrato de financiamento do PRR. Hoje já a segunda vez que diz que temos o contrato de financiamento assinado e o membro Pedro Torres diz que isto pode ser financiado no PRR, já se tem o contrato de financiamento no PRR, já se adquiriu o terreno para fazer a construção, os outros dois terrenos em Britiande e Cambres. Estão-se a preparar projetos, vai-se submeter a candidatura até ao final do ano. Vai-se começar a construir, se possível, em meados do próximo ano, para terminar em meados de 2026. Está tudo previsto, está mais que previsto, está pensado, responde às pessoas que vivem em casas sem condições, apesar de limitado a um valor muito pequeno e a um limite de trinta beneficiários. Responde à construção de habitação nova, para pessoas que são carenciadas e que não tendo rendimentos adequados, nunca terão acesso a uma casa própria, mesmo que seja uma casa económica. Responde à necessidade de olhar para as freguesias, para a distribuição do parque habitacional e da população, no concelho. Tem-se trabalhado com os atores privados, não apenas para que eles promovam os seus próprios rendimentos, mas também para que se disponibilizem a construir estas casas.-----

O governo anunciou a construção de vinte e seis mil casas a nível nacional, é uma imensidão de casas em relação àquilo que tem sido a capacidade construtiva dos últimos anos, não vai haver capacidade para o fazer. Está-se a preparar este processo, recorrendo nomeadamente, em termos de projeto, a soluções alternativas de construção mais eficaz, não iria dizer modelar, mas construção mais rápida, mais fácil de fazer, para se conseguir entregar estas casas antes do término do PRR.-----

Cumprindo integralmente, aquilo que foi o contrato de financiamento que já está assinado.-----

E os objetivos que nós temos e que são o que ele explicou antes, são o "1.º direito" Aru's, PD, apoio a beneficiários diretos, sensibilização dos promotores, dos cidadãos,, das Juntas de Freguesia, essa é que a verdadeira estratégia, as análises SWot, os papéis que já existem e que o membro Romeu Sequeira não leu, nas faz sentido estar a voltar a fazê-los, todos os documentos são públicos, como muito bem lembrou aqui o membro Pedro Torres, a estratégia local de Lamego está ao dispor de todos.

2.1.ASSUNTO: APRECIAÇÃO E DELIBERAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 19 DE JUNHO DE 2023-----

Presente para aprovação a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 19 de junho de 2023, cuja leitura foi dispensada, por unanimidade, em virtude de o texto ter sido distribuído previamente a todos os deputados. Feita a contagem verificou-se que estiveram presentes trinta e oito membros, existindo, cinco não votos de membros que não estiveram presentes naquela sessão.-----

O Presidente da Assembleia informou que estão trinta e cinco membros presentes na sala.-----

Deliberação: Aprovada por trinta e cinco votos, havendo sete não votos, por não terem participado na sessão anterior.-----

2.2. **ASSUNTO:** INFORMAÇÃO DOS REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NOS DIVERSOS ÓRGÃOS-----

Interveio o **Presidente da Assembleia** para perguntar se dos vários representantes, se houve alguma reunião, que queiram dar aqui nota, tirando a tomada de posse de alguns membros do Conselho Municipal de Segurança, parece-lhe que também não houve nenhuma reunião, o Conselho Municipal de Educação também não. Não sabe se houve alguma reunião com os representantes da Junta de Freguesia que se queira aqui nota.-----

Não havendo nenhuma intervenção deu-se este ponto como encerrado, por não haver informação a prestar à Assembleia Municipal.-----

De seguida deu a informação que se aprovou na última Assembleia Municipal a criação da Comissão municipal de Saúde, a Comissão Municipal de Saúde está dependente, neste momento da designação de três representantes dos grupos municipais, do PS e do PSD/CDS, aqui que ele iria pedir era que fizessem chegar esses representantes, têm que ser membros municipais, durante à próxima semana para nos podermos fazer em outubro, como tínhamos previsto a tomada de posse da Comissão e uma primeira conferencia de lançamento dos trabalhos da comissão.

3. **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

3.1.**ASSUNTO:** APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2, DO ARTIGO 25.º DA LEI N.º 7572013 E ARTIGOS 3.º, N.º 1, ALÍNEA C) E 17.º DO REGIMENTO E RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO EM 30 DE JUNHO DE 2023-----

Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** para dizer que a informação que traz está escrita, ficará depois ao dispor dos membros municipais para responder às questões que queiram colocar.-----

Contudo salienta alguns pontos, a começar por um evento que participou ontem no vizinho Concelho de Sernancelhe, vizinha pela circunstância de ser da mesma comunidade intermunicipal e ter-se essas relações de proximidade. Teve a honra de presidir à inauguração da remodelação de instalações da sede da Junta e das associações e centro de convívio da freguesia de Lamosa. É um espaço como muitas

similitudes como este em que nos encontramos, um espaço grande e polivalente, com espaço para funcionamento da Junta de Freguesia, das associações do Concelho, um espaço, de facto, central, de relação àquela comunidade.-----

 Isso fez-lhe lembrar, por isso o refere aqui, além do reconhecimento ter sido convidado para fazer essa inauguração, faz-lhe lembrar o esforço que foi feito pelo na generalidade das nossas Juntas de Freguesia, para construir equipamento – sede de junta, equipamentos de apoio á população, às coletividades, aos idoso para terem espaços de convívio.-----

E deixar aqui o incentivo para que se possa voltar a olhar para esses espaços, alguns deles, hoje, porventura, pouco utilizados, por força, nomeadamente, de fusão de freguesias que se verificou,, noutros casos por alguma falta de dinâmica, noutros casos por falta de condições físicas, que pode ser corrigido com uma intervenção conjunta da Câmara e da junta de Freguesia, para os quais se a Câmara está disponível. -----

Salientou também as atividades de enriquecimento curricular e aqui com uma componente muito forte de apoio à família;-----

O Campeonato de Motonáutica, que decorreu no fim de semana passado.-----

O Douro Porto Wine Festival;-----

A apresentação do livro da professora Aurora Simões Matos;-----

A visita da Ministra do Ensino Superior à residência de estudantes, já aqui referiu;-----

As Festas dos Remédios, também já aqui foram referidas, correram de forma excelente; -----

A Jornada Mundial da Juventude e a participação empenhada do Município de Lamego e dos restantes municípios desta Diocese de Lamego;-----

A entrega das medalhas de Mérito Municipal ao grupo de Teatro Aldeia Verde e também o Dr. Alexandre Hoffmann;-----

A ordenação de Dom Joaquim Dionísio, já teve a oportunidade de se referir a este ponto na sessão da Assembleia Municipal da Penajóia;-----

A visita do Embaixador do Chipre. No seguimento do 10 de junho. o Embaixador do Chipre visitou, de novo o Douro e discutiu-se algumas formas de aproximação e de estreitamento, no ramo comercial, entre o Chipre e a nossa Região; -----

A Exposição s Ana Hartherly, patente na porta dos figos.-----

Visita à Casa do Rio de Janeiro de Viseu, onde foi orador convidado no 57.º aniversário da Casa do Distrito de Viseu, no Rio de Janeiro;-----

A renovação da iluminação pública, a Presidente de Sande referiu-se à ampliação de rede e à revisão da iluminação que está ser convertida em Led,

A sessão integrada na estratégia da habitação dirigida aos beneficiários diretos, deixando mais um vez o apelo aos Presidentes de Junta, temos trinta famílias que podem beneficiar de apoio a fundo perdido para este efeito. Sabe que algumas Juntas

de Freguesia estão a trabalhar, outras por ventura não estão, seria muito injusto que cidadãos das vossas freguesias que reúnam as condições não acedam a este programa, por falta de informação ou de empenho, seja da Junta, seja da Câmara Municipal, dos seus serviços;-----

Relativamente às piscinas descobertas elas foram objeto de uma remodelação, antes da abertura e queria salientar aqui os 750 utentes, em média diária, nos cerca de cem dias que estiveram abertas; -----

A requalificação da rede viária, que também já se referiu a isso;-----

Várias intervenções em redes públicas de água; -----

Salientar alguns aspetos menos positivos, teve-se vários problemas de falta de pressão de água, em algumas freguesias, nomeadamente em Britiande, Várzea de Abrunhais, em Lalim e Ferreirim, que se concluiu, de decorrem de furtos na rede de água. E portanto os serviços municipais têm instruções para estarem permanentemente a monitorizar estas situações, e qualquer roubo de água, que é de roubo que se está a falar, será, obviamente, conduzido, num processo contra-ordenacional, e no processo judicial, que tem que se seguir. A água é bem público, escasso, custa muito dinheiro, e não pode ser roubada. E, nomeadamente quando estas situações acontecem é desvio para regras, para outras utilizações, que exigem caudais abundantes, provocando problemas na rede, além do prejuízo,-----

Afirmou que se está a fazer um reforço à rede de água noutros locais, Parada do Bispo, Figueira e Bigorne. E a nível de saneamento estabeleceu-se um novo contrato de manutenção das Etar's e Mini Etar's, , que estão a ser objeto de uma revisão profunda. Pede também aos Presidentes de Junta para acompanharem estes trabalhos, ajudarem na resolução dos problemas, que muitas vezes passam por limpeza, por via de acessos, a revisão propriamente dita das Mini Etar's ou Etar's, é da responsabilidade da empresa, mas depois também a rejeição do efluente, tratado, que terá que ser conduzido a um ribeiro e às vezes há problemas que depois afetam terrenos privados de forma desnecessária, se houver uma boa articulação entre a Câmara e a Junta.-----

Outro ponto que quer salientar a assinatura do contrato interadministrativo com o Ministério da Administração Interna, que teve a presença do Ministro da Administração Interna, Dr. José Luís Carneiro, para a reabilitação das obras da esquadra da PSP de Lamego, que irão avançar muito brevemente. -----

Tomou a palavra o membro **Paulo Barradas** para dizer ao Presidente da Câmara que queria, realmente, fazer voz de congratulação com a Medalha de Mérito que foi atribuída ao grupo de Teatro Aldeia Verde, de Lazarim. É uma associação que nas sua descrição, tem feito, de facto um papel, extraordinário, em prol da cultura do Concelho e em particular da sua freguesia. Aliás, costuma dizer que neste particular, Lazarim é, de facto uma comunidade muitíssimo particular e do ponto de vista cultural, muitíssimo rica. E esta Medalha de Mérito Cultural, assenta como uma luva a esta associação,

pelas suas descrição e pelo seu trabalho fantástico. Está de parabéns este grupo de teatro. -----

Depois a reboque da Associação Portuguesa dos Municípios com centro Histórico, queria voltar ao assunto que deixou pendurado há pouco.-----

De facto temos esta associação entre nós, à partida como ela nos traz um pouco mais de responsabilidade com aquilo que nós muito, vulgarmente, galhardamente, vaidosamente, até se calhar um pouco bairristicamente, não sabe, costumamos defender Lamego como uma cidade monumental.-----

Disse que, neste estatuto, não cabe, não cabe apenas o parecer da Direcção Regional. Ou seja, a certo que a Direcção Regional deu parecer favorável aquela solução (obra junto ao café Maia). Mas por certo daria o mesmo parecer favorável outras tantas possibilidades que ali se pudessem fazer. -----

Ora, uma coisa é certo, há quem dá parecer, mas esse parecer não é obrigatório, há quem dá parecer e há quem autorização. Bom, é vinculativo, talvez nós enquanto cidade monumental somos, não temos planos de pormenor, não temos regulamentos que salvaguardem aquilo que nós enquanto edilidade, temos do nosso património. Porque se nos está a dizer que é dessa forma, provavelmente, um dia destes temos a Torre Eiffel à frente da Sé Catedral, e vinculativo que é, está tudo bem. A ele não lhe parece nada disso.-----

Disse ao Presidente da Câmara a sua questão não é com ele, a sua questão é com todos aqueles, que a seu ver, desrespeitam o património arquitectónico de Lamego. Referiu que falou nesta Assembleia, fez reparos ao Presidente Rui Valadares, fez reparos ao Professor José António e fará reparos, sempre, a quem deva fazer. Não é uma questão pessoal de qualquer Presidente de Câmara. -----

Porque acha que Lamego como cidade monumental, que dizem que é, está sempre destinada a que quando há que escolher entre o monumental ou outra coisa qual, o monumental fica sempre prejudicado. Lamego está cheio de exemplos destes. Está cheio de exemplos destes nesta cidade. A cidade de Lamego começa a ficar super descaracterizada, o Presidente disse isso há um bocadinho, está a ficar descaracterizada, porque de uma forma mais ou menos permissiva, uns e outros, uns e outros, todos afinal de contas, vamos permitindo essa descaracterização, De facto ela já descaracterizada, pensa que não é argumento para deixar este descuido continuar.-----

Afirmou que das duas uma, ou nós travamos estes descuidos ou um dia destes, por favor tirem a placa da auto-estrada a dizer Lamego Cidade Monumental. Quanto muito ponham lá "Cidade quase monumental" ou "parcialmente monumental" ou queríamos que fosse monumental-----

Portanto ele crê que sim, há entidades que dão pareceres, dão pareceres, mas crê que a autarquia deve ter os seus meios próprios, instrumentos que digam o que é nós queremos da nossa cidade. Se não então não vale a pena, quer dizer que património a

que nos guardamos, afinal de contas. Nos somos muito ciosos com o nosso património, mas não guardamos, absolutamente nada.-----

De seguida disse ao membro Alexandre Hoffmann, muito naturalmente, quando esteve no partido Socialista, não podia ter encontrado socialistas marxistas, o marxismo foi banido do partido Socialista, em 1979. O partido Socialista deixou de ser partido Socialista marxista em 1979. Passou a ser Socialista Democrático. Já se está a ver porque o membro Alexandre Hoffmann não se sentia bem no partido Socialista. Mas, entretanto não é difícil de encontrar socialistas marxistas, basta telefonar à Rússia, telefonar à Correia do Norte, por certo, os seus amigos Putin, hão-de responder à sua chamada, com simpatia. -----

Interveio o **Presidente da Junta de Freguesia de Lazarim**, começando por cumprimentar todos os elementos presentes na sala, e um cumprimento natural ao Presidente da Junta de Freguesia de Avões por ter recebido esta Assembleia.-----

Disse que aquilo que vai dizer algumas coisas, provavelmente poderia ter dito no PAOD, mas uma vez que fazia parte da informação escrita do Presidente da Câmara, acha que faz sentido neste momento dizer-las. Uma delas leu que o Presidente da Câmara tem a intenção de alargar os pontos de carregamentos dos carros eléctricos, acha que seria importante, também alarga-los às freguesias, nomeadamente falado da sua, têm um monumento que é muito procurado e tem pessoas que o questionam por ainda não existir naquela freguesia.-----

Pois claro o motivo que o traz aqui, já aqui foi falado, parece que é um bocadinho chover no molhado, mas como Presidente da Junta teria que os abordar.-----

A participação dos Caretos da Freguesia de Lazarim na marcha, foi a primeira vez, acha que estiveram bem, deu-lhe um gozo especial, porque também participou, deu-lhe satisfação, porque ele metia-se com as pessoas e elas não o conheciam, estiveram bem, no que tocou a animar as Festas da Senhora dos Remédios.-----

Mas o verdadeiro motivo que o traz aqui falar, é o reconhecimento que o Município fez ao Grupo Teatro de Aldeia Verde de Lazarim, e agradecer as palavras do membro Paulo Barradas, sabe sempre ouvir estes elogios.-----

Mas se ele é Presidente de Junta que critica quando tem que criticar, mas é Presidente de Junta para elogiar quando tem que elogiar. E neste momento terá que elogiar a Vereadora da cultura, que sabe que também teve a sua parte nesta decisão, e claramente, o Presidente da Câmara, por esta coragem, normalmente os grupos e as associações de freguesias também são um bocadinho esquecidas, quando se lhe dá o valor que elas têm, porque o têm, acaba por ser também um ato de coragem, porque se fala muito de cultura em Lamego, toda a gente gosta muito da cultura em Lamego, mas é verdade e pede desculpa se vai ser injusto com alguém, e ali, naquele momento histórico para Lazarim, não viu lá grandes caras da cultura, isto entristeceu-o um bocadinho, mas é o que é. Um obrigado ao Presidente da Câmara.-----

Interveio o membro **Viriato Lemos** para dizer ao Presidente da Câmara que continua a não responder ao solicitado pelo deputado municipal que representa grande fatia dos lamecenses, fica mudo sobre alguns dos temas abordados e questionados nas assembleias anteriores porque?-----

Tomou a palavra o membro **Pedro Torres** para aproveitar e dizer que uma mentira dita mil vezes, pode passar a ser verdade, não sabe se por caso os membros sabem que proferiu esta frase. Disse que uma frase que todos nos utilizamos, até de forma mais ou menos comum, mas pegando aqui um pouco no conceito histórico, quem proferiu esta frase, que a tornou cause transversal na humanidade, infelizmente, foi lojef Wolves, que era nada mais, nada menos comunista da propaganda nazi. Tem que dizer isto por coisa muito simples. É que muitas das vezes vimos aqui fazer uma intervenção, nós podemos discordar dela, é um direito que nos assiste, o Presidente da Câmara também pode discordar de algumas que ele diz, mas há uma coisa que não pode acontecer, é ele estar a dizer uma coisa, e pegar na sua palavras dizer outra, completamente, diferente, com se isso de uma verdade se trata.-----

E diz isto, porque é feito de forma muito recorrente, e portanto, acima de todo, no debate, político, seja qual for, tem que ser sério. E tem que ser sério, quando vem aqui dizer e isto tem muito a ver com as informações que aqui foram proferidas, quando ele diz que foi feito um conjunto de pedidos em relação àquilo que são as próprias atividades do Município e por alguma motivo e o Presidente da Assembleia já fez questão de dizer nada tem a ver com a mesa, ainda não chegou aos membros da Assembleia, inclusivamente ao partido Socialista. -----

E quando diz que estas informações devem ser públicas, ninguém lhe pode a seguir dizer, como já são públicos, já tem conhecimento, não, as coisas não funcionam dessa forma. E se ele está a fazer um conjunto de pedidos, é porque não tem essa informação., é porque os nossos concidadãos não têm essa informação. Mas aproveita então, já que não tem essa informação e para ser resposta a verdade e para não partimos do pressuposto de Wolves, vamos então fazer uma coisa, vamos fazer aqui um exercício, um exercício de pergunta direta. Em a resposta é sim ou não. E se não, então quanto é que é. É muito simples, o Festival que decorreu em Cambres, no qual esteve presente nos dois dias e que muito lhe agradaram, porque, principalmente, confessa, até no primeiro dia com a vinda de um grupo, ele, pessoalmente gosta bastante, mas outros que estiveram presentes e principalmente até artistas nacionais deram excelente espectáculo, e que vai, inclusivé, colocar aqui a tónica, até para dar resposta em relação alguém que acha que ele é contra o festival, longe disso. Acha que é uma excelente porta, uma excelente plataforma, de desenvolver o gesto desta mesma atividade, e criar-se não um festival com cariz regional, mas sim um a referência nacional, quem sabe até internacional. Portanto é ele é a primeira pessoal a defender.-----

Agora acha que é um direito que nos assiste, saber quanto é que isto custa. Quanto é que isto custa ao erário público. Quanto que isto custa aos lamecenses. E depois pode-se fazer um juízo de valor, uns podem achar que é muito, outros podem achar, se calhar estamos a milhas de ainda de atingir os objetivos, mas nunca custa nada sermos direitos, dizer-se, claramente, quanto é que custa. E a pergunta é custou ou não custou trezentos e cinquenta mil euros? e se não custou quanto é que custou. Não vai aqui fazer nenhum juízo de valor, quer lhe diga muito sinceramente. Se for para ter um espectáculo com cariz internacional, trezentos e cinquenta mil euros não é nada.

Agora se se quiser fazer uma coisa que não passa apenas pelo aspeto local, se calhar o dinheiro gasto pode ser bastante. E qual que é o esforço da parte privada. São perguntas fáceis, custou ou não custou, é tão simples quanto isso.-----

Quando se coloca a questão de quanto a que custaram as Festas em honra de Nossa Senhora dos Remédios, acha que é provavelmente a atividade que nos temos que investir. E se calhar investir forma correta, às vezes aqui a importância não é quanto é que nos gastamos, é como é gastamos, qual é que é o retorno que isso nos traz. Disse que nunca o vão ouvir o Pedro Torres dizer é contra esta ou aquela atividade, que faz a promoção da nossa região, já mais, nunca o ouviram e por é que não vai permitir algum dia, aqui mais, que podem ser desmanteladas ou desmontadas quaisquer palavras que se possa referir sobre um determinado assunto.-----

Ainda acha ele, não fala gronhês, o suficiente, para dizer uma coisa, que, efetivamente, não disse. -----

Interveio o **Presidente da Câmara** para dizer que voltando à questão colocada Paulo Barradas, de facto, é uma situação complexa, como se a andorinha fizesse a Primavera, ou a árvores a floresta. Nem é esse o caso. O posto de truísmo nunca foi um edifício bonito ou bem integrado, ao lado existe um exemplo que não será também um dos melhores a novel de enquadramento estético e visual. A questão é. Quais são as regras urbanísticas que o Município pode impor naquele local. São as regras que de forma concomitante sobrepõem entre o que está nos nossos instrumentos de ordenamento e o que são as regras aplicadas a uma zona que tem condicionantes de proteção condicionada patrimonial.-----

O que nos ali verificamos é que o imóvel foi vendido, já aqui se falou, não interessa porque nem porque razões, é de um privado, que apresenta um determinado projeto que respeita um conjunto de normas urbanísticas base, que a moda da cêrcea, e um conjunto de condições estéticas e arquitectónicas, que um arquitecto que foi escolhido pelo proprietário apresentou e justificou. A questão é esta, tendo a Direcção Geral da Cultura do Norte aceite essas condições, poderia o município, mesmo assim não aceitar? No limite sim, poderia, mas abrir-se-ia um precedente, que era, então, qual é a regra que os promotores devem seguir, para garantir a aprovação de todas as entidades incluindo o Município. -----

Alguns daqueles edifícios foram remodelados há uns anos, mesmo aos edifícios encostados ao Teatro Ribeiro Conceição. Os da rua da Olaria têm vindo a ser remodelados, e vão continuar a ser, esperamos todos. Deixamos aqui de falar da reabilitação do Edifício, para criar melhores condições de habitabilidade, para criar um comércio mais dinâmico. Temos que, efetivamente, preservar o nosso património, temos que preservar e melhorar a traça da cidade, nas zonas onde ela, de facto, ainda é rica. Sabe-se que há zonas da cidade, em todas as cidades do país onde isso já não acontece, mas a questão é saber qual, quais são os critérios, qual é o limite da intervenção do Município, naquilo que são critérios de natureza estética. -----

Contudo, uma coisa é certa, uma cidade não pode ser estática, é evolutiva, vai evoluindo, em muitos casos é possível reabilitar, sem alterar a traça, noutros casos é necessário alterar, introduzindo, alguns elementos de novidade, de modernidade, o que é importante, a que a riqueza do conjunto e os valores essenciais se preservem.

E nós temos esta preocupação, como se teve na Avenida e na Olaria, no Bairro do Castelo, como queremos ter na Praça do Comércio, na zona envolvente ao Mercado Municipal, que está candidatada aos Bairros Comerciais Digitais e na zona da Cardoso Avelino e Macário de Castro, a necessitar de uma intervenção profunda e urgente, e toda aquela zona atrás da Sé, no Largo da Casa dos Parafusos, Rua da Pereira e Quelha do Montepio. -----

Todas essas quer intervencioná-las no espaço público, esperando que as intervenções dos privados correspondam a essa qualidade de intervenção e a essas regras que vão sendo passadas. Portanto não lhe poderá dizer muito mais em relação a isso, nem tome isto como assunto pessoal, é do urbanismo. Disse que não vê nessa intervenção passada todo o filtro, todo o crivo de pareceres que são necessários, e estando ainda em construção, esperando para ver essa situação final, o que é que vai acontecer. ----

Relativamente às questões colocadas pelo Presidente da Junta de Freguesia de Lazarim, saudando mais uma vez a presença dos Caretos na Marcha.-----

Também quer referir que em relação aos Postos de Carregamento de veículos eléctricos ficou deserto. Tem que se insistir ou então encontrar uma solução alternativa, eventualmente um investimento próprio, da autarquia, que era uma situação que quer evitar. Admite que nalgumas situações não tenhamos ainda dimensão para interessar os operadores privados, mas no centro da cidade, no Largo da Feira, uma bateria de dez carregadores é obvio que teria interesse, na central de camionagem, agora com os verduinhos eléctricos, teria muito interesse ter-se os carregadores, seria de certeza viável para uma empresa irá insistir no processo.

Relativamente às questões colocadas pelo membro Viriato Lemos, só lhe responde, sempre, às questões pertinentes que lhe são colocadas,

Em relação às questões colocadas pelo membro Pedro Torres, disse-lhe que o Wine Festival Douro não custou trezentos e cinquenta mil euros, custou muito menos.

Recapitulou os princípios de apoio do Município de Lamego estabelecidos em protocolo à empresa: infra-estruturação do recinto, transferes, beneficiação de acessibilidades, portanto, do caminho à estrada nacional 226,. No ano passado fez-se uma rede de água nova, fez-se uma estação elevatória de saneamento, que já leva o saneamento diretamente à ETAR, portanto o recinto já tem essas infra-estruturas, fez-se grande parte da vedação. Este ano conclui-se a vedação, foram seis mil euros, a maior despesa individual foi a infra-estruturação eléctrica, ou seja esticar cabos a partir do PT, armários de distribuição, gerador de recurso, e aquelas torres de iluminação que estavam espalhadas pelo recinto,

A TDL tem vindo a fazer o reforço da iluminação do recinto, mas é uma iluminação funcional sobre o arruamento. Não é propriamente dentro do recinto, e portanto, continua-se a ter essa necessidade, custou vinte e nove mil euros.

Teve-se que repor o pavimento, com aquele aglomerado que correu muito bem, porque absorveu a água que choveu, , que caiu no sábado, foram cinco mil euros, os transferes foram cerca de quinze mil euros, barcos e autocarros, uma ajuda preciosa ao Município do Peso da Régua, que puseram cinco ou seis autocarros e miniautocarros, , fazer os circuitos a partir dos saneamentos da Régua, uma parceria com a Câmara da Régua, o apoio deste Município é fundamental para o festival.

Teve-se a limpeza do recinto que foi assegurada, diga-se a meias, por nós no recinto com uma contratação local de cerca de cinco mil euros, e pelos promotores na zona VIP, na zona lateral ao Palco e haverá mais algumas despesas pequenas, mas o total das despesas pensa que não excede os oitenta mil euros e são despesas diretas, algumas são infra-estrutura que fica no terreno, que serão necessárias para o ano.

Disse que gostaria de ter feito e não se conseguiu fazer, e quando se reduzir a despesas, diga-se assim de investimento, poder-se-á fazer, eram uns sanitários fixos, que pudessem não apenas servir o festival, mas também, outros eventos que, pontualmente, se podem realizar naquele espaço, nomeadamente encontros de todo o terreno e outros eventos para os quais temos alguns pedidos ao longo do ano.

Portanto, acha que se está confortável, relativamente ao investimento que fazemos neste evento, ao retorno que tem, ao crescimento que teve do ano passado para este ano, e que nos dá a perspectiva de se poder no futuro ter, efetivamente, um grande festival de musica e vinho, num sitio edílico, do nosso concelho, trazendo muito gente, que lutou toda a hotelaria da região, desde Viseu, Vila Real, pelo Pinhão. Pessoas suas conhecidas ficaram desde o Mezio a Provesende, e outros sítios. Acha que temos aqui um programa, um evento, no qual devemos investir, é bom estar-se em sintonia em relação a isso.

Deliberação A Assembleia tomou conhecimento da Informação escrita.

3.2. **ASSUNTO:** APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO DE COOPERAÇÃO INTERADMINISTRATIVO A CELEBRAR COM O MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO-----

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta da Câmara Municipal, do seguinte teor: -----

“Considerando que o Município de Lamego é proprietário do edifício onde se encontra instalada a Divisão Policial da Polícia de Segurança Pública de Lamego e que este equipamento necessita de obras urgentes a realizar mediante acordo interadministrativo com o Ministério da Administração Interna;-----

Estando concluído o projeto de execução das obras e tendo sido indicado pelo senhor Ministro da Administração Interna, o dia 16 de junho de 2023 para assinatura e homologação do contrato, proponho à Câmara Municipal a ratificação do meu despacho, datado de 12 de junho de 2023, no qual aprovei a minuta do contrato de cooperação interadministrativo para obras de reabilitação das instalações da Divisão Policial da Polícia de Segurança Pública de Lamego.-----

Mais proponho que este assunto seja remetido à Assembleia Municipal para deliberação.”-----

Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** para dizer que pensa que o acordo interadministrativo que foi celebrado é auto explicativo, há muitos anos que nos ansiávamos a oportunidade de poder remodelar as instalações da Divisão da PSP de Lamego, seguindo o programa, que o Ministério da Administração Interna, tem, neste momento em curso, desenvolveram-se os contactos necessários para que pudesse ser elaborado o projeto, que foi elaborado pela Secretaria do Ministério da Administração Interna. E celebrado este protocolo, transfere para a Câmara Municipal a responsabilidade de lançar a empreitada, de fazer a gestão da empreitada, concluir as obras, e as pagar com o dinheiro que está previsto, ser transferido do Ministério para o Município.-----

Admite que há lacunas nos projetos têm que ser revistas, só esse aspeto está atrasar um pouco o arranque da empreitada, ou seja o projeto tem que ser complementado, com algumas intervenções que não foram incluídas, nomeadamente a centenária exterior do edifício, com alguns equipamentos que nos foram solicitados, que nos parecem fáceis de incluir, nomeadamente a colocação de portões automáticos, câmaras de vigilância, que facilitem a vigilância, nomeadamente nocturna das instalações e outros equipamentos. -----

Afirmou que logo que o projeto esteja revisto, será lançado a concurso, de modo que no primeiro semestre de 2024, se possa ter obra, depois de, naturalmente, encontrar-se uma solução transitória para instalar a PSP, durante o tempo que decorrerem as obras.-----

Acha que o trabalho da PSP, a proximidade da parceria que se tem mantido, para garantir a segurança dos nossos concidadãos, justificava este esforço, está a ser feito pelo governo e pela autarquia em cooperação.-----

Interveio o membro **Pedro Torres** para dizer que estes é daqueles pontos que se calhar nos traz, a total unanimidade. Disse que a PSP ao longo de vários anos, os

lamecenses, a PSP está instalada nesta cidade há muitas gerações, sacode, sempre um fantasma de tempos a tempos que a PSP abandonaria a nossa comunidade, neste caso a nossa cidade, que é a zona de intervenção direta da Polícia de Segurança Pública, e aqui está mais uma vez, de pois de tanto se falar, dizer que aqui está uma inequívoca aposta, clara, naquilo que é a manutenção de uma força de segurança pública, que é extremamente importante para nós. Que nos permite a nós lamecenses, mesmo, logicamente, que sabemos que vivemos numa comunidade em que é impossível o crime desaparecer por completo. Mas permite-nos a nós viver com uma qualidade de vida, ai que o Presidente da Câmara referenciava bem, na fase inicial deste debate. Nós aqui conseguimos manter e muito, também por culpada forma como há proximidade entre a força de segurança e a própria população. Permite-nos a nós ter padrões e qualidade de vida e neste caso em relação à segurança, que estão anos-luz daquilo que acontece nos grandes centros metropolitanos, das ditas colmeias que já aqui foram referenciadas. Este parece ser, de facto, um processo certo, que é o estado coloca também nas mãos das autarquias com maior proximidade, com menos burocracia, poder desenvolver e levar a cabo um projeto desta envergadura. -----

Portanto pode-se hoje dizer alto e bom som que a PSP não vai sair tão depressa de Lamego. Sim, este Governo e certamente os próximos governos quererão que a PSP se mantenha aqui, há aqui um investimento direto do estado para com Lamego e muito bem esteve a Câmara em receber de braços abertos este investimento que é tão importante e que é um dos pilares que tem a ver com a segurança da nossa comunidade.-----

O Presidente da Assembleia informou que estão trinta e nove membros presentes na sala.-----

Deliberação: A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

3.3 – ASSUNTO: APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO DA PROPOSTA DE RECONHECIMENTO DA ESTRADA NACIONAL 2 COMO PROJETO DE INTERESSE MUNICIPAL DA ESTRADA NACIONAL 2 PROMOVIDA PELA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA ROTA DA ESTRADA NACIONAL 2:-----

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal do seguinte teor:-----

“Instituída a 11 de maio de 1945 no Plano Rodoviário pelo decreto-lei n.º 34593, a Estrada Nacional 2 é a mais extensa estrada portuguesa, somando 739,26 quilómetros, e a única na Europa que atravessa um país em toda a sua longitude. Estende-se de Norte a Sul, ligando a cidade de Chaves, em Trás-os-Montes, à cidade de Faro, no Algarve. -----

A Associação de Municípios da Rota da Estrada Nacional 2 foi constituída a 5 de Novembro de 2016 em Santa Marta de Penaguião com o principal objetivo de criar riqueza e valorizar as pessoas dentro dos territórios atravessados pela N2, o

desenvolvimento turístico, a promoção económica e cultural dos municípios. Após quase sete anos a constituição desta associação, é notória a dinâmica e o impacto económico que os milhares de turistas que percorrem anualmente a Rota da Estrada Nacional 2. -----

O Município de Lamego tem vindo, ao longo dos últimos anos, a apostar em políticas de desenvolvimento económico para o concelho. Para o efeito, foram encetados esforços neste sentido, nomeadamente através da divulgação da Rota da Estrada Nacional 2 e da sua dinamização, de modo a tornar o concelho mais atractivo ao investimento económico, à criação de riqueza, emprego e novas áreas de negócio.

A N2 está a contribuir para a economia, hotelaria, restauração e comércio dos vários concelhos que atravessa e tem vindo a ser um contágio positivo para a retoma da economia que considera ser absolutamente necessária. -----

Atento o quadro legal de atribuições e competências das autarquias locais, fixado pelo anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, nos termos do qual compete aos municípios prosseguir os interesses próprios, comuns e específicos das respetivas populações. -----

O reconhecimento de Interesse Público Municipal, encontra-se regulado nas alíneas ff) e ccc) do n.º 1 do artigo 33º, conjugadas com a alínea k) do n.º 2 do artigo 25º, todos do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

A alínea ff) do n.º 1 do artigo 33º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro refere que é competência da Câmara Municipal "Promover e apoiar o desenvolvimento de atividades e a realização de eventos relacionados com a atividade económica de interesse municipal" e a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro compete à Câmara Municipal "apresentar propostas à assembleia municipal sobre matérias da competência desta". -----

Com objetivos de uma maior consolidação, qualificação, internacionalização e sustentabilidade para o projeto Rota da Estrada Nacional 2, através de candidaturas de apoio e incentivos a nível Nacional e Europeu, o Sr. Presidente da AMREN2, Dr. Luís Machado, e de acordo com o acordado anteriormente, desafiou todos os Municípios atravessados pela EN2 a reconhecerem a Rota da Estrada Nacional 2 como Projeto de Interesse Municipal. -----

Considerando que se trata de um projeto de coesão territorial, que se enquadra nos objetivos estratégicos definidos para o município, nomeadamente quanto à sua afirmação no contexto regional e nacional, como área privilegiada de oferta de atividades turísticas/lazer e económica, sustentada na promoção territorial e dos produtos endógenos submete-se à digníssima Câmara Municipal a aprovação e submissão à Assembleia Municipal, para efeitos de emissão por aquele órgão de Declaração de Interesse Municipal, nos termos do disposto na alínea k) do n.º 2 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.-----

Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** para dizer que a Estrada Nacional 2 tem-se afirmado como um elemento importante do desenvolvimento turístico de um conjunto de Concelhos que Norte a Sul do país são atravessados por esta via. Muita gente faz a estrada Nacional 2 ou troços dela, de diversas formas a pé de bicicleta, de mota, de carro, de caravana, e tem sido muito interessante a par de outros circuitos, caminhos percursos, nós temos a atravessar o nosso território, assistir ao crescimento deste fluxo.-----

Disse que a Associação da Rota da Nacional 2 propôs aos municípios atravessados pela Estrada que a declarassem de Interesse Municipal, o Município de Lamego decidiu, a Câmara Municipal decidiu e por isso propõe à Assembleia que esta declaração seja proferida, para que Estrada Nacional 2, que atravessa o nosso Concelho, passe a ser de interesse Municipal. -----

É obvio que, para ela ter verdadeiro interesse, deve ter boas condições de circulação e por isso fica o apelo que se fez às Infra-estruturas de Portugal, mas que aqui reiteramos, para que a nossa Estrada Nacional 2 sejam revistas, especialmente no troço entre Penude e Bigorne. Disse que há tempos passava numa estrada a 70 kms do Algarve, dizia Faro 70 Kms, e alguém de Penude disse, mas que estrada a essa. Esta é a nossa é a Estrada Nacional 2, mas está tão pintada, está tão bem pintada, e tão bem pavimentada. Disse que é um bom sinal, há sítios onde a estrada nacional 2 está em boas condições, não é infelizmente, o caso de parte que aqui atravessa o nosso Concelho. -----

Tirando esse aspeto de manutenção que nada desmerece o projeto, apenas o prejudica, porque quem faz a rota da Estrada Nacional 2, gostaria de trazer melhores condições, quer de conforto quer de segurança desse percurso que se faz de conhecimento ou de reconhecimento, de Norte a Sul do país, do nosso Portugal interior.-----

Usou da palavra o membro **José Manuel Correia** para dizer de alguma forma subscrever o que o Presidente da Câmara disse, valorizar esta proposta para o reconhecimento da Estrada Nacional 2, como projeto de Interesse Municipal. Sabe-se que é um produto turístico de excelência. A par, já aqui falamos hoje, a par das Festas de Nossa Senhora dos Remédios, num contexto diferente, mais local, esta é, claramente mais um exemplo, de que Lamego não tem vergonha, de se assumir, como dizia há um bocadinho o membro Pedro Torre. É uma oportunidade que estamos à aproveitar.-----

Por alar em festas não podia deixar de sublinhar, um aspeto importante, pensa que rotular como um fracasso e o insucesso, por meia dúzia de pormenores, que até são constantes do tempo, envergonham as pessoas, pensa que não fica bem ao Presidente da Concelhia do PS, quando se esperava dele uma visão estratégica, sobre as Festas de Nossa Senhora dos Remédios e não um análise de conjunto,

pontual, de pequenos pormenores, que acontecem, com certeza serão melhorados assim que possível. -----

Mas de uma forma geral fica bem reconhecer-se que as festas correram bem. -----
 Portanto este um produto turístico de excelência e que, realmente, Lamego, está a saber aproveitar. Para se ficar com uma ideia, disse que em 2022 foram 6250 pessoas que carimbaram o passaporte da Estrada Nacional 2, e foram 6250 oportunidades de se vender este produto turístico que é Lamego. Portanto é uma oportunidade e uma sorte que atravessa 35 concelhos e que passam também aqui em Lamego. Inclusive o Presidente e ele próprio, neste aspecto que é importante, também temos a sorte, neste Concelho, naquele local muito próximo ali na região do Barosa passar a Estrada Nacional 2, a Estrada 222 junto ao Rio Douro, o Caminho dos Monges, a Rota de Torres, ou seja aquele deslumbre, que as escarpas e garganta do Barosa, ou seja, um conjunto de oportunidades, que nos temos e com certeza Lamego também está a saber aproveitar.-----

Por isso e resumindo faz tudo o sentido, para nós os lamecenses, subscrevermos esta proposta, e considerar a Estrada Nacional 2 o projeto de interesse nacional (pin) Tomou a palavra o membro **Pedro Torres** para dizer que em relação a este ponto apenas gostaria o seguinte. Acompanham o Presidente da Câmara quando diz que, de facto, o troço que está presente no nosso território, e a parte que não diz respeito, à responsabilidade municipal e referiu-se, concretamente entre Penude e Bigorne, de facto está num estado bastante lastimável.-----

Portanto nós próprios apelamos da qui e a partir daqui, para que, de facto, o Estado faça aquilo que é a sua competência, que é criar, efetivamente, uma alternativa, àquilo que é a A24, não vai falar da questão do turismo. Mas quando se quer aplicar portagens numa auto-estrada, o princípio é básico, temos que ter uma via alternativa. E a Estrada Nacional 2 é uma via alternativa. Em fim neste momento não dignifica aquilo que já é o aspecto que ganhou a nível da sua capacidade turística, daquilo que é a passagem de pessoas de carro, de bicicleta, mas vamos ser também honestos, muitos motociclistas, onde ele, inclusive se inclui.-----

Mas já que estamos a fazer um pedido para que a estrada fique melhor, e porque se calhar alguns de nós não são motociclistas, e aparentemente a estrada com um piso como deve ser. -----

Exatamente no troço inicial, dentro do Nosso Concelho, mal se sai da zona da Régua, fazendo este troço e vai até à parte inferior de Cambres, naquela zona da Casa da Formiga, para quem lá passar de mota, e ele sabe que há aqui algumas pessoas, garante que se apanha ali alguns valentes sustos, porque existe uma irregularidade brutal na Estrada, embora o piso pareça relativamente bom, mas existem lombas e valas que são extremamente perigosas, principalmente para os milhares e milhares de ciclistas, que semanalmente atravessa esta estrada. Portanto o partido Socialista está

completamente a favor, queria deixar apenas uma nota que já foi evidenciada pelo membro José Manuel Correia.-----

Temos que começar a olhar e pensar que também é uma competência de todos nós, que estamos aqui, para aquilo que é o próprio enquadramento da Estrada Nacional 222, para quem não sabe, liga Vila Nova de Gaia e vai praticamente até à fronteira espanhola, até à zona da Meda. É uma estrada que está a receber um caudal, perfeitamente, brutal, daquilo que é o próprio turismo. E se é bem verdade não bate dentro daquilo que é o território da cidade, nós não nos podemos esquecer, que todo o preenchimento que vai desde a Penajóia até à freguesia de Samodães, são largos os quilómetros que atravessa a Estrada Nacional 222, que faz inclusive, intercepção, acaba por fazer e tem uma zona até de intercepção até à 222.-----

Acha que também quem começar a olhar para isto, bem sabe que isto obriga também aqui uma interligação dos diferentes Municípios, mas a Estrada Nacional 222, para além de ser uma Estrada Fantástica para se conduzir, permite-nos fazer aqui uma única ligação. E olhando para o nosso território, a única ligação que nos temos entre diferentes municípios que estão na margem Sul do Douro.-----

Portanto temos que olhar para esta estrada, como algo que se tem interligar, E garante uma coisa, hoje em dia, há uns anos atrás, apenas havia uma estrada que era conhecida por toda a gente, que saía da cidade de Chicago e desaguava nas praias de Santa Bárbara, na Califórnia, quer a estrada 76. como dizem os americanos a route 76. Aquilo consegue gerar de capital turístico e desenvolvimento das cidades limítrofes, é uma coisa, perfeitamente brutal. E se, de facto, o turismo, principalmente este tipo de turismo, que são pessoas que atravessam essa estrada, que param, que pernoitam, que ficam, e que voltam de novo a visitar o nosso território, tem que se utilizar todas as ferramentas para elevar essa mesma posição.-----

Usou da palavra o membro **Viriato Lemos**, para perguntar quais são os encargos com este processo, são sempre os mesmos a lucrar.-----

Interveio o membro **Carlos Loureiro** para dizer ao Presidente da Câmara que é importante, realmente, este ponto, mas como membro Pedro Torres disse, ele que é uma pessoa usuária de a fazer, na Estrada Nacional 2 de, já teve o prazer de a fazer de carro, mas não de bicicleta, acha que deveria acautelar em futuros projetos que vão ser intervencionados, principalmente na nossa zona e sensibilizar também os colegas de Municípios a qual pertencem esta Estrada Nacional 2, para que, de facto, cada vez mais procuradas, por empresas internacionais, para fazer a Estrada n.º 2, de bicicleta e acautelar, se possível, ciclovias, para esse efeito. Acha que seria uma excelente ideia.-----

Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** para dizer que pensa que estamos todos de acordo. Relativamente ao interesse deste projeto e à necessidade de requalificar a Estrada Nacional 2. Também em relação à Estrada 222 e à própria Estrada 226, entre a cidade e o limite do Concelho em Rossas, é necessário que ela tenha uma

manutenção adequada, que não tem, uma vez que é uma estrada com uma utilização urbana muito intensa. -----

Em relação à Estrada 222, entre Bagauste e o limite no Concelho na Penajóia, é uma estrada, de facto com interesse turístico extraordinário. Foi objeto de um processo de reabilitação lançada pela então Estrutura de Missão do Douro, que foi apresentado publicamente, que existe, que está feito, tem soluções pensadas para cada um dos pontos de estrangulamento, entre a Barragem e o Torrão, entre o Torrão e o cruzamento para Lamego, pela estrada pombalina, e depois até ao limite do Concelho. Afirmou que era um projeto que devia ser retomado, que nos dava muito interesse, uma vez que grande parte da nossa hotelaria e dos espaços visitáveis, a nível enoturístico, está concentrado sobre este eixo. Aliás no decurso da preparação do caminho de acesso ao Festival, ao Porto Fluvial de Cambres, nós temos sido confrontados com os pedidos insistentes da hotelaria para reabilitar o antigo caminho ribeirinho, que permitisse desviar os turistas que acabam por passear ao longo da Nacional 222, sem terem qualquer condição de segurança e pode-los desviar para um caminho ribeirinho, que fizesse essa alternativa.

Mas concluindo, além da Nacional 2, as outras duas estradas nacionais que ainda atravessam o nosso Município, são também de grande interesse e vão ser objeto de reabilitação e no caso da 226, pelo menos de manutenção regular.

O Presidente da Assembleia informou que estão trinta e sete membros presentes na sala.-----

Deliberação: A proposta foi aprovada por unanimidade com trinta e seis a favor e uma abstenção.

3.4. **ASSUNTO:** APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL PARA A PROMOÇÃO DA IGUALDADE E A NÃO DISCRIMINAÇÃO-----

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal, do seguinte teor:-----

“Considerando que é competência da Câmara Municipal assegurar a integração da perspetiva de género em todos os domínios de ação do município, designadamente através da adoção de planos municipais, nos termos da alínea q) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais.-----

Considerando que foi aprovada, pela Autoridade de Gestão do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego, a candidatura POISE-01-3422-FSE-000024 para a concessão de uma comparticipação financeira do Fundo Social Europeu à operação designada por Plano Municipal para a Igualdade e a Não Discriminação, nos termos do aviso de abertura de candidatura n.º POISE-22-2020-03.-----

Considerando que foi celebrado, em 21 de setembro de 2021, um Protocolo de Cooperação entre o Município de Lamego e a Comissão para a Cidadania e a

Igualdade de Género, que visa a promoção, execução, monitorização e avaliação de medidas e ações que concorram para a territorialização da Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030 “Portugal + Igual” (ENIND), ao nível do Município.-----

Considerando que foi celebrado um contrato de prestação de serviços com o Instituto de Cidades e Vilas com Mobilidade para a elaboração do Plano Municipal para a Igualdade e a Não discriminação.-----

Neste âmbito, foi solicitado parecer à Equipa para a Igualdade na Vida Local (EIVL), constituída pelo Despacho n.º 33/2022, de 10 de maio, do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lamego, a qual emitiu parecer favorável ao plano de ações do PMIND.-----

Foi também presente ao Conselho Local de Ação Social, na sua reunião ordinária de 28 de dezembro de 2022, para conhecimento.-----

Face ao exposto, proponho que a Câmara Municipal delibere aprovar o Plano para a Igualdade e a Não Discriminação, nos termos constantes do documento anexo à presente proposta e que desta faz parte integrante, ao abrigo do disposto na alínea q) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais.”-----

Interveio o **Presidente da Câmara** para dizer que pensa que estamos mais um ponto que merecerá consenso, o plano que designa-mos por Lamego mais igual, “é um imperativo legal, mais do que um imperativo legal, é um imperativo moral, para combater as inúmeras situações de discriminação que ainda há, nalguns casos que se acentuam e portanto este plano vai dar resposta àquelas que são as situações de discriminação ou de abuso mais comum e propor soluções que possam ser levadas a cabo, desde já, com a participação, naturalmente, naturalmente, de toda a comunidade, de toda uma rede alargada de parceiros, porque não compete ao Município resolver todos os problemas em temáticas tão alargadas como esta da não discriminação. -----

Algumas das questões, nomeadamente, as óbvias, como por exemplo as nível das acessibilidades, para pessoas com mobilidade reduzida e outras, está-se a trabalhar soluções pontuais e soluções mais abrangentes a nível do Concelho. Nas questões de igualdade de género, tem-se um trabalho de apoio às vítimas de violência doméstica, um trabalho continuado. Há outras situações que são situações menos frequentes, e algumas até novas, que merecem toda a atenção, e o plano irá ajudar a prevenir essas situações e a sensibilizar todos nós para as mesmas. -----

Interveio o membro **Alita Carvalho**, começando por cumprimentar todos os presentes na sala, um cumprimento especial ao Presidente de Junta de Freguesia de Avões, um cumprimento também a todas as pessoas que nos acompanham através das redes sociais.-----

.De seguida afirmou que a promoção da igualdade e a não discriminação são princípios fundamentais da Constituição da República Portuguesa e também uma responsabilidade dos municípios. O poder local tem um papel crucial na redução e eliminação das desigualdades e na aplicação real e efetiva do respeito pela diferença e, para isso, beneficia de uma posição privilegiada de proximidade com a população e o conhecimento das condições de vida e das expectativas das pessoas que habitam o seu território. Porque é nesta proximidade e após o reconhecimento das necessidades, que se apresentam as soluções para uma comunidade mais igualitária e equilibrada. É essencial que um Município reconheça o princípio da igualdade como uma condição essencial à construção de um futuro sustentável para as suas e seus municípios, onde exerçam uma cidadania plena e beneficiem, efetivamente, dos seus direitos. É, igualmente, uma responsabilidade indelegável de cada um de nós, enquanto ser individual, contribuir para o desenvolvimento de um cultura local e global, de direitos humanos, de não discriminação e de não-violência. Mais igualdade, menos discriminação e o crescimento da responsabilidade social, compromete-nos, enquanto sociedade, e estimula-nos a mudarmos comportamentos enquanto cidadãos e cidadãs.-----

É certo que ao longo dos tempos, os governos têm desenvolvido esforços no sentido de implementar políticas de igualdade de oportunidades. Não obstante os esforços desenvolvidos e os resultados alcançados, persistem desigualdades, assimetrias e as discriminações. O género, a idade, a cultura, a religião, a nacionalidade e a orientação sexual, entre outros, não são, não podem ser, critérios diferenciadores e condicionadores para a igualdade de oportunidades e de tratamento que todos deve assistir.-----

Este Plano Municipal para a Igualdade e não Discriminação Lamego Mais Igual apresenta-se como um documento operativo e estratégico, elaborado para responder às carências reconhecidas aquando da elaboração do Relatório de Diagnóstico. Um instrumento de compromisso e de política global para a promoção da igualdade e não discriminação, e que integra a perspectiva de género e os princípios de não discriminação, de modo transversal a todas as áreas e domínios de intervenção do município.-----

Neste Plano propõe-se um conjunto de objetivos estratégicos específicos, que se materializam em medidas concretas e aplicadas ao território, com o objetivo de melhorias em matéria de igualdade e não discriminação, na organização autárquica e no concelho. Desta forma, este Plano constitui-se como um instrumento operativo que nomeia as prioridades estratégicas de intervenção, identificando objetivos a curto, médio e longo prazo, integrando medidas e ações específicas, definindo os recursos mobilizáveis e os responsáveis pela sua prossecução, bem como mecanismos e ferramentas de acompanhamento e monitorização. O “plano adequa-se aos objetivos de política pública, mais concretamente, os objetivos estratégicos das políticas

integrados nos seus diferentes Planos Nacionais de Ação” que passo a citar: Plano de ação para a igualdade entre mulheres e homens; Plano de ação para a prevenção e o combate à violência contra as mulheres e a violência doméstica; plano de ação para o combate à discriminação em razão da orientação sexual, identidade e expressão de género e características sexuais; Prevenção e o combate ao tráfico de seres humanos; e Estratégia nacional para a inclusão das pessoas com deficiência. ---

O Plano de ações que compõem o Plano Municipal para a Igualdade e não Discriminação Lamego Mais Igual integra, ainda um instrumento de apoio, um Guia prático para a utilização da Comunicação Inclusiva, por se considerar que uma linguagem e interação mais assertiva potencia uma sociedade mais justa e igualitária. Em jeito de conclusão, talvez possamos refletir, um pouco, sobre o conceito igualdade. Pretende-se que este conceito de igualdade seja usado no sentido de uniformização ou normalização? Quando se fala de igualdade de género, por exemplo, não se pretende que mulheres e homens assumam comportamentos padrão, mas antes que se diferenciem, enquanto pessoas e seres individuais, nas identidades definidas por si próprias/os e não por clichés sociais e culturalmente transmitidos. No século XXI não deveríamos estar a falar de direitos das mulheres, mas sim de Direitos! Direitos humanos, homens e mulheres iguais na vida em sociedade, com igualdade de oportunidades. Igualdade é, portanto, reconhecer e aceitar as diferenças existentes entre as pessoas, de forma a valorizar a diversidade e a promover a igualdade de oportunidades. É conferir igual capacitação, visibilidade e participação de todas as pessoas na sociedade. É contribuir para o desenvolvimento de uma cultura de direitos humanos e, para isso, prevenir, combater e eliminar todas as formas de discriminação. A seu ver temos de nos sentir desafiados a sentir os outros, e a criar condições para todos se sintam capazes de ser uteis e dar o seu melhor, mais do que impor regras, é assumir o compromisso de simpatizar com os que nos rodeiam e perceber que quando nos comprometemos a criar iguais oportunidades, crescemos e melhoramos como comunidade. -----

Para finalizar, queria aqui relembrar uma frase de Boaventura de Sousa: “Lutar pela igualdade, sempre que as diferenças nos discriminem, lutar pela diferença, sempre que a igualdade nos descaracterize”-----

Tomou a palavra o membro **Viriato Lemos**” para dizer que vai votar contra, todos diferentes e todos iguais, este plano só vem mais uma vez, como os outros a nível nacional trazer problemas que não existem, ou se existem, são de diminuta presença. Quem escolheu a equipa e que critérios utilizaram.

Tomou a palavra o membro **Alexandre Hoffmann** para dizer gostaria de forma muito breve, saudar este documento e o que nele se verte como objectivo, bem como na pessoa da senhora vice-presidente a equipa que o produziu. Esperamos que este plano municipal possa ser um instrumento eficaz e determinante na promoção da

igualdade e dos caminhos para o fim da discriminação, assuma a forma que assumir. É hora que a igualdade preconizada em lei, seja igualdade efectivada em todas as dimensões da vida das mulheres trabalhadoras.

O Presidente da Assembleia informou que estão trinta e oito membros presentes na sala.-----

Deliberação: A proposta foi aprovada com trinta e sete votos a favor e um voto contra.

3.5-ASSUNTO: APRECIACÃO DAS MINUTAS DOS CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETENCIAS PARA A RREALIZAÇÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR E TRANSPORTE PARA AS ATIVIDADES DE APOIO À FAMÍLIA A CELEBRAR ENTRE O MUNICIPIO DE LAMEGO E AS JUNTAS/UNIÃO DE FREGUESIAS – ANO LETIVO 2023/2024

Presente à sessão da Assembleia a proposta de deliberação da Câmara Municipal, propondo que a Câmara Municipal delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal, as minutas dos contratos interadministrativos de delegação de competências para a realização de transporte escolar e de transporte para as atividades de animação e de apoio à família, a celebrar entre o Município de Lamego e as Juntas/União de Freguesia(s) abaixo discriminadas, a vigorar durante o ano letivo 2023/2024.-----

O encargo para o ano letivo 2023/2024 é de 175.296,63€, repartido da seguinte forma:

Juntas/União de Freguesia(s)	2023			2024			Total
	Transporte Escolar	Subvenção	Transporte AAAF	Transporte Escolar	Subvenção	Transporte AAAF	
Freguesia de Britiande a)	4 885,51 €	0,00 €	0,00 €	9 771,01 €	0,00 €	0,00 €	14 656,52 €
Freguesia de Ferreirim b)	3 738,00 €	0,00 €	962,50 €	7 476,00 €	0,00 €	2 100,00 €	14 276,50 €
Freguesia de Figueira c)	2 973,79 €	0,00 €	0,00 €	5 947,57 €	0,00 €	0,00 €	8 921,36 €
Freguesia de Lalim d)	5 000,00 €	0,00 €	0,00 €	10 000,00 €	0,00 €	0,00 €	15 000,00 €
Freguesia de Várzea de Abrunhais e)	2 670,00 €	0,00 €	0,00 €	5 340,00 €	0,00 €	0,00 €	8 010,00 €
União de Freguesias de Bigorne, Magueija e Pretarouca f)	11 682,73 €	0,00 €	183,75 €	23 365,47 €	0,00 €	441,00 €	35 672,95 €
União de Freguesias de Cepões, Meijinhos e Melcões g)	24 666,63 €	810,60 €	731,50 €	49 333,37 €	1 621,20 €	1 596,00 €	78 759,30 €
Total	55 616,66 €	810,60 €	1 877,75 €	111 233,42 €	1 621,20 €	4 137,00 €	175 296,63 €

a) Transporte dos alunos residentes na freguesia de Britiande para o Centro Escolar Lamego-Sudeste, transporte dos alunos residentes na localidade de Bairral para as Escolas Secundárias Latino Coelho e Sé e transporte no âmbito das atividades de animação e de apoio à família.-----

b) Transporte dos alunos residentes na freguesia de Ferreirim para o Centro Escolar Lamego-Sudeste e transporte no âmbito das atividades de animação e de apoio à família.-----

c) Transporte dos alunos residentes na freguesia de Figueira para o Centro Escolar Lamego-Sudeste.-----

- d) Transporte dos alunos residentes na freguesia de Lalim para o Centro Escolar Lamego-Sudeste.-----
- e) Transporte dos alunos residentes na freguesia de Várzea de Abrunhais para o Centro Escolar Lamego-Sudeste.-----
- f) Transporte dos alunos residentes nas freguesias de Bigorne, Magueija, Penude, Pretarouca e Vila Nova de Souto D`El Rei para o Centro Escolar Lamego-Sul e transporte no âmbito das atividades de animação e de apoio à família.-----
- g) Transporte dos alunos residentes nas freguesias de Cepões, Meijinhos, Melcões, Parada do Bispo, Valdigem e Lazarim para o Centro Escolar Lamego-Sudeste e transporte no âmbito das atividades de animação e de apoio à família.-----

Usou da palavra o **Presidente da Câmara** para dizer que, apresenta como é habitual o contrato interadministrativo a celebrar com as Juntas de Freguesia para a realização dos transportes escolares dos alunos do primeiro ciclo, maioritariamente e jardins-de-infância, para os centros escolares.-----

Os contratos são similares aos do ano anterior, com uma exceção. A Junta de Freguesia de Lazarim vai deixar de assegurar os transportes na freguesia, que passarão a ser assegurados pela freguesia de Cepões. Disse que a este respeito tem-se, efetivamente, um problema com que nos vamos confrontar no próximo ano e no seguinte, que tem a ver com a idade limite das viaturas que estão ao serviço das juntas de freguesia, e que são utilizadas nos transportes escolares.-----

Embora muitas delas estejam em boas condições, de funcionamento, o Governo tenha feito uma prorrogação apenas ligeira da idade limite para estas viaturas deixarem de fazer transportes escolares, é um assunto que se tem de discutir, na Câmara e nesta Assembleia Municipal, previamente com os Presidentes de Junta, se este é um modelo adequado e se queremos manter ou se, de forma alternativa, integramos os transportes escolares na rede de transportes municipais.-----

Deve também acrescentar que se apresentou uma candidatura, que foi aprovada, para a reformulação e o estudo dos transportes escolares, priorizando formas de transporte alternativo. Ou seja há muitas crianças que estão a 1,5Km, 1km ou a 500 metros da escola, os pais pegam no carro para as ir levar à escola, quando podiam fazer esse percurso a pé, nos dias de bom tempo, de bicicleta, eventualmente arriscado. Mas estudando esta situação, poderemos retirar algumas crianças da pressão do transporte escolar, e da pressão do transporte individual, que, de facto, acarreta transtornos para a vida das famílias. -----

Para já esta situação está como está, desde pelo menos de 2007 que este serviço é assegurado pelas Juntas de Freguesia, com muita satisfação por parte dos utentes, com um custo elevado pra o Município, mas isso seria, sempre, inevitável, poder-se-á integrar a análise destes protocolos para o próximo ano, nesse estúdio que se irá fazer, ao abrigo dessa candidatura, que agora se conseguiu aprovar, situação a trazer numa futura Assembleia Municipal.-----

Interveio o membro **Alexandre Hoffmann** pra dizer que é seu entendimento, que mesmo que em muito compreendamos a necessidade das juntas para estas verbas, que elas resultam de três processos políticos distintos para os quais não concordamos: o plano de encerramento contínuo e progressivo de encerramento de escolas básicas e jardins de infância nas zonas mais ruralizadas, de um processo de transferências de competências que não tardará a dar-se razão ao PCP, em muito penalizará as autarquias e a qualidade dos serviços prestados, e por fim de uma responsabilidade que deveria ser, em última análise, responsabilidade da Câmara, garantir para todos e de forma igual, o transporte universal, gratuito, de qualidade, adequado e seguro para as crianças do concelho. A mais se junta, que não conhecendo a realidade financeira de todas as juntas ou união de juntas envolvidas, não se possa avaliar-se estas verbas correspondem à real necessidade para assegurar este serviço, a CDU abstém-se.

O Presidente da Assembleia informou que estão trinta e nove membros presentes na sala.-----

Deliberação: A proposta foi aprovada com trinta e oito votos e favor e uma abstenção.-----

Interveio o **Presidente da Assembleia** para dizer que relativamente aos pontos 3.6. 3.7, 3.8 e 3.9 vai-se fazer a sua apresentação e discussão conjunta e votação ponto a ponto.-----

Usou da palavra o **Presidente da Câmara** para dizer de uma forma telegráfica, disse que a proposta do Executivo Municipal, aprovada por maioria de reunião de Câmara, é de manutenção das taxas que estão em vigor, quer para o IMI, quer para a Taxa de IRS, quer para derrama e direitos de passagem. Propõe manter a s taxa que estão aprovadas, por se entender que elas são adequadas, longe do limite máximo ou do mínimo que podiam ter. Mexer nestas taxas implicaria beneficiar uns cidadãos mais e outros menos, dado que as reduções que nós podemos fazer não são progressivas, não dependem do rendimento, são transversais.-----

Quer no IMI que privilegiaria quem, obviamente tem património de maior valor, quer no IRS que privilegiaria, quem tem rendimento superior em detrimento de quem não os tem. -----

Relativamente à derrama e aos direitos de passagem, esta posição tem sido unanime no Executivo Municipal, e portanto mantem-se a proposta que já foi aprovada em anos anteriores e que nos parece adequada. Assim propõe que sejam mantidos os valores das taxas e impostas que estão a ser cobrados presentemente.

Tomou a palavra o membro **Pedro Torres** para dizer que em relação aos pontos 3.6. 3.7 – Taxa de IMI e em relação à questão relacionada com a Taxa Varável de IRS, o entender do partido Socialista é diferente. Porque acha que é, precisamente, nestas alturas, e a altura em que nós vivemos, infelizmente, sentimos, praticamente todos na pele, é nestas alturas que deve haver responsabilidade politica e quem está lá fora,

nos está a ver aqui, mesmo aqueles que não nos estão a ver, esperam da nossa parte, que se possa dar o contributo, para a ajudar um pouco a aliviar aquilo que se está a passar. Com as taxas crescentes, disse que percebeu o início do argumentário por parte do Presidente Câmara, que o objetivo era manter, no fundo só seria mais prejudicado quem mais tiver. Mas há que ser realista, a esmagadora de nós tem casa, vai estar 30, 40 anos a pagar a sua casa. O acréscimo das taxas de juro não é novidade para ninguém, muito de nós têm empréstimos, em muitas situações já vai em mais do dobro, próximo do dobro daquilo que se pagava há uns meses atrás. -----

E portanto qualquer sinal que nos possamos dar para diminuir um pouco que seja o esforço de cada uma das famílias, numa altura tão complicada, acha que para o próximo ano, para mais com uma expectativa de não evolução por parte do próximo ano, e por parte da própria economia, quer se calhar para o ano de 2024, se calhar, infelizmente até ao ano de 2025. Aquilo que se calhar de estaria à espera desta Assembleia, que desse aqui, pelo menos um sinal, um sinal claro e inequívoco, que nos preocupamos com as pessoas lá fora, e que podemos dar aqui um pequeno contributo da redução destas duas taxas. -----

Disse que não vem para aqui com falácias, sabe, perfeitamente, que isso tem implicações. E tem implicações no que diz respeito às questões orçamentais do Município de Lamego, é menos receita que logicamente se vai ter, para também desenvolver outro tipo de atividades. -----

Mas, neste preciso momento, é o nosso entendimento, é que deve haver um esforço por parte do Município de Lamego, de reduzir a taxa existente, quer seja em sede de IMI, quer seja em sede da Variável de IRS. E dessa forma, nos estamos, claramente, a dizer às pessoas que nos preocupamos com aquilo a disponibilidade financeira, em cada mês. -----

E portanto aquilo que ele pedia e apelava, mesmo não tendo esse consenso na reunião do Executivo Municipal, a que devíamos dar esse sinal a todos os lamecenses, que também nos preocupa com estas questões. Não vale apenas dizer que estamos muito preocupados com as questões relacionadas com a habitação e depois vamos deixar tudo como estava em relação ao ano anterior ou até em relação aos outros anos. Porque a realidade de há dois anos atrás, não tem nada a ver com a realidade do dia de hoje. A própria realidade do ano transacto não tem nada a ver com a realidade do dia de hoje.-----

É portanto este apelo que deixa a toda a Assembleia para pensar-mos e repensarmos. Caso contrário o partido Socialista não vai acompanhar na votação e irão votar contra. Sendo certo e falando dos dois pontos seguintes 3.8 e 3.9, nada a opor e nada a apresentar como diferença, portanto o partido Socialista votará a favor e deixar aqui algo que é claro e inequívoco. Quando se fala, por exemplo da questão das Taxas sobre o Direito de Passagem, há que ser realista, a esmagadora maioria das empresas que são obrigadas ou que devem ser obrigadas a pagar, são, de facto,

empresas que não precisam, neste momento, da nossa anuência e da nossa benevolência, porque quando se fala das grandes distribuidoras de Internet, da própria electricidade, de comunicações, certa paciência, em primeiro lugar temos que pensar nas famílias e só, depois, logicamente, a que teremos pensar nos outros. Portanto em relação a isso irão acompanhar aquilo que foi o resultado decidido pela Câmara Municipal, em relação aos dois últimos pontos.-----

Em relação ao primeiro achaque devia haver uma atitude de bom senso por parte desta Assembleia, dar o sinal aos lamecenses é isso que esperam desta Assembleia, que estamos com eles e queremos diminuir o seu esforço.-----

Interveio o membro **Domingos Nascimento** para dizer que aquilo que os lamecenses esperam desta Assembleia que sejamos claros, honestos com eles. E quando se fala de questões orçamentais, é fundamental que tenhamos em mente alguns princípios estruturantes. Nomeadamente o princípio da previsibilidade, da sustentabilidade. E no caso em concreto, não percebe, sinceramente não percebe, o posicionamento dos vereadores do partido Socialista, e de alguma forma, não percebe também p posicionamento nesta Assembleia.-----

Porque aquilo que é fundamental, é que se consiga manter com a qualidade de vida os serviços que a cidade e todo o Município, todas as freguesias precisam. Na medida em que, quando os serviços são de qualidade. Quando nos promovemos a eficiência dos serviços e a eficácia dos serviços estamos, claramente, a devolver aos lamecenses as taxas que vão pagando.-----

Alguma politica que pode ser feita, efetivamente, ela terá que ser feita de ajustamento, terá que ser feita a um nível macro. Ou seja quando estamos a falar, nomeadamente dos impostos e do IRS e de outros, deverá partir do Governo Central esse gesto de facilitação ou de favorecimento, aproveitando, naturalmente, a receita extraordinariamente volumosa, que se tem tido, fruto da inflação. Ou seja, em relação ao Município, considera que devemos, é repetindo-se, criar cada vez melhores serviços, melhor qualidade vida aos lamecenses, promovendo a igualdade de oportunidades para todos.-----

Porque quando fazemos e o Presidente da Câmara já aqui referiu, quando se fazem ajustamentos às taxas, estamos a fazê-lo de uma forma cega., de uma forma indiscriminada, Ou seja favorecendo aqueles que, na verdade, poderão eventualmente e em diversas circunstancias, precisar dessa ajuda, mas também estamos a favorecer aqueles que não precisam dessa ajuda. Isto tanto na perspetiva dos agregados familiares, mas também na perspetiva das empresas.-----

O Concelho de Lamego é competitivo, e aquilo que precisamos também, é dar às empresas condições para que se instalem cá, não é pela derrama que isso deixará de acontecer.-----

Por isso o a coligação PSD7CDs votará favoravelmente, dentro desta perspetiva de coerência e de previsibilidade, que é fundamental na perspetiva orçamental. Não se

pode voltar a fazer aquilo que se verificou algum tempo, em que se tentou diminuir as taxas e depois voltou-se, novamente, às taxas que habitualmente se aplicam.-----

Usou da palavra o membro **Viriato Lemos** para dizer que no 3.6 a votação vai ser diferente, vai votar contra, devido à elevada crise em que as famílias se encontram, é de opinião que a taxa a praticar deveria ser mínima 0.3%, dando um sinal claro e um pequeno contributo para ajudar na brutal carga que os portugueses vivem hoje com os impostos, taxas e taxinhas, que pela administração central, quer pelo Município.-----

E. no ponto 3.7 vai votar favoravelmente, embora não sendo o mais justo em relação a outros municípios em que devolvem na íntegra esta pequena benesse.-----

Interveio o membro **Alexandre Hoffmann** para dizer que em relação ao ponto n.º 3.6 vai votar contra, pois Existem nesta proposta da CML duas questões que são da nossa mais profunda discordância, ambas no ponto dois, em particular a sua alínea a) e a sua alínea c) Na alínea a) propõe-se a majoração deste imposto em 30% para prédios, ou partes, degradados, que tenham já sido intimados pela CML para que sejam feitas obras. Ora, ainda há pouco falávamos de que muitas destas casas, sobretudo na zona alta da cidade, são habitadas, não poucas vezes pelos próprios proprietários, de casas que foram ficando nas famílias por motivos de herança. Se entendemos que existem casas desta tipografia, que estão nas mãos de uma franja enriquecida, que só por interesse especulativo não procedem a obras, mas que claro também não vivem nestes imóveis, e a verdade é que a transversalidade desta majoração, pode vir afectar a franja de proprietários, que não tem como proceder a obras, muitos deles pensionistas e reformados com rendimentos muito abaixo do salário mínimo nacional. Já na alínea b) é gritante que o neoliberalismo económico tenha chegado às autarquias e que se considere que a redução do imposto sobre os proprietários que tem casas para arrendamento venha de alguma forma a promover o aumento de casas disponíveis, não senhor presidente, o que vai promover é acumulação de riqueza indevida por parte dos senhorios, os de profissão, que sem produzirem vêm chegar com bons olhos mais uma medida que serve apenas os seus interesses e não os dos arrendatários, não se preocupe senhor presidente, que lhe garantimos duas coisas: os senhorios podem, conseguem e devem dar o seu contributo fiscal, e o número de casas não aumentará por uma redução de 20% em favor de quem é o principal responsável por exactamente não haver casas no mercado que os jovens trabalhadores, ou as mulheres emancipadas, ou os trabalhadores que auferem o salário mínimo consigam pagar. -----

Já em relação ao ponto 3.7 vai votar contra, pois não faz qualquer sentido que, quanto a este imposto em concreto, se promova a manutenção do desagravamento da carga fiscal se faça desigualmente, de concelho para concelho, ao sabor das necessidades financeiras de cada município, da vontade política dos seus órgãos ou de meras opções demagógicas.-----

Aliás, senhor presidente, depois de o ter ouvido concordar connosco nessa análise, muito esperaríamos ver que o município pudesse arrecadar essa receita em favor de todos, do que continuar o caminho até aqui feito.-----

É que Muito menos sentido faz que este desagramento seja concretizado à custa dos municípios, pela redução, ainda que «voluntária», da participação nos recursos públicos a que constitucionalmente têm direito.-----

O «benefício» fiscal que resultaria do facto de os municípios abdicarem da participação no IRS, no todo ou em parte, é: -----

Socialmente injusto por reduzir a carga fiscal tanto mais quanto maiores forem os rendimentos;-----

De montante ridículo para cada um dos beneficiários, mesmo para os de mais altos rendimentos, e nulo ou quase nulo para a generalidade da população;-----

Significativo, quando acumulado, podendo contribuir para diminuir a capacidade de realização dos municípios e, conseqüentemente, degradar os níveis ou a qualidade do atendimento aos cidadãos ou, em alternativa, pressionar no sentido da busca de receitas alternativas em outros impostos, taxas, tarifas ou preços.-----

Tudo isto corresponde, afinal, às reais intenções do Governo e que, em execução das orientações neoliberais da OCDE, não visa, de facto, qualquer diminuição da carga fiscal, mas sim a sua redistribuição em desfavor dos que menos têm e dos trabalhadores em geral. Ou seja, trata-se de diminuir os impostos sobre a riqueza e os rendimentos elevados, eliminando a sua função redistributiva, e obter financiamento através do pagamento igual, independentemente da capacidade económica, dos serviços prestados por aplicação do princípio do utilizador pagador. Posto isto, a CDU mantém que só votará favoravelmente à fixação dos 5%.-----

Tomou a palavra o membro **Pedro Torres** para dizer que vem aqui outra vez, não tinha essa intenção, porque, logicamente, ouvindo aquilo por parte do membro Domingos Nascimento, confessa que ficou um pouco perplexo em relação ao argumentário que foi aqui utilizado. Pode-se, logicamente, variar naquilo que é o nosso posicionamento, em relação ao seguinte: Olhando para aquilo que são as receitas que advêm sobre determinado tipo de taxas ou impostos, nós podemos, logicamente dizer, não, não vou cobrar porque devo cobrar e depois aquilo que é a minha prestação de serviço, tentar devolver algo à população. E até posso diferenciar isso, naquilo que são os níveis de estratificação social de cada um. Pode até dar preferência àquelas pessoas que são mais desamparadas socialmente, e não dar tanto benefício, para aqueles que, neste caso socialmente ou financeiramente possam ter de facto outra folga. Isso era um argumentário.-----

Mas o que nós estamos aqui a discutir, não é propriamente a forma como nos vamos amealhar e como é que nos vamos redistribuir, junto da população, aquilo que neste caso, a um valor associado a taxas. Nós temos aqui a discutir, muito sinceramente, um posicionamento, completamente diferente de outro tipo de condições ideológicas que

nós já tivemos. Está-se aqui a falar de um momento específico. Nós estamos a falar de um momento em que as pessoas chegam ao fim do mês e em muitas casas, em muitas famílias que nós considerávamos. Se calhar há uns tempos, classe média, aquilo que nos neste momento estamos a discutir, é se há mais cinco ou dez euros ao fim do mês. É isto que nos discutimos, infelizmente, hoje ao fim do mês. Não há outra realidade. -----

Por mais floreados, ele percebe, perfeitamente, o membro, ainda por cima uma área que domina o membro Domingos Nascimento, podemos junto de quem está a pagar a taxas e impostos do lado de fora, é muito difícil estar a falar em macroeconomia, mesmo num conceito municipal. Porque as pessoas aquilo que sentem, numa fase difícil que todos nós atravessamos, não é só Portugal é o resto da Europa. Mas ele costuma dizer, desculpem lá, também o seu bairrismo, com o mal dos outros pode muito bem, ele tem que olhar para os nossos problemas-----

As pessoas não conseguem entender isto, isso sim, logicamente vai ter redução efetiva, naquilo que é o orçamento, aquilo que é a capacidade de receita do Município. Mas aí e se calhar isso pode-os distinguir, aí tem que se fazer opções, se calhar vamos que ter um ano, em que vamos ter que fazer opções, se calhar a determinado tipo de atividades que, fruto de uma situação de emergência, se calhar vamos ter que as deixar em segundo plano.-----

Acha que nos temos uma obrigação moral, isto não é política, uma obrigação moral, junto da esmagadora maioria das pessoas que moram no nosso Concelho, que é nada mais, nada menos que o prospecto rectilíneo daquilo que é a população portuguesa, nós temos obrigação moral de ajudar as pessoas, quando elas neste momento estão a precisar.-----

E portanto, esqueçamos qualquer deriva ideológica, esqueçamos aquilo que é a explicação de uma macroeconomia ou de um sistema de financiamento municipal, sim, no final recebemos menos dinheiro, vamos ter que, logicamente reajustar o nosso plano de atuação. Mas aquilo que as pessoas hoje em dia estariam à espera, não tem dúvidas nenhuma era de um sinal claro e inequívoco de terem um pouco mais de dinheiro, mais 5, mais 10 euros, ao fim de cada mês-----

Interveio o membro **Paulo Barradas** para dizer que sente um pouco ultrapassado pelas palavras do membro Pedro Torres, porque ele pensa gerir coisa pública, é gerir a coisa pública na sua totalidade. -----

Correndo o risco de ouvirem aqui os membros do PSD/CDS, membros que ele se dirige, pensa que nenhum dos eleitores que os colocou aí nessas cadeiras, entenderia algum dia, se por acaso lhes dissessem que num momento especial de aperto e aflição, num momento de uma condição financeira muito difícil, referindo-se aos membros da Assembleia, não criariam uma situação de exceção para essa excepcionalidade também, ele não acredita nisso.-----

Ele acha que gerir é em cada momento, perceber o que é que defende a nossa comunidade. A comunidade não é só feita de serviços e de investimentos, estradas, não a comunidade é feita de pessoas. Todos nós estamos aqui por essas pessoas, todos os membros da Assembleia foram eleitos por essas pessoas. E ele encara aqui os deputados do partido Socialista, menos cerca de 200 eleitores, portanto neste tipo de legitimidade, estão muito equiparados.-----

Diga-se que sim, é verdade é uma questão de opções. Ele pessoalmente não se importaria ter um serviço, qualquer ele que fosse municipal um pouco, diga-se, não diz um pouco mais degradado, mas menos eficaz, se isso corresponde-se ao cuidado que a pessoa que gere as finanças no Município, lhe explicasse que é pelo facto do momento, especialmente gravoso que passamos, esse serviço está, em fim, um pouco mais descuidado, porque essa pessoa teve o cuidado de não desproteger o orçamento familiar. -----

E podem crer que essa questão de os mais ricos, não é que beneficiariam mais, seriam eram menos prejudicados e não entra aqui em questões que esses o que são os mais ricos, também investiram mais, nas suas casas. Não se está aqui a preocupar-se que se beneficia os mais ricos, está-se aqui a preocupar se não desprotegemos os mais pobres.-----

Ele não quer saber se o mais rico fica com mais 500 euros, logo que o mais pobre fique com mais 50, 30 ou 20 euros. Não é para esse lado gordo que ele olha, é para o lado magro da questão. -----

Portanto ele acha que gerir, é, realmente, fazer escolhas, muitas delas difíceis. Mas, também, veja-se uma coisa, é ou não é verdade que os membros da Coligação “Somos Lamego” da Assembleia reputam ao Presidente da Câmara o título de grande gestor? De pessoa que até inventa dinheiro, da pessoa que sabe gerir melhor que ninguém os fundos que tem disponíveis, e não dizendo ele se isso é certo, se é errado, os membros da coligação vão dizer que isso é certo.-----

Não acham contudo, que num momento particularíssimo, não haja essa flexibilidade para provar, realmente, essa grande gestão financeira da nossa Câmara. Ou alguns dos senhores da coligação ficariam particularmente aborrecidos, se o Presidente da Câmara viesse aqui anunciar uma baixa do IMI e do IRS?, por via da circunstância em que vivemos, iam ficar aborrecidos, iam bater o pé, iam dizer, mas alguns membros diriam que não, antes queriam melhores serviços, pois ele diz a resposta, de certeza absoluta que não.-----

Finalmente os membros da coligação “ Somos Lamego” foram eleitos pelo povo, tal como os restantes, no foram eleitos pela coligação, foram eleitos pelo povo.-----

Disse que percebe as solidariedades políticas, mas há momentos que temos que tomar atitudes, ficaria muito agrado se os membros da coligação pudessem perceber de bom e de bem esta sua interrogação. Mas, sempre, aquele que vêem aqui sempre só para os que nos estão ouvir, pelos meios de comunicação social. Pensa que essas

peessoas que nos estão ouvir, além através daquela Câmara, não vão entender como essa gestão fantástica não consegue entender a particularidade de uma situação difícil para as famílias portuguesas e em particular para as famílias de Lamego. e preferem sacrificar as famílias de Lamego com outras ideias, a outros princípios, a outros projetos. Perguntou se havia alguns projeto mais importante que as famílias de Lamego. A resposta todos a sabem.-----

Interveio o membro **Carlos Loureiro** para dizer que estas palavras do membro Paulo Barradas, emocionam, são lindas, são audíveis, isso é verdade. Mas esquece-se de vir dizer aqui, que a maioria absoluta à qual ele pertencente, da família socialista que ele pertence, está a carregar os portugueses com a maior escala de impostos de todos os tempos. Aliás recusa a, neste momento a baixa de impostos Quem deve baixar a carga fiscal é o governo. Porque para o Município isto é pinites. Baixar impostos aonde. Algum português, algum cidadão, lá em casa diz isso. -----

Referiu-se à carga fiscal sobre os combustíveis, quando a que se está a pagar os combustíveis, quase a dois euros. Depois, vê-se aqui muito romantismo, com umas palavras lindíssimas, é verdade, mas depois o partido não o faz, onde deveria fazer para dez milhões de portugueses.-----

Tomou a palavra o membro **Domingos Nascimento**, para falar claro para as pessoas que a ver-nos, e para todos que estamos aqui, perguntou qual a proposta e a posição do partido Socialista, ainda ninguém falou sobre ela, era importante que a esclarecessem e o que propõe. Disse que é de tal forma insignificante aquilo que propõem, que é caricato, a forma cândida, como aqui vieram falar sobre a estrutura dos impostos a que as pessoas de Lamego estão sujeitas. -----

Afirmou que todos nos sabemos, que uma parte significativa dos impostos que as pessoas de Lamego estão sujeitas, é imposta pelo Governo Central. E há aqui uma diferença estrutural entre nós: a visão socialista, que olha para as pessoas numa perspetiva igualitária, e uma perspetiva social democrática, para as pessoas com equidade. Ou seja a equidade é fundamental, quando se está a organizar a estrutura de impostos e quando se pretende depois, apoiá-las com os impostos que são arrecadados.-----

É verdade aquilo que se pede ao Município, é que na circunstância e na fragilidade com que o Governo Central apoia o tempo e a dificuldade que se está a atravessar, é que consiga a ter políticas de âmbito social, que permitam devolver às famílias, mas às famílias que, efetivamente precisam, os recursos que arrecada. -----

Ou seja tratar as pessoas com equidade, é fundamental, porque nós não conseguimos, pela proposta que o PS aqui apresenta, ter qualquer influencia, na grande maioria das famílias lamecenses. Porque não tem impacto na maioria nas famílias lamecenses. Tem impacto, nomeadamente, nas famílias que mais recursos têm, e essa, certamente, também estão solidárias, não se importam de dar ao Município a possibilidade, ter mais receitas, que permitam depois, devolver à

sociedade, devolver às pessoas, com políticas sociais, com outras dinâmicas, nomeadamente serviços de qualidade a que todos precisamos. -----

Interveio o **Presidente da Câmara** para dizer que esta discussão como se sabe, é repetida, e o membro Alexandre Hoffmann disse-o aqui, já se discutiu a problemática do IMI, já se discutiu a problemática do IRS.-----

Já todos concluímos que se estas receitas vierem para a Câmara terão uns determinados fins, nomeadamente fins sociais, de redistribuição pela população que mais necessita. Se forem concedidas aos titulares do património do rendimento, irão, naturalmente, beneficiar todos aqueles que têm maiores rendimentos, sendo que a média quer no IMI quer no IRS é insignificante. A média é insignificante, mas o caso individual pode não ser. Seu o seu exemplo, no ano passado pagou cento e quarenta e quatro mil e quarenta nove euros de IRS, teria uma dedução de oitocentos e oitenta e três e noventa mil e oito euros. Daria para três meses de arrendamento a uma família que ficasse sem a casa, por uma desgraça que fosse natural e fosse um simples despejo. -----

Mas isto é num caso muito concreto e particular, que não reflete a média de rendimento dos cidadãos do nosso Concelho ou dos cidadãos nacionais. E portanto, nós estamos aqui a discutir uma coisa que pode servir alguns, mas que não se reflete, de facto, naquilo que é o objetivo do Município, e, claramente todos nós que é servir a todos.-----

É obvio que, o problema do IMI não resolve o problema das famílias, que não conseguem pagar as rendas ou não conseguem pagar as prestações ao banco. O que resolve o problema das prestações ao banco é controlar as taxas de juro, é controlar a inflação, é controlar a especulação imobiliária. A especulação imobiliária, porque os processos têm subido artificialmente, porque os preços de venda de imóveis estão altíssimos, mas não há transacções., não há vendas, as pessoas não estão a comprar, os únicos que compram são os que, de facto, têm elasticidade, o dinheiro deles estica nunca mais acaba, mas não é para isso que se está a trabalhar. É para as pessoas normais que compram uma casa e que a pagam com muita dificuldade.-----

E portanto, aqui, o Governo tem que tomar medidas, para controlar quer o aumento das taxas de juro, quer a inflação, e controlar o aumento das prestações que estão a ser pedidas pela banca aos cidadãos.-----

E o mesmo em relação ao IRS, o problema do IRS não está nos 2% que a Câmara vai cobrar ou deixar de cobrar. O Problema do IRS está nos 100% QUE O Governo cobra aos cidadãos. As taxas do IRS têm que descer e há propostas nesse sentido, no espectro político, vindo de vários lados. Os escalões do IRS devem ser revistos e ser mais progressivos. As isenções, as despesas que podem ser abatidas para efeitos de IRS, isso é tudo político do Governo. Nós aqui limita-nos a dizer vamos ficar com mais 100 ou com menos 100 mil euros, e esse é uma questão que é irrelevante para as

contas do Município, é uma questão de justiça nós podermos reter o que alguns muito poucos poderiam receber, que têm muito pouco e necessitam deste apoio.-----
 Uma ultima questão aqui para discordar das medidas complementares que não foram aqui referidas, como seja o agravamento do IMI aos prédios degradados, a redução do IMI das casas que vão ser arrendadas e o coeficiente familiar que é um outro elemento, também de redução do IMI, aqui a sua discordância relativamente à posição, para já centralista do representante da CDU, que acha que devia ser o Governo a definir estas taxas para todo o país, e por outro lado dizer que são medidas que se impõem, que têm património, têm que ter responsabilidade de manter e se não o fizer, tem que haver um sinal da administração, e a taxa de IMI é um desses sinais, para que promova a reabilitação desse património. E a mesma coisa quem coloca casas no mercado de arrendamento. Se se sabe que é tão difícil que as pessoas prescindirem do seu património, para o colocar no mercado de arrendamento, porque têm receio depois de não procurarem a casa, têm receio que a casa seja degradada, têm receio que a renda fique congelada, não poderem actualizar a renda, depois não poderem cumprir os próprios encargos que tem junto da banca ou simplesmente a remuneração do capital que investiram nessa habitação. Se as pessoas já têm tantos receios, dar um sinal, nomeadamente da redução do IMI é apenas um sinal, há outras medidas que estão sobre a mesa propostas pelo governo, nomeadamente a possibilidade do Município ser intermediário neste processo de arrendamento, ir para o arrendamento compulsivo. Acha que esta medida se justifica e a proposta que faz para o IMI é, suficientemente abrangente para esse efeito, e devia ser aprovada por unanimidade nesta Assembleia Municipal.-----

Interveio o Presidente da Assembleia para dizer que se vai votar ponto a ponto: 3.6, 3.7, 3.8 e 3.9.-----

O Presidente da Assembleia informou que estão trinta e nove membros presentes na sala.-----

3.6-ASSUNTO: APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO DA PROPOSTA DAS TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS A VIGORAR PARA 2023 E A COBRAR EM 2024 – IMI;-----

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta da Câmara que vem acompanhada da informação n.º 5675/DFP, de 05/09/2023, com o seguinte conteúdo:

“A. *Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis:*-----

1. De acordo com a alínea a) do artigo 14º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na redação atual, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI) e com o artigo 1º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro (CIMI), o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) incide sobre o valor patrimonial tributário dos prédios rústicos e urbanos situados no território português, constituindo receita dos Municípios onde os mesmos se localizem;-----

II. Nos termos previstos na alínea c) do n.º 1 e do n.º 5 do artigo 112º do CIMI, os Municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, fixam a taxa a aplicar a cada ano, entre os limites de 0,3% e 0,45%;-----

III. Nos termos do disposto n.º 7 do artigo 112º do CIMI, os municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, podem definir áreas territoriais correspondentes a freguesias ou zonas delimitadas de freguesias e fixar uma redução até 20% da taxa que vigorar no ano a que respeita o imposto a aplicar aos prédios urbanos arrendados;

IV. Nos termos do disposto no n.º 8 do artigo 112º do CIMI, os Municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, podem majorar até 30% a taxa aplicável a prédios urbanos degradados, considerando-se como tais os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens. Nomeadamente, os prédios objeto de intimação pela Câmara Municipal de Lamego para execução de obras de conservação e/ou reabilitação, necessárias à correção de más condições de segurança funcional, estrutural e construtiva ou de salubridade ou a melhoria do arranjo estético, ao abrigo do n.º 2 do artigo 89º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação atual, e do artigo 55º do Decreto-Lei n.º 307/2000, de 23 de outubro, na redação atual;-----

V. Ao abrigo do n.º 3 do artigo 112º do CIMI, a taxa prevista na alínea c) do n.º 1 do mesmo artigo, referida no considerando II, é elevada anualmente para o triplo nos casos de: prédios urbanos que se encontrem devolutos ou parcialmente devolutos há mais de um ano, nos termos definidos no Decreto-Lei n.º 159/2006, de 8 de agosto, e ainda nos casos de prédios classificados como em ruínas, nos termos definidos no n.º 3 do artigo 89º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação atual, e no artigo 57º do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na redação atual, não carecendo de deliberação da Assembleia Municipal, devendo ser efetuada a respetiva comunicação à Autoridade Tributária e Aduaneira;-----

VI. Nos termos do n.º 14 do artigo 112º do CIMI, as deliberações da Assembleia Municipal referidas nos considerandos anteriores devem ser comunicadas à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) até 31 de dezembro, para vigorarem no ano seguinte;-----

VII. Para efeitos da aplicação da taxa do IMI, e em cumprimento dos números 14, 15 e 16 do artigo 112º do CIMI, os Serviços Municipais competentes comunicarão, por transmissão eletrónica de dados à AT, as deliberações constantes dos números 1 e 2 desta proposta, de forma a possibilitar a liquidação do imposto nos termos deliberados;-----

VIII. Tendo em consideração o atual quadro legal existente, nomeadamente, o disposto no artigo 16º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, aos Municípios é hoje permitido aprovar isenções de impostos em nome da tutela de interesses públicos relevantes, devidamente fundamentados;-----

IX. Neste sentido, na alteração da lei supramencionada, operada pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto, veio clarificar-se que os municípios podem deliberar a criação de isenções totais ou parciais, objetivas ou subjetivas, relativamente aos impostos municipais;-----

B. Redução da Taxa IMI para Prédio Destinado a Habitação Própria e Permanente, em Função do Número de Dependentes que Compõe o Agregado Familiar do Sujeito Passivo:-----

Com a publicação da lei n.º 7-A/2016 de 30/03- LOE 2016, foi aditado ao artigo 112º-A do CIMI, que prevê a aplicabilidade de os municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, poderem fixar uma redução da taxa do imposto municipal sobre imóveis que vigorar no ano a que respeita o imposto, a aplicar ao prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, e que seja efetivamente afeto a tal fim, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do Código do IRS, compõem o respetivo agregado familiar, de acordo com a seguinte tabela: Nos termos do n.º 14 do artigo 112º do CIMI, a deliberação de redução da taxa do IMI pela Assembleia Municipal é comunicada à AT, por transmissão eletrónica de dados, também deverá ser comunicada até 31 de dezembro do ano a que o imposto se refere, ou seja, em simultâneo com as taxas do ponto anterior.-----

N.º de dependentes a cargo	Dedução fixa
1	20,00€
2	40,00€
3 ou mais	70,00€

Nestes termos, tenho a honra de propor, nos termos da alínea a) do artigo 14º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na redação atual, em combinação com a alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º e da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal, para vigorar no ano de 2023 com efeitos na liquidação que será feita em 2024:-----

1. A fixação de uma taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) de 0,365% para os prédios urbanos e 0,8% para os prédios rústicos nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 e no n.º 5 do artigo 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI);-----

2. Nos termos e para os efeitos dos n.ºs 8 e 12 do artigo 112º do CIMI, respetivamente:-----

a) A majoração de 30% da taxa de IMI aplicável a prédios ou parte de prédios urbanos degradados para os quais a Camara Municipal de Lamego tenha intimado a execução de obras de conservação necessárias à correção de más condições de segurança ou de salubridade, ou melhoria do arranjo estético, ao abrigo do n.º 2 do artigo 89º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, aprovado pelo Decreto-

Lei n.º 2 555/99, de 16 de dezembro, na redação atual, ou do artigo 55º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, Decreto-Lei n.º 30712009, de 23 de outubro, na redação atual, enquanto não forem concluídas, por motivos alheios ao Município de Lamego, as obras intimadas;-----

b) A redução de 30% da taxa de IMI aplicável a prédios urbanos classificados de interesse público, de valor municipal ou património cultural, nos termos da legislação em vigor;-----

c) A redução de 20% da taxa que vigorar de IMI, para os prédios que se encontram arrendados, de forma a aumentar a disponibilidade de habitações no mercado de arrendamento:-----

- O imóvel terá que possuir contrato de arrendamento válido (registado no Serviço de Finanças da área do prédio e válido para o ano do benefício pretendido);-----

- Estiver afeto a “habitação” (devidamente registado na Caderneta Predial);-----

- O contrato de arrendamento se destinar exclusivamente a fins habitacionais.-----

3. Fixar uma dedução fixa ao IMI, n.º 1 do artigo 112º - A. o do mesmo diploma, à taxa que vigorar no ano a que respeita o imposto, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do previsto no artigo 13º do CIRS, compõem o agregado familiar do proprietário a 31 de dezembro:-----

a) 1 Dependente: 20€-----

b) 2 Dependente: 40€-----

c) 3 ou mais dependentes: 70€.”-----

O Presidente da Assembleia informou que estão trinta e nove membros presentes na sala.-----

Deliberação: A proposta foi aprovada com vinte e sete votos a favor, onze votos contra e uma abstenção.

3.7. ASSUNTO: APRECIAÇÃO E DELIBERAÇÃO DA PROPOSTA DA PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL DO IRS DE 2024 – RECEITA A COBRAR A ARRECADAR EM 2025-----

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 801/2023 do senhor Presidente da Câmara que vem acompanhada da informação n.º 5676/DFP, de 05/09/2023, com o seguinte conteúdo:-----

“I. De acordo com a alínea g) do artigo 14º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, constitui receita dos Municípios o produto da participação nos recursos públicos, determinada nos termos do disposto nos artigos 25º e seguintes, da mesma Lei;-----

II. Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 25º e do n.º 1 do artigo 26º, ambos do referido diploma legal, os Municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5%, no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos

rendimentos do ano imediatamente anterior, que é calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no n.º 1 do artigo 78º do Código do IRS;-----

III. Esta participação depende de deliberação sobre a percentagem de IRS pretendida pelo Município, a qual é comunicada por via eletrónica pela respetiva Câmara Municipal à AT, até 31 de dezembro do ano anterior àquele a que respeitam os rendimentos;-----

Assim face ao exposto, propõe-se:-----

a) Que a Exma. Câmara Municipal decida qual a percentagem a fixar para o ano de 2024, de uma participação de 0% até 5%, propondo-se a mesma que no ano anterior de 4%, no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Lamego, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no n.º 1 do artigo 78º do Código do IRS, com afetação às despesas municipais, e, posterior comunicação, por via eletrónica, à AT - autoridade tributária e aduaneira, de acordo com o n.º 2 do artigo 20º da LFL.

b) Após deliberação pelo órgão executivo deverá ser submetida à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.”-----

O Presidente da Assembleia informou que estão trinta e nove membros presentes na sala.-----

Deliberação: A proposta foi aprovada com vinte e sete votos a favor e doze votos contra.

3.8. ASSUNTO: APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO DA PROPOSTA DA TAXA DA DERRAMA – RECEITA A COBRAR EM 2024;

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal, que vem acompanhada da informação n.º 5678/DFP, de 05/09/23, com o seguinte conteúdo:-----

“I. Nos termos da alínea c) do artigo 14.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), aprovado através da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, atualmente em vigor, constitui receita dos municípios o produto da cobrança de Derramas lançadas nos termos do artigo 18º do mesmo Regime;-----

II. De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 18º do Regime referido no número anterior, os Municípios podem deliberar lançar uma Derrama, de duração anual e que vigora até nova deliberação, até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), que proporcionalmente corresponda ao rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território;-----

III. O produto da Derrama é uma importante fonte de financiamento das atividades do Município de Lamego;-----

IV. Tendo em consideração o atual quadro legal existente, nomeadamente, o disposto no artigo 16º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, aos Municípios é hoje permitido aprovar isenções de impostos em nome da tutela de interesses públicos relevantes, devidamente fundamentados;-----

V. Neste sentido, na alteração da Lei supramencionada, operada pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto, veio clarificar-se que os Municípios podem deliberar a criação de isenções ou taxas reduzidas de derrama tendo por referência os seguintes critérios:----

- a) Volume de negócios das empresas beneficiárias; -----
- b) Criação de emprego no Município.-----

Neste sentido, nos termos do n.º 9 do artigo 18º do mesmo diploma legal, “A deliberação a que se refere o n.º 1 deve ser comunicada por via eletrónica pela Câmara Municipal à AT até ao dia 31 de dezembro do ano anterior ao da cobrança por parte dos serviços competente do Estado”.-----

Nestes termos tenho a honra de propor, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33º e na alínea d) do n.º 1 do artigo 25º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, bem como na alínea c) do artigo 14º e no artigo 18º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades intermunicipais, Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro na sua redação atual, que a Câmara Municipal de Lamego delibere aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal:-----

1. O lançamento, em 2024, de uma Derrama de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, gerado no Município de Lamego, para os sujeitos passivos com um volume de negócios superior a cento e cinquenta mil euros;-----

2. Da Derrama Reduzida de 0,01% para os sujeitos passivos e não isentos do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC), nos termos do n.º 2 do artigo 16º da Lei citada anteriormente.”-----

O Presidente da Assembleia informou que estão trinta e nove membros presentes na sala.-----

Deliberação: A proposta foi aprovada com trinta e oito votos a favor e uma abstenção.-----

3.9 ASSUNTO APRECIAÇÃO E DELIBERAÇÃO DA PROPOSTA DA TAXA DE DIREITOS DE PASSAGEM PARA O EXERCÍCIO DE 2024;-----

Presente à reunião a proposta de deliberação da Câmara Municipal, que vem acompanhada da informação n.º 5680/DFP, de 05/09/23, que informa o seguinte:-----

“1- A publicação da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, nomeadamente no que dispõe o n.º 2 do artigo 106º, prevê a criação de uma taxa municipal de direitos de passagem, relativa ao atravessamento do espaço de cada concelho, de cabos que servem as comunicações telefónicas e que é determinada com base na aplicação de um percentual sobre o valor das faturas emitidas pelas empresas que fornecem redes e

serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para clientes finais na área de cada município.-----

2- Em 03 de setembro, foi publicada Lei n.º 127/2015, que altera o artigo 106º da Lei 5/2004, de 10 de fevereiro, alterada pelo Decreto-Lei 176/2007, de 8 de maio, pela Lei 35/2008, de 28 de julho, pelos Decretos-Leis 123/2009, de 21 de maio e 258/2009, de 25 de setembro, pelas Leis 46/2011, de 24 de junho, 51/2011, de 13 de setembro, 10/2013, de 28 de janeiro, 42/2013, de 3 de julho, pelo Decreto-Lei 35/2014, de 7 de março, e pela Lei 82-B/2014, de 31 de dezembro, passando o município a cobrar diretamente um percentual sobre o total da faturação emitida mensal pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em vez de cobrar sobre cada fatura emitida aos clientes.-----

Refere ainda, o mesmo artigo, foi criada a taxa municipal de direitos de passagem, vulgarmente conhecida por TMDP, a qual obedece aos seguintes princípios e de acordo com a nova redação:-----

a) A TMDP é determinada com base na aplicação de um percentual sobre o total da faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do correspondente município”;-----

b) O percentual referido na alínea anterior é aprovado anualmente por cada município até ao fim do mês de dezembro do ano anterior a que se destina a sua vigência e não pode ultrapassar os 0,25%.-----

Face ao exposto, proponho:-----

1. Que seja aprovada para o ano 2024 a TMDP com base na aplicação de um percentual de 0,25% sobre o total da faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do correspondente município, nos termos da republicação do artigo 106º do diploma anteriormente citado;-----

2. Que o assunto seja remetido à Assembleia Municipal, para cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 25º e da alínea ccc) do n.º 1, do artigo 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.”-----

O Presidente da Assembleia informou que estão trinta e nove membros presentes na sala.-----

Deliberação: A proposta foi aprovada com trinta e oito votos a favor e uma abstenção.

3.10 ASSUNTO ELEIÇÃO DE UM REPRESENTANTE DAS JUNTAS DE FREGUESIA DO MUNICÍPIO DE LAMEGO E SEU SUBSTITUTO (TAMBÉM PRESIDENTE DA JUNTA) PARA PARTICIPAR NO XXVI CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES, A REALIZAR NA CIDADE DO SEIXAL

O Grupo Municipal da Coligação “Somos Lamego” – PSD/CDS e o Grupo Municipal do Partido Socialista apresentaram uma lista conjunta, como candidato efetivo e candidato suplente, os Presidentes da Junta de Freguesia de Lalim Bruno Miguel de

Morais Carneiro e o Presidente da Junta de Freguesia de Lamego, Nuno Miguel Lázaro Gonçalves, respetivamente.-----

Foi submetida a candidatura a sufrágio por voto secreto e nominativo. Realizado o ato eleitoral verificaram-se vinte e seis votos favoráveis, cinco votos nulos, quatro branco e três votos contra.-----

O Presidente da Assembleia informou que estão trinta e oito membros presentes na sala.-----

Deliberação: Tendo sido eleito o Presidente da Junta de Freguesia de Lalim, Bruno Miguel de Moraes Carneiro para representar as freguesias do Município de Lamego no XXVI Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses e o Presidente da Junta de Freguesia de Lamego Nuno Miguel Lázaro Gonçalves, como Presidente da Junta de Freguesia suplente.-----

2.º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

Dirigindo-se ao público presente, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, perguntou se alguém pretendia usar da palavra, nos termos e para os desideratos legais, não se tendo inscrito ninguém.-----

3.11- ASSUNTO: MINUTA-----

Proposta do senhor Presidente da Assembleia Municipal para aprovação, em minuta, dos assuntos deliberados na presente sessão.-----

Deliberação: Aprovada por unanimidade.-----

3.12- ASSUNTO: TERMO-----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão às catorze horas e quinze minutos, da qual foi lavrada esta ata, que vai ser assinada por si e pelo Assistente Técnico, Joaquim dos Santos Mateus, que a redigiu.-----

O Presidente da Assembleia Municipal

O Assistente Técnico